

Consórcio

AMGL
Planning Places for People

 **CONSULMAR**
Projectistas e Consultores, Lda.

neoturis
consultoria em turismo



ANEXO IV

AVALIAÇÃO DO POT 2002 E DIAGNÓSTICO SÍNTESE

Revisão do POT da Região Autónoma da Madeira

Governo Regional da Madeira - Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura



ANEXO 4 – AVALIAÇÃO DO POT 2002 E DIAGNÓSTICO SÍNTESE

1.	ENQUADRAMENTO DA REALIZAÇÃO DO POT RAM – 1999 / 2000.....	5
1.1	ENQUADRAMENTO JURÍDICO – PLANO SECTORIAL.....	5
1.2	NOVO ENQUADRAMENTO JURÍDICO – NOVA LEI DE BASES DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	5
1.3	CONTEXTO DA ELABORAÇÃO DO POT.....	6
1.3.1	Aeroporto em construção – teto de 28.000 camas turísticas.....	6
1.3.2	Novas acessibilidades em construção.....	6
1.3.3	Dinâmicas de crescimento da oferta de alojamento	6
2.	EVOLUÇÃO DO SECTOR TURÍSTICO MUNDIAL.....	6
2.1	A CRISE MUNDIAL.....	6
2.2	O QUE MUDOU NA PROCURA.....	7
2.2.1	Novas procuras dos países emergentes.....	7
2.2.2	Viagens à medida <i>versus</i> pacote turístico	7
2.2.3	Do “fast look” ao “slow look”	8
2.2.4	Do turismo massificado aos destinos ainda pouco explorados	8
2.3	O QUE MUDOU NAS FORMAS DE CONTRATAÇÃO	8
2.4	O QUE MUDOU NO TRANSPORTE AÉREO	8
2.5	O QUE MUDOU NOS DESTINOS.....	9
2.5.1	Questões de segurança – norte de África, Médio Oriente e Europa	9
2.5.2	A requalificação de destinos maduros (concorrentes).....	9
2.6	O QUE MUDOU NA OFERTA HOTELEIRA	9
3.	EVOLUÇÃO DA PROCURA NA RAM	10
3.1	EVOLUÇÃO DOS MERCADOS	10
3.2	EVOLUÇÃO DA ESTADIA MÉDIA	11
3.3	PERFIL DO TURISTA.....	12
4.	EVOLUÇÃO DO DESTINO MADEIRA – RAM – OFERTA	13
4.1	A MADEIRA – RAM NUMA MUDANÇA DE CICLO NA VIRAGEM DO SÉCULO.....	13
4.2	O POT VEIO APOIAR E ENQUADRAR A MUDANÇA DE CICLO QUE SE VERIFICAVA NA RAM ...	14
4.2.1	Estratégia de Desenvolvimento / Modelo Turístico.....	14
4.2.1.1	Paisagem.....	18
4.2.1.2	Mar	19
4.2.1.3	Infraestruturas.....	19
4.2.2.	Modelo Territorial.....	24

REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

5.	COMO É ATUALMENTE A ILHA DA MADEIRA.....	28
5.1	O QUE É ATUALMENTE O PRODUTO DOMINANTE DA ILHA DA MADEIRA	28
5.2	EVOLUÇÃO DO ALOJAMENTO NA RAM.....	34
5.2.1	Evolução da Capacidade de Alojamento	35
5.2.2	Evolução da distribuição territorial	36
5.2.3	Oferta de alojamento residencial de lazer	37
5.2.4	Dinâmicas de Crescimento do Alojamento Turístico na RAM.....	39
5.2.5	Tendências e fatores críticos.....	40
5.3	COMO EVOLUIRAM OS PRODUTOS QUE ERAM EMERGENTES.....	42
5.3.1	Recurso Paisagem – Reorganização dos Consumos.....	43
5.3.1.1	Paisagem - Programa de Reclassificação da Rede Viária Turística, estacionamento e sinalização turística	43
5.3.1.2	Paisagem - Programa de valorização dos locais e pontos de atração turística	44
5.3.1.3	Paisagem - Programas de Requalificação do Excursionismo.....	47
5.3.1.4	Paisagem - Zonas de Montanha e Picos - Programa de Levadas e Veredas.....	49
5.3.1.5	Paisagem - Espaços Naturais e Áreas Protegidas	53
5.3.2	Recurso Mar – Abertura ao Mar	57
5.3.2.1	Equipamentos de recreio e lazer junto ao mar	57
	Praias e Piscinas da Madeira	67
5.3.2.2	Atividades / produtos emergentes ligados ao mar	68
5.3.2.2.1	Mergulho com escafandro autónomo e <i>snorkeling</i>	68
5.3.2.2.2	Pesca Desportiva	69
5.3.2.2.3	Pesca Desportiva do alto	70
5.3.2.2.4	Surf	70
5.3.3	Infraestruturas de Apoio ao Turismo	71
5.3.3.1	MICE, Congressos, Incentivos e Negócios - Centro de Congressos	71
5.3.3.2	Infraestruturas turísticas / desportivas	72
5.3.3.3	Golfe - Campos de Golfe.....	74
5.3.3.4	Infraestruturas Turísticas / Portuárias.....	74
5.3.3.4.1	Infraestruturas associadas à náutica de recreio – zonas e subzonas de cruzeiro 74	
5.3.3.4.2	Reordenamento do Porto do Funchal.....	80
5.4	EXPLORAÇÃO DA OFERTA TEMÁTICA POR ÁREAS GEOGRÁFICAS.....	81
5.5	OS NOVOS PRODUTOS TURISTICOS EMERGENTES.....	91
5.5.1	Produtos Emergentes Associados à Natureza.....	91
5.5.1.1	Birdwatching e Seawatching	91
5.5.1.2	Observação de cetáceos.....	93

REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

5.5.1.3	Ilhas Desertas	93
5.5.1.4	Flora e Vegetação endémicas.....	93
5.5.2	Produtos Emergentes Associados às Atividades Desportivas	94
5.5.2.1	Canyoning.....	94
5.5.2.2	Outras atividades desportivas terrestres	95
5.5.2.3	Atividades Desportivas no Mar	98
5.6	OFERTA COMPLEMENTAR – HISTÓRIA, PATRIMÓNIO, CULTURA	104
5.6.1	História	104
5.6.2	Equipamentos Culturais	104
5.6.3	Atividade Cultural.....	106
5.6.4	Agentes Culturais	108
6.	A EVOLUÇÃO DO PORTO SANTO.....	109
6.1	QUAIS ERAM OS MODELOS TURÍSTICO E TERRITORIAL PARA O PORTO SANTO.....	109
6.1.1	Enquadramento	109
6.1.2	Objetivo	109
6.2	UM PROJECTO ESTRUTURANTE PARA O PORTO SANTO - POT	110
6.3	A EVOLUÇÃO DO PORTO SANTO	113
6.3.1	Forte Investimento Público em Infraestruturas e Equipamentos.....	113
6.3.2	Forte Investimento Privado na Hotelaria e Restauração	117
6.3.3	Melhoria nas Acessibilidades à Ilha.....	118
6.3.4	Forte Dinâmica de Construção Residencial.....	118
6.4	PORTO SANTO - UM CONTEXTO DE ISOLAMENTO	119
7.	MADEIRA - UM CONTEXTO DE AJUSTAMENTO	122
7.1	ATOMIZAÇÃO DA OFERTA	122
7.2	VELHOS RECURSOS PARA NOVOS PRODUTOS	123
7.2.1	Recursos de Natureza / Paisagem	123
7.2.2	Recursos Culturais Mobilizáveis para o Turismo.....	125
7.3	UMA NOVA MATRIZ SOCIO-TERRITORIAL PARA O TURISMO E O LAZER	126
7.3.1	Matriz territorial de 2000.....	126
7.3.2	Uma Questão de Dimensão – Madeira um Destino “Nichos” ou um “Nicho” de Destino?.....	128

1. ENQUADRAMENTO DA REALIZAÇÃO DO POT RAM – 1999 / 2000

O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira foi iniciado em 1999, aprovado e publicado em 2002, pelo Decreto Legislativo Regional 17/2002/M.

Foi um Plano tutelado por três Secretarias Regionais, a Secretaria Regional do Turismo e da Cultura, pela Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes e pela Secretaria Regional do Plano e Finanças, e cofinanciado pelo FEDER – União Europeia.

1.1 ENQUADRAMENTO JURÍDICO – PLANO SECTORIAL

O POT foi elaborado no enquadramento jurídico do Decreto-Lei nº380/99 de 22 de Setembro e Decreto Legislativo Regional nº 8-A/2001/M de 20 de Abril, que ao desenvolver e adaptar à Região Autónoma da Madeira as bases da política de ordenamento do território e urbanismo, definem, nomeadamente, o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial.

Neste contexto o POT é um instrumento de gestão territorial designado por Plano Sectorial, e aplica-se à totalidade do território regional, composto pelas Ilhas da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens.

O conteúdo Documental do POT integra:

- Normas de Execução;
- Estratégia de Desenvolvimento, integrando as Opções Setoriais e Objetivos a alcançar, Normas Complementares e as Ações de Concretização dos Objetivos do POT;
- Peças Gráficas que traduzem territorialmente a política setorial.

O POT foi fundamentado no Relatório de Diagnóstico da Situação Territorial e nos Relatórios “Cenários de Desenvolvimento” e “Modelos Turístico e Territorial”.

1.2 NOVO ENQUADRAMENTO JURÍDICO – NOVA LEI DE BASES DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Trata-se agora de executar a Revisão do POT, passado que foi o tempo da sua vigência, no novo enquadramento jurídico atual, que se caracteriza por alguma mudança. De facto, foi recentemente publicada a Nova Lei de Bases do Ordenamento do Território, embora o RJIT ainda não tenha sido adaptado à nova Lei, e se desconheça de momento qual a adaptação que será efetuada pela Região.

1.3 CONTEXTO DA ELABORAÇÃO DO POT

1.3.1 Aeroporto em construção – teto de 28.000 camas turísticas

O POT RAM foi elaborado num importante contexto de alterações de acessibilidade, com a eminência da abertura da extensão e ampliação do Aeroporto Internacional do Funchal. Os estudos que suportaram esta ampliação limitavam a capacidade de alojamento da Região a 28.000 camas.

Mas o contexto económico à época e a eminência de uma maior capacidade de transporte aéreo induziram também a dinâmicas construtivas significativas, nomeadamente de estabelecimentos hoteleiros, pelo que se adivinhava que aquele teto de camas, para o período de vigência do POT, seria rapidamente alcançado.

1.3.2 Novas acessibilidades em construção

No contexto de alterações de acessibilidade referido, há ainda a destacar as novas vias regionais, em construção na altura, a fazer prever uma importante reconfiguração territorial da Ilha da Madeira, que de facto se veio a verificar.

1.3.3 Dinâmicas de crescimento da oferta de alojamento

As dinâmicas de construção de novas unidades de alojamento eram grandes e existiam um número de projetos em curso significativo, que foram em parte considerados no estabelecimento do teto máximo de camas para a RAM, mas que não se vieram a concretizar entretanto, no ritmo que era expectável na altura.

2. EVOLUÇÃO DO SECTOR TURÍSTICO MUNDIAL

Nota introdutória – sobre a Evolução do Sector Turístico Mundial, deve ser feita a análise ao Ponto 6 da Parte II, do Anexo III - Caracterização e Diagnóstico, no sentido de melhor enquadrar as diversas tendências aqui apresentadas de forma resumida.

2.1 A CRISE MUNDIAL

2007 e 2008 com a crise do *subprime* e a queda do primeiro banco de grande dimensões (Lehman Brothers) marcou o início de uma crise mundial de grandes proporções e com efeitos em cascata, refletindo-se em última análise na capacidade de viajar das populações, nomeadamente nos mercados europeus emissores mais importantes como sejam a Alemanha e o Reino Unido.

Em termos gerais a crise no turismo afetou inicialmente a procura por via da menor capacidade de efetuar despesas turísticas, obrigando a oferta (destinos / empreendimentos) a adaptarem-se ao novo poder de compra da procura.

Agravando a crise mundial / europeia do setor do turismo, o desenvolvimento súbito de destinos emergentes (na Europa) que se tinha iniciado no período pré-crise e a exigência de normas ambientais trouxeram desafios estruturais para os destinos turísticos mais maduros.

Paralelamente, com os últimos acontecimentos terroristas e crises pelo norte de África, Médio Oriente e Europa, o mercado nacional tornou-se alvo de maior atratividade, sendo considerado um destino seguro e tranquilo. Mercados como a França e Espanha têm crescido no turismo da Madeira, muito consequência desse ambiente de insegurança que se sente pelo resto da Europa e em destinos concorrentes.

2.2 O QUE MUDOU NA PROCURA

2.2.1 Novas procuras dos países emergentes

O crescimento económico acelerado de alguns países promoverá a criação de grandes destinos em termos de mercados internos (Brasil, Índia, China, etc.) mas também de grandes e novos mercados emissores aumentando o nível da propensão para viajar.

Por outro lado, o significativo aumento do número de pessoas que pertencem à classe média em todo o mundo é um fenómeno que aliado ao crescimento dos movimentos migratórios para outros países / regiões e à aceitação das viagens e do turismo como parte integrante da vida das pessoas, tenderá a impulsionar o forte crescimento de uma “nova” procura turística.

2.2.2 Viagens à medida *versus* pacote turístico

Diversificação, crescente e generalizada, dos segmentos de mercado e dos produtos turísticos leva à cada vez maior dificuldade de homogeneizar a procura turística em torno de pacotes pré-formatados e dirigidos a grandes grupos de turistas. Assim, e aliado a novos segmentos de procura, têm crescido sobretudo as viagens à medida, em detrimento do tradicional pacote turístico.

Esta tendência é alavancada pela desregulamentação do transporte aéreo e pela utilização de novas tecnologias na distribuição turística, a qual permite aproximar de forma quase individual o destino aos mercados, desenvolvendo novas formas de intermediação (*dynamic packaging*).

2.2.3 Do “fast look” ao “slow look”

A crescente exigência por parte do turista devido (1) ao maior número de viagens realizadas, (2) ao aumento do nível social, cultural e económico e (3) ao maior acesso à informação, aliada ao crescimento de produtos com apelo a três componentes: diversão, emoção e educação, leva a uma alteração no comportamento do turista passando de um “coleccionador” de destinos a um “profundo conhecedor” do destino. Esta tendência obriga à criação de experiências autênticas em torno dos recursos endógenos com vista à satisfação e à necessidade de diferenciação dos destinos com base nas suas características mais genuínas.

2.2.4 Do turismo massificado aos destinos ainda pouco explorados

Aumento da procura dirigida a destinos remotos e inexplorados e associada ao desejo de aventura e experiências únicas – com maior destaque para destinos longínquos, mas não ignorando destinos de proximidade igualmente remotos e menos “desenvolvidos”.

Além disso, verifica-se atualmente uma tendência para a procura de experiências “*microadventure*”, especialmente na Europa, que se traduzem em atividades de aventura dirigidas para um público com menos tempo disponível, que procura quebrar a rotina num estilo de vida saudável e num curto espaço de tempo.

2.3 O QUE MUDOU NAS FORMAS DE CONTRATAÇÃO

Importância crescente da Internet dando origem a uma mudança no cenário de colocação e venda dos produtos turísticos, quer através de portais institucionais, como *google*, *yahoo*, *expedia*, *booking*, entre outros, quer através de portais das próprias empresas turísticas internacionais como hotéis e cadeias hoteleiras, agências de viagem e operadores, leva a novas formas de distribuição turística com redução da chamada *tour operation*. Esta preponderância do comércio eletrónico tem permitido aos hotéis recuperar dos canais de distribuição alguma margem perdida devido ao esmagamento provocado pelos operadores turísticos, derivado da concorrência de preços com outros hotéis e destinos.

2.4 O QUE MUDOU NO TRANSPORTE AÉREO

Forte desregulamentação do transporte aéreo e crescimento do número de destinos servidos por rotas aéreas. A par desta desregulamentação assiste-se a uma política agressiva de diversos governos na atração de um maior número de rotas com vista a fomentar a atração de investimento turístico estrangeiro.

2.5 O QUE MUDOU NOS DESTINOS

2.5.1 Questões de segurança – norte de África, Médio Oriente e Europa

As anteriores políticas agressivas de atração de investimento turístico em países do Norte de África / Médio Oriente com impacto na grande qualificação / requalificação da oferta turística foram colocadas em causa devido aos vários conflitos (Primavera Árabe) que têm colocado em causa a segurança de turistas não só no Norte de África e Médio Oriente como também na Europa. Estes conflitos e ataques terroristas têm levado à deslocalização de algumas operações turísticas de grande volume e à criação da oportunidade para redescobrimto de países / destinos tradicionais (Europa do Sul). Estima-se que parte do acréscimo da procura sofrido pela deslocalização da operação turística seja perdido para os destinos de origem assim que forem retomadas as condições de segurança iniciais.

2.5.2 A requalificação de destinos maduros (concorrentes)

Não só os novos destinos têm apostado fortemente na sua qualificação hoteleira e turística de suporte como também alguns dos destinos maduros, nomeadamente europeus, têm vindo a evidenciar uma forte requalificação da sua oferta. Essa requalificação acontece quer ao nível público com a criação de incentivos fiscais e financeiros à requalificação e mesmo à imploração/reconversão total de algumas áreas e empreendimentos, mas também ao nível privado, com investimento na qualificação, adoção de marcas hoteleiras de reconhecimento internacional, integração de um maior número de valências de entretenimento e serviço.

2.6 O QUE MUDOU NA OFERTA HOTELEIRA

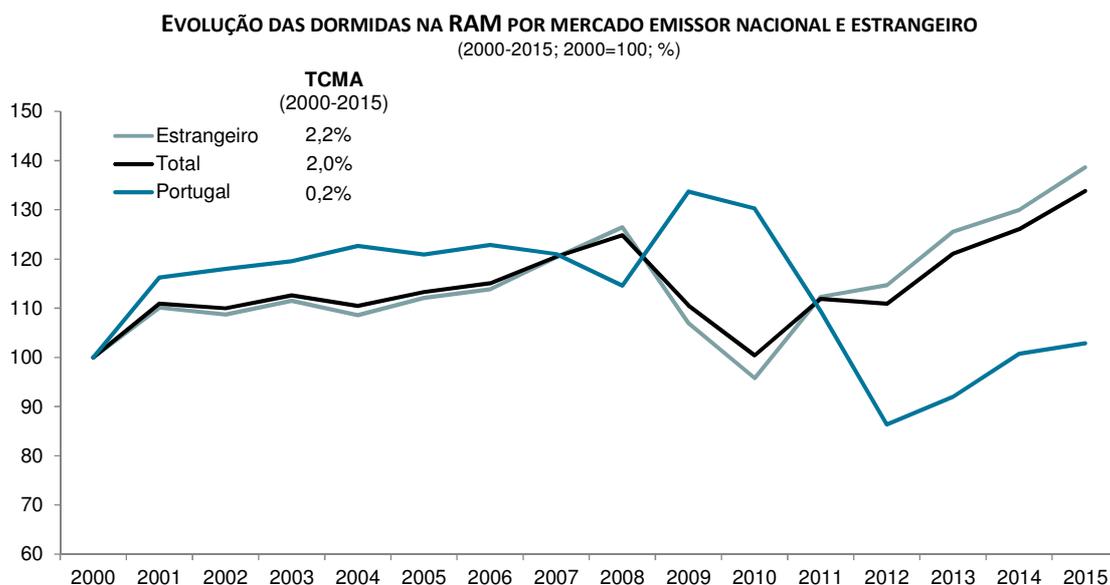
No panorama internacional, mudou quase tudo na oferta hoteleira sendo de destacar: separação entre propriedade e gestão, crescimento das cadeias hoteleiras de marca internacional, mecanismos e sistemas de financiamento ao investimento hoteleiro (ex. *sale & lease back*), diversificação e tematização da oferta (do *budget* ao luxo), na diversificação dos equipamentos e serviços prestados (dos spas aos meetings).

3. EVOLUÇÃO DA PROCURA NA RAM

3.1 EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

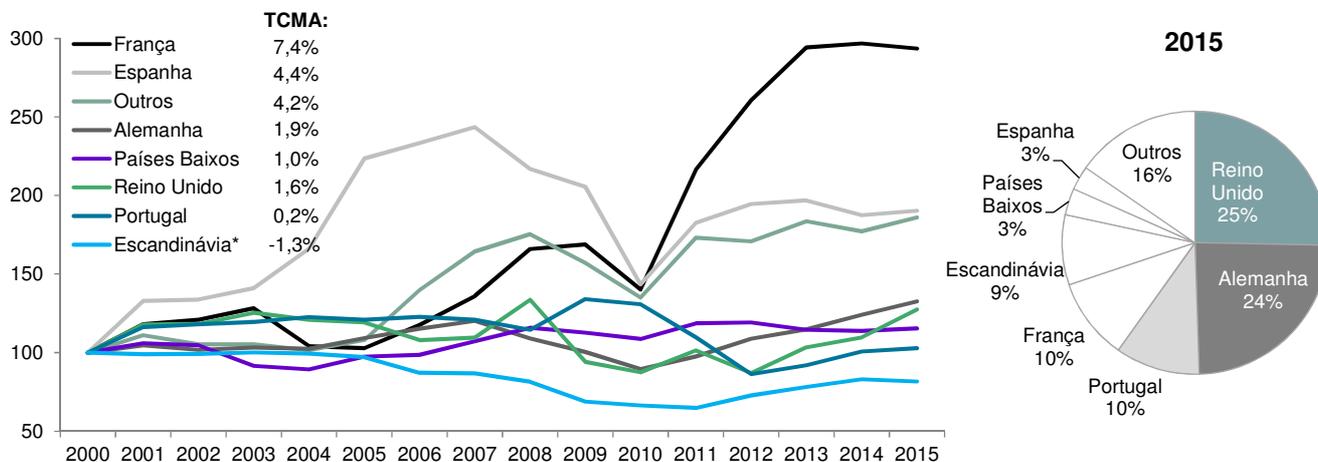
De uma forma geral a procura turística na RAM tem mantido os seus traços mais importantes, com algumas variações pontuais. Ao nível dos mercados há a salientar o forte crescimento do mercado francês ganhando a quarta posição em termos de mercados emissores com cerca de 10% das dormidas em 2015, ficando ao mesmo nível de Portugal.

O mercado nacional, apesar de um forte decréscimo entre 2010 e 2012, devido essencialmente à crise económica e financeira tendo vindo a afetar negativamente o crescimento da procura global da RAM desde 2000, iniciou em 2013 uma recuperação que se mantém até à atualidade e que permitiu a recuperação da taxa de crescimento média anual que se apresentava negativa até então.



Fonte: DRE (Direção Regional de Estatística da Madeira)

EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS DORMIDAS NA RAM POR MERCADO
(2000-2015; 2000=100; n° e % de dormidas)

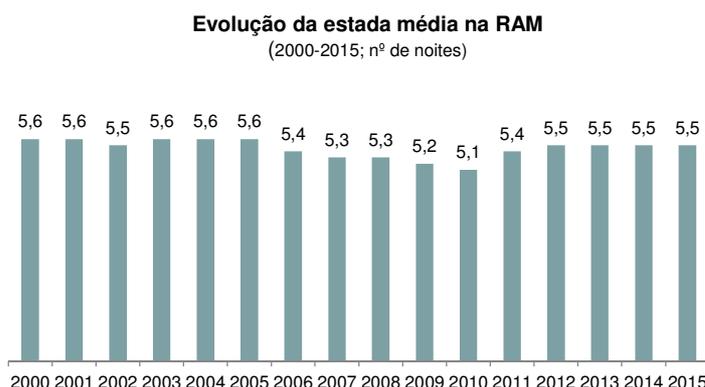


Fonte: DRE (Direção Regional e Estatística da Madeira)

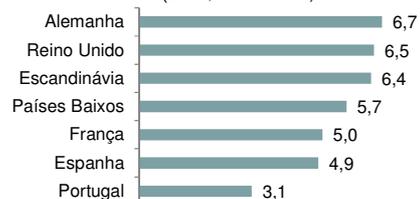
3.2 EVOLUÇÃO DA ESTADIA MÉDIA

A estada média nos estabelecimentos hoteleiros na RAM apresenta resultados semelhantes ao longo dos últimos 4 anos (apesar da queda entre 2005 e 2010), aproximando-se agora dos valores obtidos em 2004 e 2005 e situando-se em torno das 5,5 noites. O ano de 2010, com uma estada média de 5,1 noites marcou o ano em que mais se fez sentir o impacto da crise económica a qual “obrigou” a um menor período de estada na RAM.

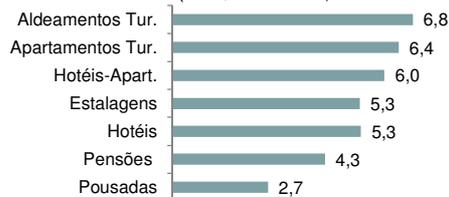
EVOLUÇÃO DA ESTADIA MÉDIA NA RAM POR NACIONALIDADES / TIPOLOGIA
(2000-2015; 2015; n° de noites)



Estada média por nacionalidades
(2015; n° de noites)



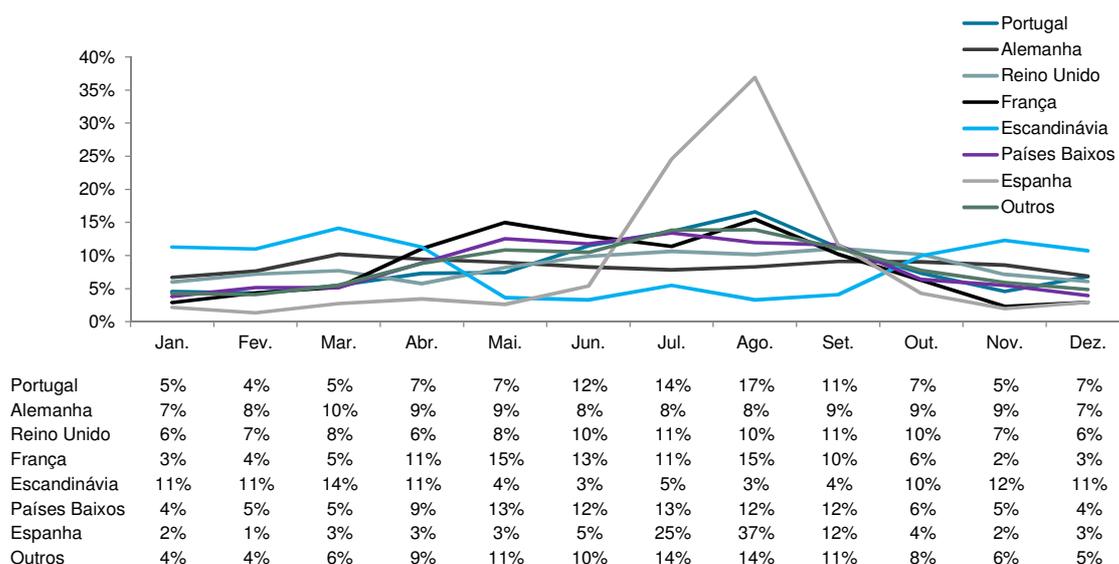
Estada média por tipologia
(2015; n° de noites)



Fonte: DRE – Direção Regional de Estatística da Madeira

Quando analisada a Estada Média por mercado, verifica-se que a Alemanha, o Reino Unido e a Escandinávia apresentam uma estada média superior à média regional demonstrando a aptidão destes mercados para permanecerem no destino RAM por períodos mais longos, coincidindo essas estadas mais longas com o período de Inverno ou o *Shoulder Season*.

SAZONALIDADE DA PROCURA NA RAM, POR NACIONALIDADES
(2015; nº e % de dormidas)



Fonte: DRE (Direção Regional e Estatística da Madeira)

3.3 PERFIL DO TURISTA

A ausência de estudos atuais sobre o perfil do turista na RAM impossibilita uma leitura mais profunda deste tema. No entanto, e através do estudo de mercado realizado pelo Observatório do Turismo foi possível identificar que à semelhança da nacionalidade dos mercados não há alterações significativas a apontar ao perfil dos turistas, existindo sim algumas especificidades tais como:

- Maior procura por parte de casados e com filhos novos;
- Maior número de jovens (em grupo ou de forma independente) e associados na maior parte das viagens a motivações relacionadas com desporto e natureza;
- Alargamento do espectro do segmento sénior (no sentido dos mais jovens) ao qual está também associado uma maior procura por atividades de natureza e de cultura.

Algumas outras alterações relativamente a 2000 (data da realização do POT) relacionam-se com a forma de aquisição de férias (menos pacotes turísticos), forma de deslocação na RAM maior uso de automóvel de aluguer e menos excursões de grande volume), reserva de férias mais próxima da sua realização, mas que são tendências que acompanham de forma geral as tendências mais globais.

4. EVOLUÇÃO DO DESTINO MADEIRA – RAM – OFERTA

4.1 A MADEIRA – RAM NUMA MUDANÇA DE CICLO NA VIRAGEM DO SÉCULO

As ilhas Madeira e Porto Santo, duas ilhas com dimensões sócio territoriais muito diferenciadas encontraram-se na viagem do século num processo de mudança de ciclo, ainda pelas mesmas razões de fundo, salvaguarda da escala das duas ilhas.

Na Ilha da Madeira, o desenvolvimento do turismo assentou, nas últimas décadas, basicamente em três componentes: o **alojamento de tipo “resort”**; a **Cidade do Funchal** como centro de serviços, comércio e oferta complementar; e o **consumo da paisagem**, materializada em excursões pela Ilha, em circuitos organizados.

O Alojamento turístico concentrava-se na orla costeira do município do Funchal, na zona do Lido, alcançando aqui os 65% do total da oferta de alojamento. Santa Cruz, Porto Santo e Machico eram os outros protagonistas desta concentração. A generalidade do restante território tinha um peso reduzido, expresso numa oferta pontual de elementos de atração, integrados nos circuitos turísticos.

Entretanto, nos últimos anos do século passado, a infraestruturização global levada a cabo, com destaque para as novas infraestruturas rodoviárias na Madeira, ia induzindo a novas dinâmicas territoriais, fosse de um modo geral referentes à expansão residencial e reforço de centralidades urbanas, em áreas anteriormente periféricas, fosse no que respeitava mais especificamente aos consumos turísticos e de lazer, pela melhor acessibilidade a potenciais recursos turísticos e consequente alargamento territorial das hipóteses de investimento.

Para além destas novas dinâmicas, verificava-se que a aceleração do crescimento da oferta de alojamento e consequente aumento de turistas na Região, não conseguia ser acompanhada da necessária readaptação e/ou alargamento de produtos turísticos. Assim, alcançou-se uma situação que se caracterizava, por um lado, pela sobre utilização de determinados recursos, como era o caso das levadas mais utilizadas, percursos e miradouros; por outro lado, identificavam-se recursos subutilizados, como o mar, recurso este que, face às características topográficas da Ilha e particularmente da sua orla costeira, exigia infraestruturas dispendiosas que facultassem uma utilização mais intensiva e extensiva deste recurso.

Concluiu-se, no POT, que a colmatação destas debilidades passaria pela adoção de medidas de gestão dos recursos / produtos na altura sobre utilizados, que permitiriam consumos mais confortáveis e qualificados; mas não dispensaria o aproveitamento de recursos disponíveis e a formatação de novos produtos turísticos e de lazer, que proporcionassem uma maior diversificação da oferta, e dessem resposta a um público progressivamente mais exigente e esclarecido e com tendência para a segmentação em torno de produtos específicos.

A Ilha do Porto Santo tinha em elaboração um projeto forte de desenvolvimento, assente num forte investimento público (OIDPS), que viesse a constituir um novo suporte de formatação territorial, aos investimentos turísticos em diversas áreas que se perspetivavam para o curto prazo.

4.2 O POT VEIO APOIAR E ENQUADRAR A MUDANÇA DE CICLO QUE SE VERIFICAVA NA RAM

O Plano de Ordenamento Turístico da RAM constituiu o documento de horizonte 2012, a orientação estratégica e territorial para o turismo, para um período de vigência de 10 anos. Definiu a Estratégia de Desenvolvimento / Modelo Turístico a seguir, o Modelo Territorial de tradução do Modelo Turístico e integrava ainda, para além das Normas de Execução e das Normas Complementares, o Programa “Ações de concretização dos objetivos do POT”, composto por:

- 8 Projetos Estruturantes para a RAM
- 4 Programas Operacionais para o Turismo;
- 19 Projetos Estratégicos por sectores e áreas territoriais
- Estruturas de Gestão do POT

Nos pontos seguintes sintetizamos as três estratégias / modelo turístico e o modelo territorial definidas para a Ilha da Madeira que nos permite, nos pontos seguintes, fazer o balanço da aplicação do POT e o diagnóstico da situação atual.

No ponto 6 do presente Relatório desenvolvemos a estratégia do POT para esta Ilha no contexto de transformação e de alguma incerteza em que se encontrava.

4.2.1 Estratégia de Desenvolvimento / Modelo Turístico

O Modelo Turístico definido pelo POT para a Ilha da Madeira assentou em três eixos estratégicos de desenvolvimento, que foram:

- (i) **Consolidação do Produto Dominante**, acompanhado de medidas para minimizar os bloqueamentos existentes, decorrentes de um modelo concentrado e de crescimento rápido, nomeadamente através da franca abertura do Funchal ao mar;
- (ii) **Desenvolvimento da segmentação turística, através do reforço de produtos turísticos**, com benefício pela consequente introdução de novos canais de contratação, novas formas de gestão, maior diversificação de produtos complementares, maior distribuição territorial, maior distribuição dos efeitos diretos; e
- (iii) **Desenvolvimento da formatação da rede de oferta complementar** explorando a diversidade dos recursos, e requalificando a oferta existente.

O Modelo Turístico do POT expressou-se em função dos objetivos de desenvolvimento sectorial definidos, enunciando os principais eixos de desenvolvimento e os objetivos e propostas para cada uma das suas principais componentes.

As grandes opções recaíam na requalificação e revalorização do **produto dominante**, que continuaria a liderar a oferta do destino, mas também no reforço de **produtos emergentes**, que contribuiriam para uma maior **diversificação da oferta** e **segmentação do mercado**, e que se traduziriam numa maior **desconcentração territorial**, associada aos recursos locais.

EIXO ESTRATÉGICO 1 - “Consolidar o Produto Dominante pela qualificação dos seus elementos diferenciadores”

Mas o que era o produto dominante da Madeira?

O Produto Dominante da Madeira, como aquele que era mobilizador da maior parte das deslocações à Ilha, era um produto composto por três componentes:

- **Alojamento de tipo “Resort”** de qualificação elevada (4 e 5 estrelas), que para além das funções dormida e restauração oferece já complementarmente um conjunto de equipamentos indoor e outdoor, como sejam piscinas, espaços verdes adjacentes, centros de beleza, ginásios, campos de jogos, clubes de saúde, etc.. Localizavam-se maioritariamente junto ao mar e desfrutavam de vistas alargadas;
- **Oferta complementar centrada na Cidade do Funchal** – A Cidade do Funchal constituía e continua a constituir o principal centro urbano da Região e o seu motor de desenvolvimento. Nela se concentravam a maior parte do alojamento, elementos culturais, patrimoniais, comércio, restauração, animação; e
- **Excursões / passeios na Ilha** para desfrute da beleza natural e da paisagem única da Ilha – A designada “Volta à Ilha” por Leste ou Oeste, formatada em excursão fazia

parte deste Produto Dominante. O Turista fazia em média uma ou duas excursões por estadia (de 1 semana).

Para alcançar o objetivo definido de **“Consolidar o Produto Dominante pela qualificação dos seus elementos diferenciadores”**, as propostas centravam-se em:

a) ao nível do alojamento “resort”

- elevar os níveis de qualidade da oferta global;
- elevar os níveis de qualificação profissional;
- melhorar e diversificar a animação;
- incentivar a requalificação das unidades hoteleiras mais antigas e a utilização de materiais regionais;
- elevar a qualificação da inserção territorial (acessos, estacionamento, espaços verdes);

b) ao nível da oferta complementar - Funchal

- Funchal – desenvolver uma ideia estruturante para a Cidade;
- Funchal – divulgação da oferta da Cidade de forma tematizada;

c) ao nível das excursões / passeios na Ilha

- Reordenar a Cidade do Funchal como grande centro emissor dos passeios à Ilha, por terra e por mar;
- Requalificar os percursos e pontos de atração nas excursões pela Ilha; e
- Diversificar as excursões e passeios, explorando o mar como recurso e apostando no reforço das centralidades turísticas da Ilha.

EIXO ESTRATÉGICO 2 - Consolidar os produtos turísticos emergentes, melhorar a exploração dos recursos turísticos para a formação de novos produtos

Os Objetivos Principais, definidos pelo POT, eram:

- Reforçar a segmentação turística através da consolidação de produtos turísticos emergentes; e
- Diversificar a oferta regional, tanto no que se referia à criação de novos produtos turísticos, como em termos de diversificação da oferta complementar.

Quais eram os produtos turísticos emergentes?

Para além do Produto Dominante referido anteriormente, existiam diversos **recursos / produtos emergentes** que se vinham lentamente a formatar como produto turístico e que

certamente reforçariam a atratividade do Destino – estavam, neste caso, **as Levadas e Veredas**, que permitiam o desfrute ativo da paisagem e da natureza; **os Congressos, Incentivos e Negócios (MICE)**, com uma componente marcadamente urbana; as **Atividades Desportivas e de Lazer associadas ao grande recurso que era o Mar**, entre outros.

A estes recursos / produtos correspondiam segmentos de mercado específicos (nichos) com dimensão variável (quota de mercado), que complementavam e sobretudo diversificavam os consumos, nomeadamente em relação ao produto Dominante.¹

Quais eram os Recursos mobilizáveis para o turismo e o lazer?

Na Madeira foram identificadas na altura duas categorias principais de Recursos Primários: os derivados do **Mar** e os derivados da **Paisagem**. Complementarmente considerou-se ainda uma categoria de **infraestruturas** que servem de suporte a produtos turísticos.

No quadro seguinte sintetiza-se os recursos e os produtos emergentes, distribuídos por aquelas categorias.

Considera-se:

- Recurso turístico – o elemento mobilizável para a formação de um produto ou de uma oferta complementar;
- Produto Turístico – o recurso formatado para consumo e que está na base da opção de deslocação;
- Oferta Complementar – o conjunto de ofertas que não constituindo o objetivo principal de consumo, o complementa e enriquece.

RECURSOS	RECURSOS / PRODUTOS
----------	---------------------

¹ A situação de pouca maturação destes produtos reflectia-se na ausência de dados sistematizados que permitiriam desde logo uma abordagem mais incisiva, nomeadamente na relação produto – segmento de mercado, e na caracterização quantitativa e qualitativa desta relação.

PRIMÁRIOS	TURÍSTICOS
PAISAGEM	Passeios em Levadas e Veredas Excursões / Miradouros Percurso em Espaços Naturais e Áreas Protegidas Jardins e Parques Vulcanismo Montanha
MAR	Pesca Desportiva Pesca Desportiva do Alto Passeios Marítimos Vela e outros desportos náuticos Iatismo Mergulho Surfe
INFRAESTRUTURAS	Campos de Golfe Centros de Estágio Desportivo / Eventos Centro de Congressos Portuárias – cruzeiros, atividades náuticas, “Fly and Cruise”

4.2.1.1 Paisagem

No que respeita aos produtos associados ao recurso paisagem, qualquer dos indicados integrava a oferta complementar do destino, enquanto no que se refere aos passeios a pé pelas Levadas e Veredas e à Montanha existiam já nichos de mercado que procuravam o Destino, tendo como motivação de viagem o consumo da paisagem madeirense, através de percursos pedestres.

De facto, o desfrute das áreas de montanhas e picos era efetuado, para além da componente “excursionismo” / miradouros, pelos passeios a pé, que se traduzia no produto turístico “Levadas e Veredas”. Foram identificados na altura diversos tipos de utilizadores:

- **O turista com atitudes e motivações de proteção e preservação da natureza** e que ia à Madeira porque conhecia a existência deste produto e estava disposto a consumi-lo (Norte Europeu); Este turista procurava uma agência da especialidade;
- **O turista que ia integrado em excursão** visitava normalmente uma levada/vereda sem grande risco. Levadas havia em que se encontravam já diversos grupos excursionistas.
- **O turista de natureza, com formação em orientação e em montanhismo** que procurava os percursos de maior dificuldade e menos conhecidos.

Os objetivos do POT eram:

- **Melhorar e reordenar os circuitos pedestres** – passeios em levadas e veredas, procurando hierarquizar a tipologia de consumo, em função dos segmentos de mercados a que se destinavam – percursos tipo, para oferta complementar, grupos organizados; percursos de maior dificuldade, para segmentos mais experimentados, grupos restritos; percursos interditos, por questões de segurança.

- **O Reforço da tematização no consumo das paisagens**, com especial relevo para os Espaços Naturais Protegidos, Jardins e Parques Temáticos, valorizando os aspetos associados à biodiversidade e à origem e evolução geológica e geomorfológica do arquipélago.

4.2.1.2 Mar

Os produtos associados ao mar apresentavam um significativo potencial de afirmação no destino. A sua formatação passaria necessariamente pela criação de infraestruturas portuárias adequadas. Apesar do Funchal se constituir como a principal “Porta de Mar”, os consumos associados a este recurso podiam e deviam ser complementados com uma oferta descentralizada territorialmente, associada a recursos endógenos específicos.

Integravam-se aqui as seguintes atividades:

- Pesca Desportiva
- Pesca Desportiva do Alto
- Passeios Marítimos
- Vela e outros desportos náuticos
- Iatismo
- Mergulho
- Surf
- Canoagem de turismo.

4.2.1.3 Infraestruturas

No que se refere ao produto **Golfe**, as duas infraestruturas existentes não eram suficientes para perspetivar a Madeira - RAM como destino de Golfe², constituindo contudo uma oferta complementar importante. A implementação de um conjunto de campos de golfe nas Ilhas da Madeira e Porto Santo, que se perspetivava, reforçaria a atratividade do destino para os segmentos de mercado “golfe”, em crescimento.

O **Desporto**, nas suas componentes **Eventos e Centro de Estágios**, apresentava-se também como um produto com capacidade de afirmação e reforço, apontando-se para tal a construção de infraestruturas que complementassem as existentes na altura, nomeadamente Centros de Estágios e um Pavilhão Multiusos.

² Relembramos que mais de 50% dos utentes dos dois campos de golfe existentes são residentes.

O **Produto Congressos / Incentivos** apresentava uma tendência para reforçar a quota de mercado associada, sobretudo desde a construção do Madeira Tecnopolo, que veio oferecer uma sala de maiores dimensões. Para a sua consolidação e expansão seria necessário melhorar os níveis de equipamento das instalações e articular estratégias de promoção público / privado, que relevassem das potencialidades do Destino para a realização deste tipo de atividades, ao longo de todo o ano.

EIXO ESTRATÉGICO 3 – Oferta Complementar – formatar em rede e diversificar e requalificar a oferta

Os objetivos principais para este eixo estratégico de desenvolvimento eram:

- **Formatar a oferta complementar em rede, e de forma tematizada**, seja no maior centro urbano-turístico, o Funchal, seja numa perspetiva regional, potenciando o desenvolvimento de complementaridades locais;
- **Diversificar a oferta complementar**, no sentido de alcançar vários segmentos de mercado e de forma progressivamente ajustada ao reforço de novos produtos turísticos / nichos de mercado; e
- **Requalificar a oferta existente**, através de programas específicos, em função de cada tipologia.

O Destino oferecia na altura uma **oferta complementar** dispersa, heterogénea, onde coexistiam formas tradicionais de consumo, que permaneciam (noite típica, animação turística de hotel, etc.) com outras de consumo mais independente da unidade hoteleira ou operador turístico.

Esta oferta encerrava já um conjunto rico e diversificado de eventos, festas, locais de lazer, cultura, etnografia, etc., embora não se encontrasse hierarquizada e orientada para determinados segmentos de mercado.

As principais componentes da oferta complementar, não incluídas nas já anteriormente identificadas, eram a Restauração; Núcleos Museológicos; Património Monumental; Eventos; Festas; Vinho; Artesanato; Animação cultural; Animação noturna etc.

Face às **debilidades e tendências instaladas** detetadas as **propostas para o reforço da oferta complementar** no âmbito da **cultura e do lazer** centravam-se essencialmente:

- no reforço da **formatação dos locais de atracção** aos visitantes (arquitetura dos espaços e calendários de animação);

- na melhoria da **promoção específica**, quer ao nível de roteiros, quer ao nível de sistemas de sinalização;
- na criação de **redes de interdependência** entre **equipamentos e recursos de natureza cultural**, permitindo aumentar a capacidade promocional do conjunto de produtos e diversificar os roteiros de visitas (nomeadamente reorganizando os equipamento culturais, museológicos e patrimoniais) e recursos naturais, para que passassem a ser vendidos em rede promocional;
- na melhoria da **capacidade de afetação de recursos humanos no sector da animação turística**, nomeadamente pelo reforço das atividades de formação em animação turística e cultural e desportiva; e
- beneficiando das novas condições de acessibilidade, no **aumento da capacidade de atracção de turistas dos diferentes concelhos**, por melhoria da oferta de elementos de natureza cultural, gastronómica e por uma melhoria global da organização interna da oferta cultural da cidade do Funchal, enquanto principal centro de produção cultural da Madeira.

Como exemplo da melhoria global da oferta complementar de natureza cultural, o POT propunha:

- a conceção duma **rede de Museus da Madeira**, que entre outros objetivos poderia articular uma unidade imagética promocional dos museus, assegurar o tratamento dos espaço museológicos de forma a assegurar uma linguagem moderna e atual, e permitir a exploração das potencialidades do património edificado da região;
- A melhoria do **“Calendário de “Eventos”**, através duma articulação dos eventos de natureza cultural, religiosa, económica ou de lazer integrados nas dinâmicas comunitárias com a promoção hoteleira, diversificando a sua distribuição territorial e temporal e temática;
- Reforçar a capacidade de **atração dos eventos já consolidados** no calendário turístico da Madeira e do Porto Santo (Festa de Fim de Ano, Festas da Flor, Carnaval, etc.);
- O desenvolvimento das **parcerias entre o sector publico**, (promotor dos eventos) e o **sector privado** (hoteleiros, restauração e comerciantes), na ótica da conjugação de esforços e políticas para reforço da rendibilidade das atividades;
- Criação dum **evento, de escala regional e de natureza cultural, em torno da especificidade atlântica da Madeira** (por ex. *Festival do Atlântico*), celebrando a exuberância da natureza da ilha, a riqueza do seu património, e a contribuição da Região para a História e a cultura da Europa, explorando as potencialidades da Ilha como Plataforma da Europa, e dirigido aos públicos urbanos europeus, em particular, no mercado ibérico; e
- A implementação de **Parques Temáticos, adaptada às condições histórico-culturais e paisagísticas da Ilha da Madeira**, que poderia contribuir para reforçar a capacidade de atracção da oferta complementar.

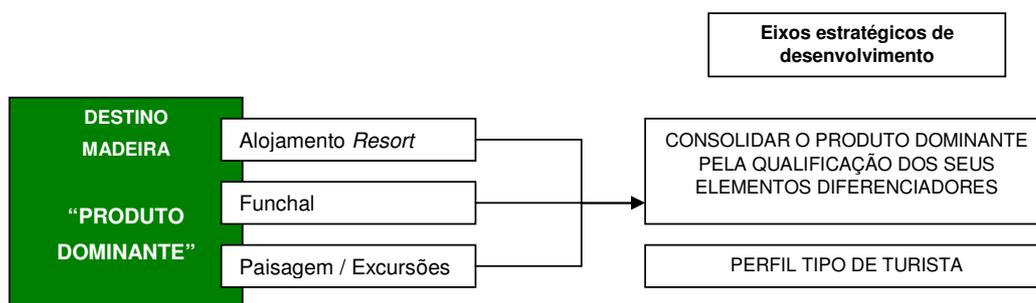
REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

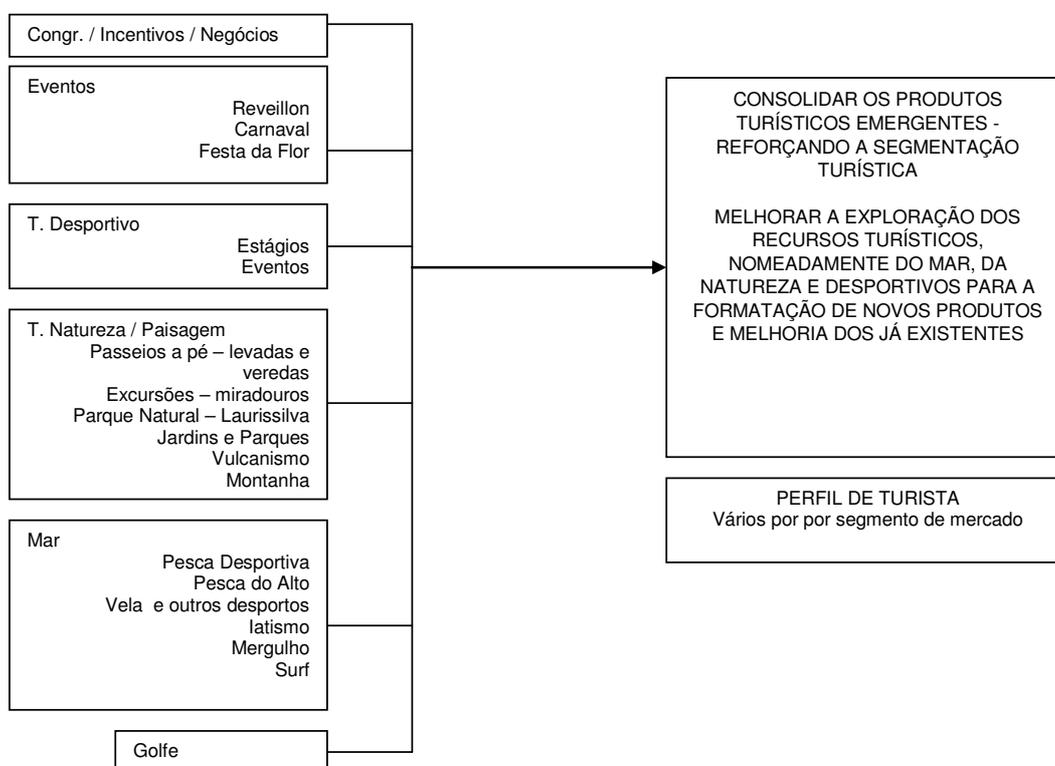
Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

O Modelo Turístico definido pelo POT (2002) é expresso no quadro seguinte.

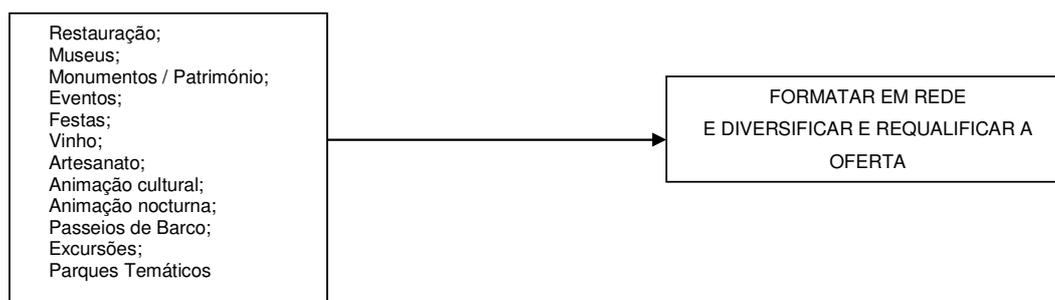
MODELO TURÍSTICO MADEIRA



OUTROS PRODUTOS / RECURSOS TURÍSTICOS



OFERTA COMPLEMENTAR



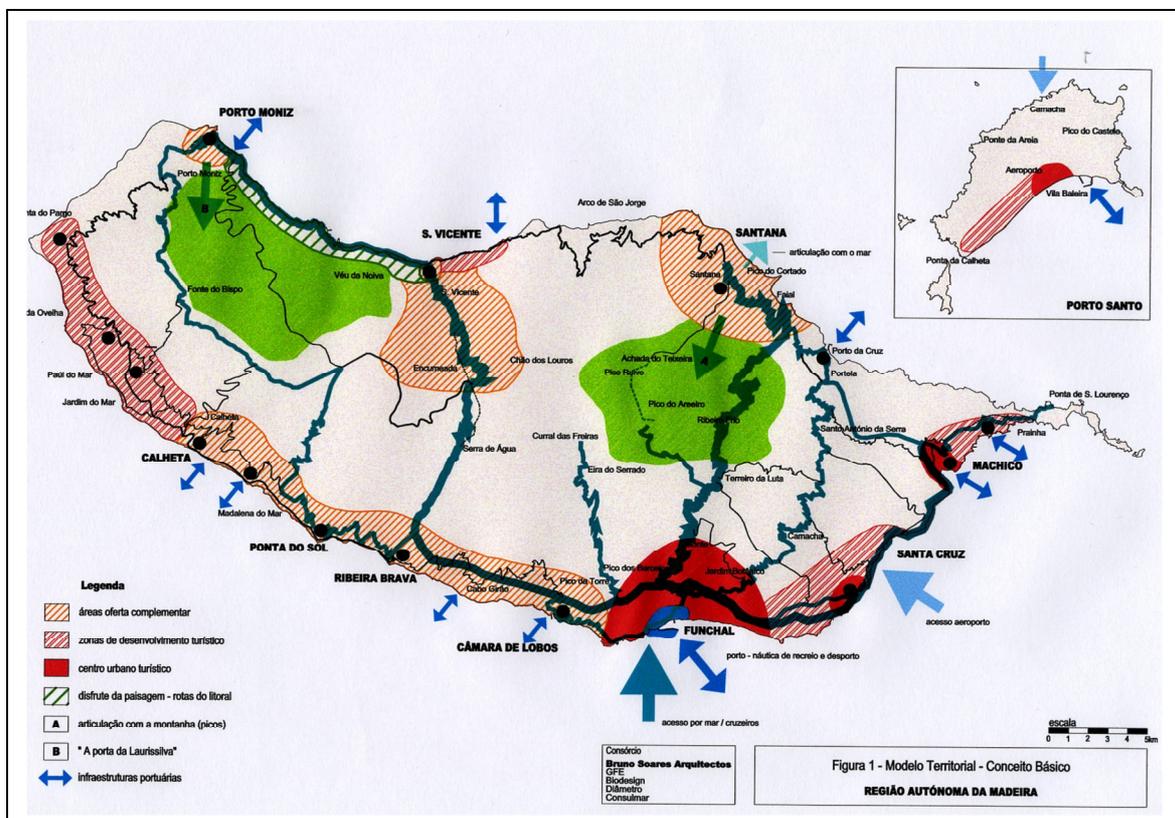
4.2.2. Modelo Territorial

Face às debilidades detetadas no Diagnóstico e ao cenário de crescimento da oferta hoteleira que existia na altura, e ainda às implicações decorrentes no consumo dos produtos turísticos e da oferta complementar, enunciou-se, como **conceito básico para o Modelo Territorial da Madeira**:

- Potenciar o **Mar como o recurso turístico e de lazer**, com grande capacidade de carga;
- Posicionar o **Funchal como o grande centro urbano-turístico da Madeira** e a principal **Porta de articulação com o Mar e com a Ilha**;
- **Desconcentrar territorialmente a oferta, nomeadamente para as Costas Este e Oeste**, potenciando o desenvolvimento de recursos locais, com destaque para a articulação com o Mar; e
- **Reposicionar o interior da Ilha e a Costa Norte na oferta turística e de lazer**, valorizando os recursos endógenos, com relevo para a Laurissilva, a Montanha a Paisagem Litoral, e a Geologia.

A figura seguinte expressa o conceito básico do Modelo Territorial que viria a constituir a base para o Modelo Territorial do Turismo e do Lazer das Ilhas da Madeira e do Porto.

Figura – Conceito básico para o Modelo Territorial da Madeira e Porto Santo



Modelo Territorial da Madeira – Aproveitamento do Mar como Recurso

O POT propunha o aproveitamento do Mar como recurso, através do ordenamento de infraestruturas portuárias, nas diversas costas das Ilhas da Madeira e do Porto Santo, com destaque para o Porto do Funchal, como o grande centro de cruzeiros, das atividades marítimo-turísticas e da náutica de recreio, e para o Machico como um importante centro náutico, associado à vela e a outras atividades desportivas. Igualmente, para o Porto Santo, a potenciação do recurso Mar centra-se na instalação de um Porto Base.

Foi adotado um esquema de zonamento da Costa condizente com as especificidades dos diferentes tipos de navegação de recreio e desporto identificados. O principal critério utilizado foi o de conjugar as condições naturais existentes com as necessidades de apoio à navegação de recreio, nomeadamente no respeitante ao equipamento das **“Zonas de Cruzeiro”**, à valorização de entre estas zonas das que são elegíveis como **“Regiões Turísticas de Cruzeiro”** e à criação de **“Cadeia de Apoios”** ao longo de toda a costa, por forma a permitir a navegação costeira em toda a sua extensão.

Modelo Territorial da Madeira – Reorganização dos Consumos da Paisagem

O POT propunha a Reorganização dos consumos da paisagem e dos restantes valores naturais, através da diversificação e reorganização de circuitos e percursos turísticos, destacando-se:

- **As Áreas Protegidas**, incluindo o Parque Natural da Madeira e outras áreas, destacando-se naturalmente a Floresta Laurissilva, classificada Património da Humanidade, a qual surgia como um dos novos atrativos para o turismo;
- **A zona rural interior e os picos**, usufruída através das numerosas levadas e veredas existentes; e
- **A paisagem costeira** usufruída através dos circuitos viários e pedestres (veredas, caminhos reais), relacionados com o mar.

Concluía ainda que o **Mar era o recurso de natureza com maior capacidade de carga e mais desaproveitado**, pelo que na ótica da diversificação das excursões na Ilha, deveria existir uma **franca abertura ao Mar**.

No ponto seguinte explicitamos com mais pormenor a evolução da reorganização dos consumos de paisagem, em função das orientações e normativa do Plano.

Modelo Territorial da Madeira – Exploração da Oferta Temática por Áreas Geográficas

No contexto da diversificação da oferta turística e de uma mais equilibrada distribuição territorial dos produtos / pontos de atração perspectivava-se a exploração da oferta temática por áreas geográficas, associada aos recursos endógenos.

Assim, o POT propunha para:

Costa Norte:

Porto Moniz – “A Porta da Laurissilva”

S. Vicente – Na “Rota das Origens”

Santana – Centro do Turismo Rural

Costa Sul:

Machico – Centro Náutico

Santa Cruz – Centro do Turismo Desportivo

Câmara de Lobos – Centro de animação

Ribeira Brava / Ponta do Sol e Calheta

Modelo Territorial da Madeira – Funchal, Principal Centro Urbano-Turístico

O Funchal era (e continua sendo) o **principal centro urbano-turístico**, pela concentração não só da maioria da oferta de alojamento, como da maior parte dos elementos que compunham a oferta complementar – património, eventos, comércio, restauração, animação.

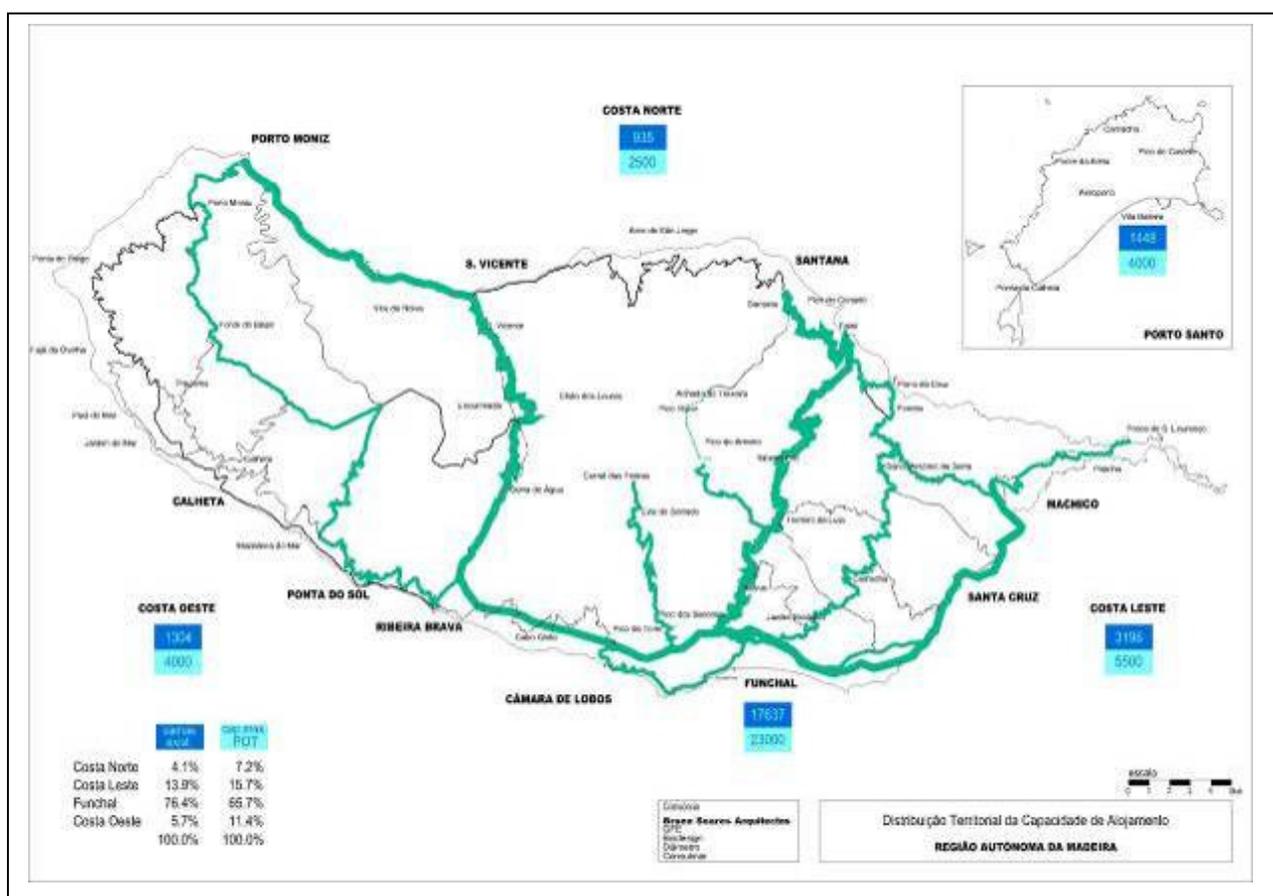
Em termos territoriais, era também na cidade do Funchal que se faziam sentir grande parte dos bloqueamentos decorrentes do crescimento rápido da oferta hoteleira registado nos anos anteriores.

Apesar dos investimentos públicos efetuados já na altura, na Cidade do Funchal, com o objetivo claro de melhorar funcionalmente a sua centralidade, de recuperar espaços e edifícios de valor patrimonial, de melhorar as acessibilidades ao centro e a mobilidade na Cidade, de alargar os espaços de fruição pública (Promenade, Praça do Museu do Açúcar, Novo Complexo de Piscinas, novas áreas lúdicas de jardins), o ritmo acelerado de crescimento da oferta hoteleira não encontrava nas transformações efetuadas o contraponto necessário para a manutenção dos elevados padrões de oferta que sempre fizeram parte das características do destino. Assim, verificavam-se bloqueamentos / debilidades em diversas áreas, para os quais o POT propunha um conjunto de projetos e ações que pormenorizamos mais adiante.

Modelo Territorial da Madeira – Oferta de Alojamento Turístico

Quanto à oferta de alojamento, estabelecidos limites para o seu crescimento nas 39.000 camas, o Modelo Territorial do POT assentava:

- No controlo e gestão do crescimento da capacidade hoteleira, para o horizonte de 2010/2012;
- na desconcentração territorial da oferta associada à diversificação das tipologias e aos produtos turísticos locais (turismo rural, de habitação, agroturismo, estalagens, pequenas unidades hoteleiras nos núcleos urbanos e no espaço rural, quintas madeirenses); e
- na contenção e requalificação da oferta hoteleira no Funchal e Caniço.



5. COMO É ATUALMENTE A ILHA DA MADEIRA

5.1 O QUE É ATUALMENTE O PRODUTO DOMINANTE DA ILHA DA MADEIRA

Do diagnóstico efetuado concluímos que o **Produto Dominante da Ilha da Madeira** regista algumas alterações nas suas componentes, que acompanham aliás as tendências de evolução dos últimos anos, tanto do lado da procura, das motivações e das formas de consumo, como do lado da formatação da oferta, como aprofundamos mais à frente. Analisamos então a evolução das 3 componentes.

No que se refere à componente **“Alojamento de tipo “Resort”** de qualificação elevada (4 e 5 estrelas), a situação manteve-se e reforçou-se, uma vez que o número de estabelecimentos classificados com 4 e 5* passou o seu peso de 23 % para 39 % do total da RAM, e a capacidade de alojamento evoluiu de 65% para 74% do total de camas.

QUADRO 5.1.1. - EVOLUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS 2000 / 2015

Classificação	2000				2015			
	Nº Est.	%	Nº Camas	%	Nº Est.	%	Nº Camas	%
TOTAL	262	100	23.713	100	231	100	30.635	100
Classificados 5 e 4*	61	23	15.434	65	91	39	22.644	74

Fonte: DRT Madeira

A concentração desta oferta de classificação mais elevada continua a ser na cidade do Funchal.

No que respeita à componente **“Oferta complementar centrada na Cidade do Funchal – passeios, jardins, compras, património, animação”**, a situação de concentração na Cidade também se mantém, mas assistiu-se a uma desconcentração territorial de novos equipamentos associados ao turismo, à cultura e ao lazer, que permitem novos consumos descentralizados territorialmente.

No Ponto 5.7 do presente Relatório referente na cidade Funchal à História, Património e Cultura, evidenciam-se a riqueza e a diversificação destas componentes, que integram a oferta complementar.

É notória a concentração na cidade do Funchal concentração deste tipo de oferta, com a implementação de um conjunto de ações e projetos, e como tal a atração de turistas e visitantes. A título de exemplo, referimos alguns deles.

Colégios dos Jesuítas



A recuperação da Sé do Funchal (para a comemoração dos 500 anos da Diocese do Funchal) e do Colégio dos Jesuítas são exemplos da requalificação patrimonial que teve lugar na Cidade. Reforçaram-se as centralidades turísticas existentes, como na zona do Lido, com uma oferta de restauração diversificada e qualificada mas surgiram também novas centralidades de animação no casco histórico (Bairro de Santa Maria), com a concentração de restaurantes e bares, numa linguagem contemporânea, aliando valores culturais à gastronomia e ao lazer.

As Portas Pintadas de Santa Maria



O Teleférico do Funchal, inaugurado no ano 2000 revela-se uma infraestrutura de lazer de sucesso, permitindo uma comunicação entre as zonas baixas da Cidade e o Monte. O edifício da estação do Teleférico na zona Ribeirinha é também um espaço de animação cultural onde se realizam mostras de artesanato ou Bordado da Madeira. Entretanto foi construído o Teleférico do Jardim Botânico inaugurado em 2005, a partir do Largo das Babosas, no Monte.

Em termos Museológicos há a registar, nomeadamente, a implementação do Museu interativo Madeira *Story Centre*, inaugurado em 2005, museu este que relatava a história e cultura da Madeira e o Museu CR7, de Cristiano Ronaldo, inaugurado em 2013, que concentra os seus troféus e se constitui numa significativa atração da Cidade.

Madeira *Story Centre*



Museu CR7

Organizam-se hoje excursões na Cidade, mais diversificadas e tematizadas, por exemplo “Na Rota das Origens do Campeão” - que integra a visita ao novo Museu CR7, ao campo onde aprendeu a jogar à bola e ao local onde nasceu.

Ou excursões de carácter cultural que integram a visita ao espaço da Associação Musical e Cultural Xarabanda. Esta Associação iniciou, em 2004, um “*Projeto de Turismo Cultural*” com uma agência de viagens, recebendo grupos de turistas onde lhes é divulgado o trabalho da Associação, assim como, os géneros musicais e os instrumentos da Madeira.



A Cidade Capital foi objeto de um processo de requalificação urbanística nos últimos anos, transformou significativamente a generalidades dos centros urbanos sedes de concelho, mas também o Funchal. A centralidade urbano-turística do Lido reforçou-se e ampliou-se com a construção de novas unidades hoteleiras, do passeio marítimo e o surgimento de novos espaços de lazer e de restauração.

Finalmente, no que se refere às **“Excursões / passeios na Ilha”** para desfrute da beleza natural e da paisagem, a situação alterou-se de forma mais significativa.

A excursão **“Volta à Ilha”**, deu lugar a uma multiplicidade de novas excursões, por terra e por mar.



No âmbito do excursionismo em terra, verificamos o seguinte:

- Uma das alterações mais significativas parece ser a alteração da dimensão / tipologia do transporte. Para acompanhar as tendências da procura e a concorrência dos consumos mais individualizados os operadores apostam em excursões mais diversificadas e de menor dimensão. cremos que hoje em dia os picos de excursionismo de autocarros grandes se reporta mais à presença de cruzeiros na Madeira.
- As excursões “Levadas e Veredas” consolidam-se, existindo um crescente número de turistas a realizar pelo menos uma Levada por deslocação;
 - Houve uma diversificação nas excursões terrestres, apoiadas muitas vezes em transportes de menor dimensão e mais flexíveis;
 - A diversificação e maior flexibilidade foram suportadas pela alteração da mobilidade na Ilha, com a construção de novas vias regionais, e por consumos mais individualizados, que respondem às novas motivações dos turistas;
 - Houve uma alargamento de percursos visitáveis – levadas e veredas, e como tal um reforço deste tipo de consumo de natureza;
- Uma melhoria dos pontos de atração / paragem e de apoio ao excursionismo, associada às obras de requalificação urbanística efetuadas – zonas de paragem de autocarros, requalificação de alguns dos Miradouros mais emblemáticos, etc.

- Construíram-se novos equipamentos de atração para o turista a potenciar uma reformatação e diversificação das excursões – Centro de Vulcanismo, em S. Vicente; o Aquário em Porto Moniz, o Museu da Baleia no Caniçal, Machico, o Parque Temático da Madeira, em Santana, etc.
- Um significativo reforço da produção cultural de divulgação dos valores naturais e patrimoniais da Madeira, a potenciar mais e melhor informação e consumos diversificados.



No âmbito do excursionismo no Mar, existia apenas o passeio na Caravela, que se mantém. Atualmente verificamos que houve um significativo crescimento e diversificação das excursões marítimas:





- A observação de cetáceos surge formatada em excursões, realizada por diversos tipos de embarcações;
- A Viagem às Desertas é organizada por diversos operadores – consiste na viagem de barco, paragem para snorkeling na Deserta Grande, “volta à casa” (percurso explicativo em volta da Casa dos Vigilantes do Parque Natural da Madeira), almoço a bordo e regresso.
- As excursões marítimas tendem a uma maior diversificação e tematização:
 - Excursão de Pôr do Sol; e
 - Passeio do Funchal a Câmara de Lobos – articulando modos de transporte marítimo e terrestre.

O facto de não dispormos de dados organizados sobre o excursionismo não nos permite, neste momento, aferir do peso de excursionismo face aos consumos autonomizados.

Ainda assim, cremos poder concluir que continuará a existir um “Produto Dominante” que mantém a incorporação das componentes Alojamento e a concentração da oferta complementar na Cidade do Funchal, mas em que a componente excursionismo, a designada “Volta à Ilha”, por Este ou por Oeste, que ainda assim continua a existir, desmultiplica-se numa multiplicidade de passeios e novos pontos de interesse, distribuídos no território, e com boas condições de acessibilidade, que poderão eventualmente ser suportados por duas motivações mais intensas:

- uma de consumo de natureza – para além da paisagem global, a fauna, a flora, os recursos naturais; e
- outro de consumo cultural, os museus, os lugares, a música, o património.

5.2 EVOLUÇÃO DO ALOJAMENTO NA RAM

O POT referia a Madeira como um destino turístico que assentava a sua oferta de alojamento na Hotelaria tradicional, com elevado nível de classificação, e de tipo “resort”, residindo neste facto um dos seus fatores de especialização. Referia ainda que, ao contrário de outros destinos, onde a oferta hoteleira corresponde a uma quota diminuta no conjunto da oferta de alojamento, a Madeira configurava-se como um destino turístico / hoteleiro de elevada qualidade.

À data do início elaboração do POT (dados de 1998) a distribuição territorial da oferta caracterizava-se pela concentração no Funchal, onde se localizavam praticamente metade dos estabelecimentos e 74% das camas, (77% se individualizarmos o Porto Santo) predominando aí as tipologias de hotéis de 4 e 5* e de hotéis-apartamentos de 4*. O concelho de Santa Cruz destacava-se com uma oferta a rondar os 12%, seguido do de Machico.

Um dos objetivos do POT (2002) era a desconcentração territorial da oferta de Alojamento, com a consequente diminuição do peso do Funchal e reforço da oferta nas Costas Leste, Oeste e Norte. Um outro importante objetivo era a contenção da oferta nas 35.000 camas na Madeira, no horizonte do Plano (10 anos) ou seja 2012, e a contenção da oferta no Porto Santo nas 4.000 camas.

QUADRO 5.2.1. – DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DE ALOJAMENTO (CAMAS) EM 2000 E MODELO POT

Concelho	Camas 2000		Modelo POT	
	Camas	%	Camas	%
FUNCHAL	17.637	76,4	23.000	65,7
Santa Cruz	2.490	10,7	-	-
Machico	706	3,1	-	-
COSTA LESTE	3.196	13,9	5.500	15,7
Câmara Lobos	158	0,7	-	-
Ribeira Brava	350	1,5	-	-
Ponta do Sol	152	0,7	-	-
Calheta	644	2,8	-	-
COSTA OESTE	1.304	5,7	4.000	11,4
Santana	324	1,4	-	-
S. Vicente	404	1,8	-	-
Porto Moniz	207	0,9	-	-
COSTA NORTE	935	4,1	2.500	7,2
ILHA MADEIRA	23.072	100,0	35.000	100,0
ILHA PORTO SANTO	1.448	-	4.000	100,0
TOTAL R.A.M.	24.520	-	39.000	-

Fonte: DRT - Direção Regional de Turismo

5.2.1 Evolução da Capacidade de Alojamento

Depois do *boom* da década de 90, em que a capacidade de alojamento cresceu 83%, o crescimento da década de 2000 volta ao ritmo dos anos 70, com uma variação positiva de 25%.

QUADRO 5.2.1.1. – EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NA RAM, 1974/2016

1974	1980	V. %	1990	V. %	2000	V. %	2016	V. %
9 074	11 454	26	13 419	17	24 520	83	30 694	25

Fonte: DRT - Direção Regional de Turismo

De acordo com os dados da DRT a RAM dispõe atualmente de uma capacidade de alojamento turístico classificado de 30 694 camas, incluindo as tipologias de Turismo em Espaço Rural (TER), distribuídas territorialmente conforme o quadro seguinte.

QUADRO 5.2.1.2. – EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, 2000 / 2016 (*)

Ilha / Concelho	Camas 2000	Camas 2016	Var. %	Modelo POT p/ 2012	
				Camas	Dif.
FUNCHAL	17.637	18.548	5,2	23.000	- 4.452
Santa Cruz	2 490	3.783	51,9	-	-
Machico	706	981	39,0	-	-
COSTA LESTE	3.196	4.764	49,1	5.500	- 736
Câmara Lobos	158	841	432,3	-	-
Ribeira Brava	350	348	-0,6	-	-
Ponta do Sol	152	337	121,7	-	-
Calheta	644	1.436	123,0	-	-
COSTA OESTE	1.304	2.962	127,1	4.000	- 1.038
Santana	324	305	-5,9	-	-
S. Vicente	404	632	56,4	-	-
Porto Moniz	207	329	58,9	-	-
COSTA NORTE	935	1.266	35,4	2.500	- 1.234
ILHA MADEIRA	23.072	27.540	19,4	35.000	- 7.460
PORTO SANTO	1.448	3.154	117,8	4.000	- 846
TOTAL R.A.M.	24.520	30.694	25,2	39.000	- 8.306

(*) inclui as modalidades de alojamento classificadas pelo turismo, incluindo T.E.R.

Em relação aos objetivos do POT, verifica-se que o crescimento ficou aquém do estimado, em 8.306 camas. Os municípios que mais cresceram foram o de Câmara de Lobos, o de Ponta do Sol e o da Calheta, na Costa Oeste, que globalmente quase que duplica a sua oferta. As Costas

REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

Leste e Norte apresentam crescimentos a rondar os 40%/50% e o Funchal apenas reforça a sua capacidade em 5,2%.

5.2.2 Evolução da distribuição territorial

A distribuição territorial da oferta de alojamento evolui no sentido do Modelo Territorial do POT, de desconcentração do Funchal, sobretudo para a Costa Leste e Oeste, mas não o alcançou.

Em 2016, o Funchal é o concelho com a maior capacidade de oferta de alojamento turístico da RAM com 18.548 camas, representando cerca de 67% da oferta total, seguido por Santa Cruz com 14% (3 783 camas).

Apesar do crescimento muito significativo de alguns concelhos como Câmara de Lobos e Calheta, as respetivas quotas rondam apenas os 3% e 5% da oferta da Ilha, respetivamente.

QUADRO 5.2.2.1. – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO ALOJAMENTO TURÍSTICO, 2000 / 2016 (*)

Ilha / Concelho	Camas 2000	%	Camas 2016	%	Modelo POT p/ 2012	
					Camas	%
FUNCHAL	17 637	76,4	18 548	67,3	23 000	65,7
Santa Cruz	2 490	10,7	3 783	13,7	-	-
Machico	706	3,1	981	3,6	-	-
COSTA LESTE	3 196	13,9	4 764	17,3	5 500	15,7
Câmara Lobos	158	0,7	841	3,1	-	-
Ribeira Brava	350	1,5	348	1,3	-	-
Ponta do Sol	152	0,7	337	1,2	-	-
Calheta	644	2,8	1 436	5,2	-	-
COSTA OESTE	1 304	5,7	2 962	10,8	4 000	11,4
Santana	324	1,4	305	1,1	-	-
S. Vicente	404	1,8	632	2,3	-	-
Porto Moniz	207	0,9	329	1,2	-	-
COSTA NORTE	935	4,1	1 266	4,6	2 500	7,2
ILHA MADEIRA	23 072	100,0	27 540	100,0	35 000	100,0
PORTO SANTO	1 448	-	3 154	-	4 000	100,0
TOTAL R.A.M.	24 520	-	30 694	-	39 000	-

(*) inclui as modalidades de alojamento classificadas pelo turismo, incluindo T.E.R.

FIGURA 5.2.2.1. – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA OFERTA DE ALOJAMENTO TURÍSTICO CLASSIFICADO POR MUNICÍPIO 2000/2016



Fonte: DRT e neoturis

5.2.3 Oferta de alojamento residencial de lazer

Em 2000 o POT analisava o peso da residência secundária, de uso sazonal, em relação à oferta de alojamento turístico classificado e concluía que aquela tinha muito pouco peso, nomeadamente por comparação com outros destinos turísticos. Referia o POT que a Madeira era um “destino eminentemente turístico”. Algumas das residências secundárias davam lugar a moradias turísticas, no enquadramento jurídico existente à época.

Nos últimos anos verificou-se uma alteração na legislação turística ao nível do Alojamento Local (AL), até que em 2014 foi criado um decreto-lei colocando o Alojamento Local como categoria autónoma com regime jurídico próprio. Esta criação teve como objetivo a eficiência e simplificação da legislação do Alojamento Local, assim como a clarificação de alguns aspetos do regime e uma maior flexibilidade no acesso a exploração dos estabelecimentos de AL na modalidade de apartamento.

REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

QUADRO 5.2.3.1. – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO ALOJAMENTO TURÍSTICO, ALOJAMENTO LOCAL, E TOTAL 2016

Ilha / Concelho	Camas Turísticas Classificadas 2016	%	Camas Alojamento Local 2016	%	Total Camas 2016	%
FUNCHAL	18 548	68,8	1 907	34,6	20.455	61,9
Santa Cruz	3 783	13,8	793	14,4	4.576	
Machico	981	3,6	191	3,5	1.172	
COSTA LESTE	4 764	17,4	984	17,8	5.748	17,4
Câmara Lobos	841	3,0	30	0,5	871	
Ribeira Brava	348	1,2	92	1,7	440	
Ponta do Sol	337	1,2	230	4,2	567	
Calheta	1 436	3,5	1 673	30,3	3.109	
COSTA OESTE	2 962	8,9	2 025	36,7	4.987	15,1
Santana	305	1,5	377	6,8	682	
S. Vicente	632	2,3	183	3,3	815	
Porto Moniz	329	1,1	42	0,8	371	
COSTA NORTE	1 266	4,9	602	10,9	1.868	5,7
ILHA MADEIRA	27 540	100,0	5 518	100,0	33.058	100,0
PORTO SANTO	3 154	-	345	-	3.499	-
TOTAL R.A.M.	30 694	-	5 863	-	36.557	-

Fonte: DRT e neoturis

Atualmente encontram-se na RAM cerca de **5 863 camas classificadas como Alojamento Local, 16% do somatório dos dois tipos de alojamento** (dados recolhidos pela DRT).

Este fenómeno, recente, não é exclusivo da RAM mas antes global à escala mundial. Advém sobretudo do crescimento abrupto da oferta residencial da última década que, combinada com a crise económica e financeira, impulsiona as famílias detentoras destas unidades residenciais a colocarem-nas num mercado de arrendamento de curta duração.

O número relativamente significativo destas unidades na RAM implica sobretudo uma forma diferente de viajar e de realização de férias e alia-se à maior facilidade em voar para a Madeira. Este fenómeno traduz e continuará a traduzir não uma alteração profunda do perfil do turista no destino mas antes o desenvolvimento e diversificação da procura à qual a oferta se deverá posicionar.

As 5 518 camas de Alojamento Local da Madeira distribuem-se sobretudo pelo Funchal (34,6%) e pela Costa Oeste (36,7%), destacando-se nesta o concelho da Calheta, a concentrar 30% da oferta. Contudo, no conjunto da oferta de camas deste Concelho o alojamento local

representa 54%. Ao contrário, no Funchal, a quota do alojamento não classificado como turístico é de apenas 9% do somatório das camas. Na Costa Norte o concelho de Santana é o que concentra maior número de camas de alojamento local, com uma quota de 6,8%.

FIGURA 5.2.3.1. – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO ALOJAMENTO TURÍSTICO, ALOJAMENTO LOCAL, E TOTAL 2016



Fonte: DRT e neoturís

5.2.4 Dinâmicas de Crescimento do Alojamento Turístico na RAM

Existem na RAM, atualmente, 3 273 camas de empreendimentos turísticos em construção, das quais aproximadamente 20% localizam-se no Porto Santo e 50% no Funchal (incluindo o Hotel Madeira Palácio com 500 camas). Assim é expectável que entre 2017 e 2018 a capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos alcance as 33 967 camas, que correspondem a uma variação positiva de 10,7% na RAM, (22,4% no Porto Santo com mais 706 camas e 9,1% no Funchal com mais 1 686 camas).

REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

Além do Porto Santo e do Funchal, outros municípios que protagonizam um maior crescimento são a Calheta (cresce 19%) e o Machico (55%).

QUADRO 5.2.4.1. PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NA RAM, EM CURSO E APROVADOS

Concelho	2016	Expectável 2017/2018			PROJECTOS APROVADOS			MODELO POT 2002/2012	
	1 Exist. 2016	2 obra iniciada	3 TOTAL 1+2	Var. % a 2016	4 obra não iniciada	5 TOTAL 3+4	Var. % a 2016	Camas	%
FUNCHAL	18 548	1 686	20 234	9,1%	114	20 348	9,7%	23 000	66%
Santa Cruz	3 783	62	3 845	1,6%	1 321	5 166	36,6%	-	-
Machico	981	540	1 521	55,0%	74	1 595	62,6%	-	-
C LESTE	4 764	602	5 366	12,6%	1 395	6 761	41,9%	5 500	16%
C. Lobos	841	0	841	0,0%	22	863	2,6%	-	-
R. Brava	348	0	348	0,0%	0	348	0,0%	-	-
Ponta do Sol	337	0	337	0,0%	0	337	0,0%	-	-
Calheta	1 436	273	1 709	19,0%	101	1 810	26,0%	-	-
C OESTE	2 962	273	3 235	9,2%	123	3 358	13,4%	4 000	11%
Santana	305	6	311	2,0%	98	409	34,1%	-	-
S. Vicente	632	0	632	0,0%	0	632	0,0%	-	-
Porto Moniz	329	0	329	0,0%	0	329	0,0%	-	-
C NORTE	1 266	6	1 272	0,5%	98	1 370	8,2%	2 500	7%
MADEIRA	27 540	2 567	30 107	9,3%	1 730	31 837	15,6%	35 000	100%
P. SANTO	3 154	706	3 860	22,4%	3 074	6 934	119,8%	4 000	100%
R.A.M.	30 694	3 273	33 967	10,7%	4 804	38 771	26,3%	39 000	-

Fonte: DRT e neoturis

As intenções de investimento em alojamento materializadas em projetos (já entregues e aprovadas na DRT ainda que sem ter iniciado obras.) totalizam 4 804 camas.

5.2.5 Tendências e fatores críticos

Da análise efetuada às tendências e dinâmicas emergentes e fatores críticos de sucesso observados e principais constrangimentos que deverão ser supridos de forma a alavancar o destino RAM, apresentam-se de seguida as principais observações:

- Existe uma clara tendência para o reforço dos alojamentos turísticos com forte componente imobiliário-turística – Conjuntos Turísticos, Aldeamentos Turísticos, Hotéis-apartamento e Apartamentos Turísticos, que se reporta a uma dinâmica que acompanha a generalidade dos destinos, e vai de encontro a uma procura que hoje tem mais facilidade de acesso à Madeira. Contudo, a dimensão e escala da Madeira,

bem como a inexperiência de gestão local deste tipo de empreendimentos pode colocar alguns riscos. Tratam-se de estabelecimentos com dimensão grande, pelo que requerem cuidadosos enquadramentos urbanísticos e avaliação de impactos, a obstar que se criem “elefantes brancos” que desqualificam o destino;

- Mantem-se o número muito reduzido de marcas hoteleiras internacionais a operarem na RAM. Este facto, contribui para uma maior dificuldade na promoção e posicionamento internacional do destino;
- A tipologia TER tenderá a crescer, com pequenas unidades disseminadas no território, continuando a ter um peso relativamente pequeno na oferta global, mas um peso significativo nas dinâmicas socio territoriais locais;
- Parece claro que a modernização das unidades se está a efetuar sobretudo pela construção de unidades novas, e não tanto pela requalificação das unidades existentes:
 - O Parque hoteleiro Madeirense encontra-se desatualizado face às mais recentes tendências e exigências dos consumidores (finais – turistas – e intermediários – operadores turísticos);
 - São identificadas fortes necessidades de renovação na oferta de alojamento – deverá ser profundamente refletida a possibilidade de renovação completa de algumas unidades e / ou mesmo o seu encerramento e aproveitamento para empreendimentos residenciais ou turístico-residenciais;
 - Não obstante, e decorrente dos melhores resultados operacionais em 2015 e 2016, verifica-se em alguns grupos hoteleiros o reinvestimento nas suas unidades;
- Há uma tendência de desconcentração do Funchal de estabelecimentos com alguns conceitos interessantes (essencialmente de nicho, como por exemplo: Estalagem Ponta do Sol, Hotel Quinta do Furão, Aqua Natura Porto Moniz);
- Haverá a tendência para o crescimento do segmento *All Inclusive*: a nível da oferta verifica-se 1) a existência de alguns empreendimentos concebidos para o efeito concentrando um maior nível de equipamentos e serviços e 2) hotéis tradicionais (menos equipamentos e serviços de lazer) que tendem a aproveitar o crescimento do segmento (crescimento natural e aproveitamento de deslocalização de operações turísticas do Médio Oriente) e que tendem a praticar preços médios muito baixos – com consequentes impactos na oferta global e manutenção futura;
- O Alojamento Local, depois de um forte crescimento do número de registo / licenciamento, tenderá a manter o seu crescimento mas em linha com o desenvolvimento económico e turístico da RAM. Esta tendência será ainda acompanhada pela grande volatilidade de colocação e retirada de unidades de AL mercado de arrendamento turístico;
- Ao nível desta tipologia de alojamento, é ainda esperado a concentração de unidades de AL por operadores/empresas de gestão regionais. Este fenómeno pode ser acompanhado de alguma tematização da oferta;

- A tendência de localização do segmento *All inclusive* será maioritariamente fora do Funchal, tanto em centralidades urbano-turísticas mais consolidadas (Praia Formosa, Caniço de Baixo, Porto Santo), como em novas centralidades em processo de afirmação (Calheta e Machico);
- Existe alguma dificuldade em Porto Santo e Costa Norte na atração e retenção de recursos humanos qualificados – os principais problemas prendem-se com o número reduzido de habitantes e a onerosidade e dificuldade do transporte das zonas mais habitadas para as áreas turísticas referidas;
- Esta dificuldade, na atração e retenção de recursos humanos, crónica no Porto Santo e agora clara na Costa Norte, poderá alargar-se a toda a Ilha da Madeira, uma vez que, com o alargamento territorial da procura por terrenos para investimento turístico, haverá uma valorização fundiária (tanto maior quanto a exiguidade de terrenos disponíveis), que claramente pode impedir a fixação de mão-de-obra nos locais.

5.3 COMO EVOLUIRAM OS PRODUTOS QUE ERAM EMERGENTES

Os Produtos emergentes identificados na viragem do século eram associados aos recursos primários – Paisagem e Mar - e às infraestruturas que servem de suporte a alguns deles.

Assim, no que se refere aos produtos emergentes associados ao **recurso Paisagem** destacam-se, em particular, **as Levadas e Veredas, Excursões e Miradouros**, os Percursos em **Espaços Naturais e Áreas Protegidas**, Jardins e Parques, Vulcanismo e Montanha.

No que se refere aos produtos emergentes associados ao **recurso Mar**, verificaremos a evolução da Pesca Desportiva, Pesca do alto, Passeios Marítimos, Vela e outros desportos náuticos, latismo, Mergulho e Surf.

No que respeita os produtos turísticos emergentes associados a **infraestruturas**, avaliamos o que evoluiu no MICE, no Golfe, no desporto e nas infraestruturas portuárias.

5.3.1 Recurso Paisagem – Reorganização dos Consumos

O POT apontava que a reorganização dos consumos da Paisagem, um dos principais Recursos das Ilhas da Região Autónoma da Madeira, deveria fazer-se tendo em atenção as seguintes zonas e programas:

- Programa da reclassificação da rede viária turística – estacionamento e sinalização turística;
- Programa de valorização dos locais e pontos de atração turística;
- Programas de requalificação do excursionismo;
- Zonas de Montanha e Picos - Programa de levadas e veredas; e
- Espaços Naturais e Áreas Protegidas.

Analisaremos, para cada um dos Programas identificados, a medida em que foram ou não aplicados.

5.3.1.1 Paisagem - Programa de Reclassificação da Rede Viária Turística, estacionamento e sinalização turística

As obras nas infraestruturas viárias da Região Autónoma da Madeira alteraram substancialmente as condições de acessibilidade, permitindo a elaboração de novos e mais diversificados circuitos turísticos e novas formas de consumo da Paisagem, a principal componente da oferta complementar turística.

Neste sentido, a rede viária regional, ao ser reclassificada, tendo em conta as novas acessibilidades, permitiria a identificação de **vias de especial interesse turístico**.

Assim, o POT referia na sua Normativa Complementar (N.IV-1.1 e 1.2.) que a reclassificação da rede viária regional deveria ser acompanhada de um **estudo de classificação destas vias**, o qual seria elaborado tendo em conta, nomeadamente o interesse paisagístico, cultural e cénico do percurso, as características da via e do percurso em geral e as condições de segurança para a utilização turística.

Contemplava ainda na Normativa que as vias de especial interesse turístico deveriam ser objeto de arranjos paisagísticos, sinalização turística adequada e homogénea em termos imagéticos, definição de locais de estacionamento junto dos principais pontos de atração turística, e identificação e classificação nos mapas de estradas da Ilha e demais cartografia de promoção turística.

Este estudo de classificação das vias não chegou a ser elaborado, nem foram reclassificadas algumas vias como as de especial interesse turístico.

Das estradas panorâmicas e mais geradoras de emoções fortes, a única que foi encerrada foi a correspondente ao troço que vai de S. Vicente para Porto Moniz, por questões de segurança. Será agora a altura de equacionar se fará sentido a sua reabertura, como via de especial interesse turístico.

Por outro lado há a salientar que, com as novas estradas construídas, a rede mais antiga que permanece em funcionamento ficou mais disponível para um tráfego turístico e de lazer, o que eliminou alguns dos bloqueamentos que existiam anteriormente. Se aliarmos a este facto a tendência para os consumos da paisagem mais individualizados, cremos que fará todo o sentido reequacionar a criação de uma rede de vias com especial interesse turístico.

5.3.1.2 Paisagem - Programa de valorização dos locais e pontos de atração turística

No Diagnóstico do POT foram identificados como mais relevantes 32 locais – miradouros ou pontos de atração turística -, na Madeira e 6 no Porto Santo.

O “Programa – Miradouros e Locais de Atração Turística, apontava para a identificação de novos pontos de atração turística, na perspetiva da diversificação territorial; para a criação de uma rede de Serviços Sanitários Públicos de Apoio ao Excursionista, e a respetiva distribuição territorial; para a identificação e reserva de lugares exclusivos para viaturas turísticas (autocarros de turismo, carrinhas de 9 lugares, táxis) e para a reabilitação / requalificação dos Miradouros e pontos de atração mais emblemáticos e concorridos.

O Programa não foi executado enquanto tal, mas foram desenvolvidas ações de requalificação e a criação de alguns novos Miradouros.

De referir que a oferta dos Miradouros já surge, em alguns websites, organizada como a “**Rota dos Miradouros da Madeira**”.

Atualmente, existem **64 Miradouros na RAM, dos quais 4 no Porto Santo e 1 nas Desertas**, formatados e divulgados no website do Turismo da Madeira. Destes, **dois foram construídos mais recentemente**, a saber: Miradouro do Rancho e o Miradouro da Achada, aos quais se junta o Miradouro da Ilha Deserta Grande, nas Ilhas Desertas, que não constava de qualquer lista de Miradouros, uma vez que as Ilhas não eram visitáveis por turistas, e que não têm possibilidade de visita no contexto das excursões organizadas a estas ilhas.

- **Miradouro do Rancho – inaugurado em 2003**

O miradouro do Rancho está situado no sítio do Rancho, numa escarpa sobranceira ao mar, com excelentes vistas sobre Câmara de Lobos, o oceano e a arriba do Cabo Girão. Está dotado de um teleférico com acesso à fajã do Rancho, um restaurante e ainda parque de estacionamento.



- **Miradouro da Achada, no Funchal – inaugurado em 2009**

O Miradouro da Achada, que integra um pequeno jardim, situa-se numa área de quase 600 metros quadrados a uma altitude de 100 metros, desde a qual é possível usufruir da vista a leste do Funchal.



- **Miradouro da Deserta Grande – Ilhas Desertas (Santa Cruz);**

O Miradouro está situado a uma altitude de 480 metros e inserida na Reserva Natural das Ilhas Desertas desde 1990. Estas ilhas são um importante refúgio para o lobo-marinho, espécie que atualmente conta com pouco mais de 25 indivíduos, em oposição aos 6 a 8 que existiam em 1988, antes da criação da Reserva. Na avifauna destacam-se várias colónias de aves marinhas como a cagarra, a alma-negra, o roque-de-castro e a raríssima freira-do-búgio. Nos invertebrados, a tarântula-das-desertas tem um papel especialmente relevante, por ser uma espécie endémica restrita ao Vale da Castanheira na Deserta Grande.



Dois Miradouros foram objeto de importantes obras de requalificação. É o caso do Miradouro do Cabo Girão, um dos mais emblemáticos da Ilha e com maior visitação, e o Miradouro do Pico dos Barcelos, no Funchal, também com muita visitação, na Rota para o Curral das Freiras. Nestas reconversões estão contempladas áreas de apoio ao turista / visitante, nomeadamente serviços sanitários e algum comércio previsto.

- **Pico dos Barcelos;**

Construído em 1950, o Miradouro do Pico dos Barcelos está situado na freguesia de Santo António a cerca de 355 metros de altitude. A partir deste miradouro é possível contemplar uma panorâmica deslumbrante sobre a baía e a cidade do Funchal, com as ilhas Desertas em segundo plano.

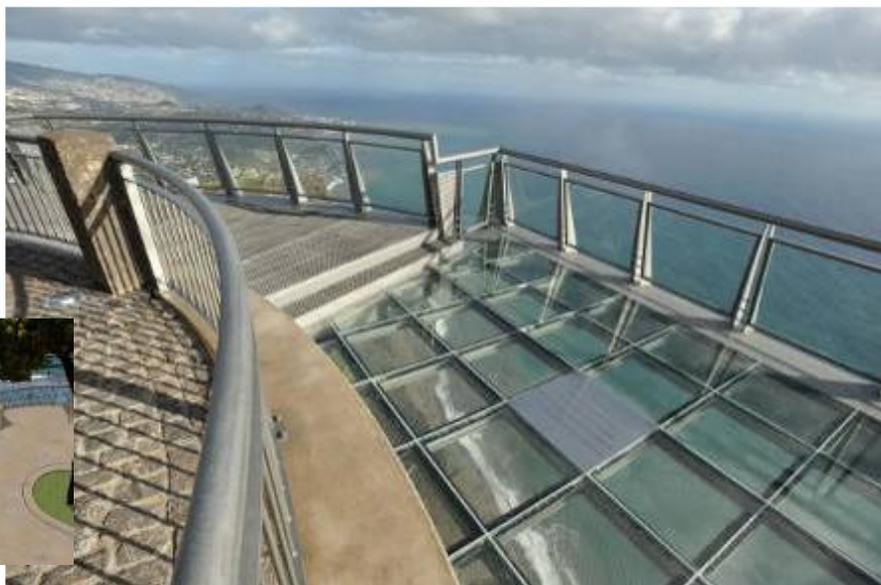


Este miradouro foi recentemente remodelado, contemplando agora mais espaços verdes e zonas de comercialização de produtos regionais, artesanais e de restauração, novas áreas de lazer e de apoio e uma melhoria substancial no acesso e circulação pedonal e automóvel.

- **Cabo Girão**

O Miradouro do Cabo Girão, situado no promontório mais alto da Europa, a 580 m de altitude, oferece uma vertiginosa vista sobre as fajãs do Rancho e do Cabo Girão – pequenas áreas de terra cultivadas no sopé da falésia –, bem como magníficas panorâmicas sobre o oceano e os municípios de Câmara de Lobos e do Funchal. O miradouro foi alvo de obras de requalificação, tendo sido construído uma plataforma suspensa em vidro, denominada de skywalk.

Projeto da Aútoria de
Arqtº. Luis Jorge Bruno Soares
Engº Segadães Tavares



Este processo de qualificação dos miradouros proposto no POT pretendia valorizar uma forma de consumo mais qualificada que se traduzisse numa estadia mais calma e contemplativa que ia ao encontro à mudança expectável por parte dos segmentos de mercado mais relevantes da Madeira.

Privilegiar o “slow look” em detrimento do “Fast-look”.

5.3.1.3 Paisagem - Programas de Requalificação do Excursionismo

A paisagem que surgia como a componente de viagem mais valorizada pelo turista, prevendo-se que continuasse a jogar um papel de diferenciação na oferta futura do destino, integrava uma das 3 componentes do Produto Dominante através do “excursionismo”. Mas a exiguidade do espaço da Ilha e os condicionamentos impostos ao seu livre usufruto, por questões de fragilidade / proteção ambiental, aconselhavam a um consumo organizado e, por essa via, mais controlado.

Tanto mais quanto as tendências e dinâmicas da altura mostravam que a par do aumento do excursionismo na Ilha (acompanhado também pelo aumento de cruzeiros no Funchal) se verificava um crescente aumento de passeios não organizados, pedonais e apoiados no transporte individual de aluguer.

Assim, e face às debilidades detetadas, as propostas centravam-se em 3 Projetos e Ações: o **melhoramento dos circuitos turísticos rodoviários atuais**, já referidos anteriormente; a **franca abertura ao Mar, na ótica da diversificação das excursões na Ilha**; e a **diversificação dos modos de consumo da paisagem**, explorando as potencialidades de estadia de curta duração em ambiente rural.

No que se refere à **franca abertura ao Mar**, propunha-se o reforço e a implementação de novos e diversificados circuitos marítimos para desfrute das paisagens, sendo que esta proposta só teria viabilidade com a construção e reforço de infraestruturas portuárias da ilha, que possibilitassem a sua efetivação em condições de segurança e eficiência do serviço turístico.

Ainda no âmbito da diversificação dos modos de consumo da paisagem propunha-se o aproveitamento de várias infraestruturas turísticas em meio rural, nomeadamente as quintas madeirenses, através da composição da oferta de produtos tipo “Refeição em meio rural, Passeios no campo, com piquenique”. Estas propostas permitiram dinamizar o consumo da paisagem rural contribuindo para a conservação do património construído, ao mesmo tempo que criariam complementos ao alojamento em meio rural, de rendibilização mais difícil.

O POT apontava, nas suas Normas Complementares (N.IV-3.1 a 3.3), que a requalificação da modalidade excursionismo deveria ser apoiada por dois programas específicos, o Programa de Excursionismo e o Programa de Gestão Integrada de Tráfego Turístico, na Ilha da Madeira.

O Programa de Excursionismo deveria identificar os percursos efetuados pelas diversas entidades, que deveriam ter a obrigatoriedade de um registo anual. No âmbito deste Programa deveriam ser recolhidos dados anuais sobre o número / tipo de excursões efetuadas para cada percurso.

O Programa de gestão integrada do tráfego turístico, na Ilha da Madeira consistia na instalação e gestão de um sistema central que permitisse coordenar as circulações dos autocarros, carrinhas de 9 lugares e táxis, de modo a minimizar os estrangulamentos verificados na altura, e que tenderiam a agravar-se no futuro, com uma base de apoio numa central de localização e controlo dos veículos de utilização turística, em toda a Ilha.

O objetivo seria gerir as capacidades de utilização de vias e de estacionamento, miradouros e pontos de paragem / descanso das viaturas de turismo. Para a gestão integrada de Tráfego Turístico deveria ser criada uma estrutura específica e instaladas as redes de comunicações e de controlo de posicionamento de viaturas do tipo GPS.

Estes dois Programas não foram implementados.

Com as alterações e melhoria da mobilidade na Ilha da Madeira, associada à recuperação de alguns dos espaços de Miradouros, verifica-se uma redução dos pontos de bloqueio anteriormente detetados. Contudo, com o aumento expectável no movimento de cruzeiros, deverá agora ser reequacionada a pertinência destes Programas ou do seu eventual ajustamento à nova realidade.

5.3.1.4 Paisagem - Zonas de Montanha e Picos - Programa de Levadas e Veredas

As Levadas e Veredas, associadas ao desfrute da paisagem e à descoberta da Laurissilva, Património da Humanidade, bem como à Montanha e aos Picos, constituem atualmente o produto de consumo da natureza mais relevante da Madeira.

Contudo assistiu-se, nos últimos anos, a uma evolução significativa das formas de consumo. Do diagnóstico atual é possível perceber uma realidade diferente:

- Algumas das Levadas e Veredas foram classificadas como Percursos Recomendados, que constam do website da Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza, os designados PR – Percursos Pedestres de Pequena Rota (percursos pedestres que compreendem distâncias inferiores a 30km, que são também monitorizados por esta entidade (são interditados quando não têm condições de uso e sobre eles é mantida uma informação atualizada);
- Diversificaram-se as formas de consumo por via 1) da multiplicação de pequenos operadores que promovem este produto e 2) por via do apoio dado localmente pelas unidades de alojamento em espaço rural (ou mais distribuídas territorialmente), que não só prestam informação das Levadas e Veredas mais próximas, como dão apoio logístico no transporte, à partida e/ou à chegada; por outro lado ainda pelo apoio dado pelas autarquias, facilita o transporte num dos percursos com maior movimento de turistas.
- A diversificação da forma de consumo incide também na criatividade posta nos percursos (formatação de novos produtos). Por exemplo:
 - O percurso pedestre PR 1.2 Vereda do Pico Ruivo (Achada do Teixeira – Pico Ruivo), pode hoje ser feita de madrugada, para ver o nascer do sol no pico mais alto da madeira, com vistas deslumbrantes que alcançam o Porto Santo e

- as Desertas, acompanhada por um pequeno-almoço campestre, servido pelo Hotel da Quinta do Furão.
- O percurso pedestre PR 1 Vereda do Areeiro (Pico do Areeiro – Pico Ruivo) pode hoje ter como objetivo principal o ir escutar a Freira da Madeira, uma espécie endógena; e
- Sobretudo, as Levadas, por se desenvolverem em patamares de nível, mas também as Veredas constituem hoje a base para ambos tipos de passeios: de bicicleta, de BTT, a cavalo, poderá provocar a prazo alguma conflitualidade de usos. Contudo o exercício de atividades lúdico-desportivas em espaço florestal encontra-se já regulado pelo Decreto Legislativo Regional nº35/2008/M, de 14 de Agosto, que estabelece o regime de proteção dos recursos naturais e florestais na Região Autónoma da Madeira, obrigando a prévia autorização da Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

Em suma, o produto Levadas e Veredas consolidou-se e expandiu-se na medida em que aumentou e diversificou (especializou) a procura e se intensificaram globalmente os tipos de consumos. Neste sentido os projetos TOURMAC I e II preconizaram a estruturação, sinalização e tematização dos percursos pedestres desenvolvendo uma imagem regional para estes percursos (produção de *design* e *layout* dos panfletos e sinalética de campo).

Contudo, **algumas das orientações do POT não foram concretizadas**, como por exemplo a elaboração do **Programa Levadas e Veredas**, e algumas continuarão válidas, uma vez que persistem algumas debilidades.

O Programa Levadas e Veredas (Normas Complementares NC IV-5.) apontava por um lado, para a hierarquização e classificação das Levadas e Veredas em função das tipologias de consumo, ou seja, dos segmentos de mercados a que se destinassem. Com base nos perfis dos utilizadores, deveriam classificar-se os diversos tipos de percurso:

- percursos tipo, para oferta complementar, grupos organizados;
- percursos de maior dificuldade, para segmentos mais experimentados, grupos restritos; e
- percursos interditos por questões de segurança.

Hoje temos que acrescentar outros grupos de utilizadores, nomeadamente relacionados com o desporto (corridas de treino para *trail*, cicloturismo, hipismo, etc.)

Por outro lado, a Classificação dos percursos Levadas e Veredas, deve ser tipológica, tendo em conta os seguintes aspetos:

- Identificação do local de partida, tempo de duração, local de chegada, dificuldade do percurso, cuidados de proteção essenciais à segurança;
- Definição da tipologia mínima de apoios, nomeadamente para os percursos de maior utilização, bem como a sua localização territorial, tanto nos locais de partida, como nos de chegada, ou ainda em pontos intermédios; e
- Garantia das condições essenciais de emergência médica (telecomunicações, primeiros socorros, etc.).

No âmbito do **Programa de Levadas e Veredas** propunha-se que fossem identificados, anualmente, por tipo e classificação, os diversos percursos pedestres programados pelas diversas entidades, que teriam a obrigatoriedade de um registo anual. Apontava-se para o reforço da tematização no consumo da paisagem, pelo que a tipologia das Levadas e Veredas deveria ter em conta as particularidades geográficas das zonas onde se inserem. Exemplo - Parque Natural (Laurissilva), Jardins e Parques, associados à Botânica da Ilha, Vulcanismo associado às origens, Montanha.

A Normativa expressava também a necessidade de criação de um sistema de monitorização que permitisse avaliar e acompanhar os impactes da utilização turística com vista à adoção de medidas de regulação e controlo de cargas e, se necessário, de reabilitação física e ambiental.

As debilidades atuais centram-se:

- Na multiplicação dos perfis dos utilizadores e dos consumos associados;
- Na ausência de dados estatísticos estruturados que permitam conhecer a carga de cada um dos percursos, por tipo de utilização e por perfil de utilizador;
- Na profusão / confusão de informação sobre as Levadas e Veredas (multiplicidade de folhetos), sem uma hierarquia clara, ou pelo menos sem uma identificação clara de quais os Percursos Recomendados e Monitorizados pelo Governo da Madeira;
- Na ausência ou má estruturação da sinalética das Levadas e Veredas;
- Na ausência de uma estrutura de apoios, nomeadamente nos percursos de maior extensão e de maior exigência física;
- Na dificuldade e custo de manutenção de alguns percursos, para apresentarem condições de conforto e segurança;
- Na sobreposição das entidades com responsabilidades de gestão nas Levadas e Veredas;
- Nos acidentes que todos os anos ocorrem com perda de vidas, que podem de alguma maneira beliscar a segurança do Destino.

As potencialidades centram-se:

- Na enorme riqueza do recurso que são as Levadas e as Veredas, e na sua potencial articulação com a História da Madeira, global e local;

- Na abertura do Parque Natural da Madeira, aos consumos turísticos e de lazer procurando a articulação da proteção dos valores naturais com o desfrute controlado das áreas protegidas pelas populações e turistas;
- Na potencialidade de reforçar a tematização do consumo da paisagem, tendo em conta as particularidades geográficas das zonas onde se inserem; e
- Na potencialidade das Levadas e Veredas serem o suporte de novas atividades desportivas e de Lazer.

Os riscos:

- A proliferação das vontades locais de intervir localmente na formação deste produto, de crescente visibilidade e procura, nomeadamente na identificação de novos percursos locais e da sua sinalética, pode constituir um risco para o reforço da formação do Produto Levadas e Veredas, como Produto importante da Madeira, produto este com um enorme potencial de atração e afirmação, ainda que diferenciada pelos diversos segmentos de mercados; e
- A conflitualidade de usos identificada pode desqualificar / banalizar o recurso, levadas e veredas e os produtos turísticos, de lazer e desportos associados.

A oportunidade:

A elaboração de um processo de candidatura das Levadas a Património da Humanidade pode constituir a oportunidade de, em tempo, congregar entidades e vontades para a elaboração de um Programa Específico, que aprofunde as diversas áreas envolvidas e seja um documento orientador para o desenvolvimento do produto e para uma gestão sustentada do recurso, em todos os componentes a que serve de suporte. Este processo consolidaria a posição da Madeira enquanto destino portador de “labels” de dimensão Mundial, outorgados pela UNESCO como o são a classificação da Laurissilva enquanto Património Mundial Natural e Santana enquanto Reserva Mundial da Biosfera da UNESCO.



5.3.1.5 Paisagem - Espaços Naturais e Áreas Protegidas

O POT identificava que os Espaços Naturais e as Áreas Protegidas, onde se incluem as áreas naturais mais sensíveis do ponto de vista ecológico, com destaque para a Floresta Laurissilva podiam e deviam potenciar o desenvolvimento de projetos com vista à sua utilização ao nível do turismo, fazendo-o, contudo, numa perspetiva integrada face à valorização e salvaguarda dos recursos naturais que a compõem.

A estratégia a adotar na gestão dos espaços naturais protegidos deveria contemplar um conjunto de iniciativas que viessem a contribuir para o reconhecimento e valorização dos recursos naturais, de forma controlada e pedagógica.

Neste contexto, o POT apontava na sua Normativa Complementar (N.IV-4.1. e 4.2.) que deveria ser desenvolvido um **Plano Estratégico de Ação de Valorização dos Recursos Naturais** orientado para a implementação efetiva de condições para a utilização turística das áreas protegidas e de outros espaços naturais de elevado valor conservacionista.

De entre as várias iniciativas a contemplar neste domínio destacavam-se:

- A seleção de percursos temáticos com o objetivo de dar a conhecer as paisagens da ilha, numa outra perspetiva que não a das rotas tradicionais (em relação aos Picos, por exemplo);
- A constituição de uma rede de parques tematizados, centrados em subtemas específicos do património natural, dotados de centros de recursos, atendimento, desenvolvimento de atividades ao nível do voluntariado e de apoio à própria divulgação do património natural e social; e
- A rede de levadas e veredas deveria merecer o desenvolvimento de projetos específicos, seja para a concretização de novos produtos turísticos, seja na lógica da diversificação da oferta no que respeita aos consumos da paisagem – integração em rotas temáticas, por exemplo, tendo em conta a sua preservação em função das capacidades de carga.

Apontava também para a criação da **Marca Espaços Naturais da Madeira**. A excelência da oferta disponibilizada pelos espaços naturais (áreas protegidas e outros), deveria configurar um **produto Turístico de Natureza**, com mecanismos que garantissem o seu uso restrito e exclusivo, identificado a nível promocional por uma marca diferenciadora.

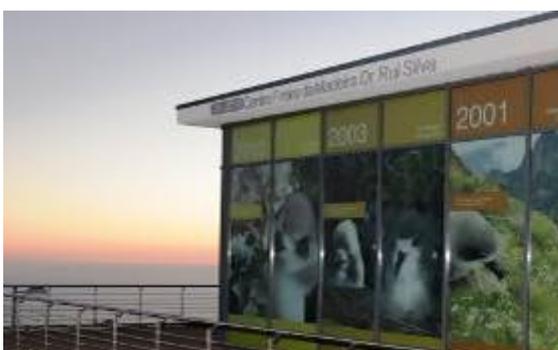
O Plano Estratégico de Ação e Valorização dos Recursos Naturais que o POT recomendava, não foi elaborado, enquanto tal, mas houve um claro posicionamento de abertura e algumas ações preconizadas foram implementadas.

De facto, o Parque Natural da Madeira e a Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza que constituem as principais entidades gestoras dos Espaços Naturais e Áreas Protegidas, desenvolveram, ao longo dos últimos anos, um trabalho relevante com o objetivo da abertura dos espaços protegidos à comunidade. A classificação de Santana como parte da Reserva Mundial da Biosfera da UNESCO vem reforçar as oportunidades de demonstração dos espaços naturais protegidos como locais de excelência para a oferta de atividades de animação turística centrada em conteúdos de base científica e formatados para um público-alvo que procura não só o espaço natural em si mesmo mas toda a informação sobre a natureza, cultura, património e processos em curso nos espaços naturais protegidos, incluindo a investigação.

No contexto da estratégia desenvolvida pelo Parque Natural da Madeira foram concretizadas diversas ações:

- Foram elaborados os Planos de Gestão específicos para todos os espaços, contemplando neles a componente de articulação com as atividades de lazer e turísticas, no princípio de que se protege melhor o que se conhece bem;
- Tornou-se possível a visita às Desertas; e
- Foram criados centros específicos associados aos recursos naturais, com destaque para o Centro da Freira da Madeira, no Pico do Areeiro, Núcleo dos Dragoeiros, no Sítio das Neves de S. Gonçalo, e o Centro de Receção Casa do Sardinha, na Ponta de São Lourenço.

Centro da Freira da Madeira Dr. Rui Silva



Este Centro foi criado em 2012 e pretende melhorar as condições de receção para os turistas e residentes que visitam o Pico do Areeiro, divulgando e promovendo o património natural da Região, destacando as diversas áreas protegidas e toda a biodiversidade. O Centro, tal como os outros Centros geridos pelo Serviço do Parque Natural da Madeira, visa contribuir para a autossustentabilidade dos esforços de conservação da biodiversidade e para a dinamização de uma estratégia de informação e comunicação, que se traduza na existência de uma população ainda mais informada, interventiva e capaz de usufruir, quer do ponto de vista do lazer quer do ponto de vista económico, de forma equilibrada os bens naturais.

O Centro freira-da-madeira - Dr. Rui Silva dispõe de uma exposição permanente, alusiva à freira-da-madeira e ao seu habitat, de um núcleo museológico e biográfico do Dr. Rui Silva, um balcão de informação e orientação do visitante, e um espaço multifunções onde poderão ser efetuados workshops, reuniões, ações de comunicação e educação ambiental, entre outros. Está disponível uma linha de merchandising temática, assim como material informativo e divulgativo relativo às demais áreas protegidas e biodiversidade em geral.

O Centro da Freira da Madeira é o único que se encontra integrado numa estrutura mais alargada, com comércio, restauração e serviços sanitários, de apoio aos Miradouros aí localizados, e como tal desfruta destes apoios. Após visita às instalações, verificamos que coexistem no mesmo edifício, de uma forma ambígua, duas áreas destinadas a dois públicos diferenciados, que ainda que dentro de um edifício integrado, com uma imagem arquitetónica contemporânea, se destacam. A do Centro mantém a coerência imagética do edifício onde se integra, e organiza o seu merchandising cultural de natureza. Destinada certamente a um público específico que procura informação sobre a riqueza e especificidade da Avifauna local, do trabalho desenvolvido, etc. Mesmo ao lado, coexiste uma loja de artesanato tradicional, mais multifacetada, associada ao restaurante, na altura da visita em processo de remodelação.

A questão que se coloca é se coexistirão bem dois tipos de instalação de apoio destinadas a públicos tão distintos, como sejam os que consomem o Produto Dominante da Madeira e fazem algumas excursões pela Ilha e um público que já existe, de Turismo de Natureza.

Núcleo dos Dragoeiros

Centro de Interpretação do SPNM



REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

Esta área foi adquirida pelo Governo Regional, de modo a assegurar a perenidade de um notável grupo de Dragoeiros centenários e salvaguardar para o futuro tão valioso património. Não existem registos conhecidos sobre a origem exata destes exemplares mas o mais provável é que se tenham desenvolvido a partir de uns viveiros ali existentes em tempos idos. De qualquer maneira, é inegável o seu valor, quer paisagístico como marco monumental naquele troço de paisagem, quer científico.

O Centro de Informação resultou da recuperação de um pequeno imóvel degradado existente no local com o objetivo de funcionar, desde 1996, como um local de informação ambiental, centro de receção e polo de dinamização de atividades relacionadas com a conservação da natureza e biodiversidade em geral.

Centro de Receção Casa do Sardinha



A Casa do Sardinha foi construída a mando de Manuel Bettencourt Sardinha que, após ter construído o Cais de Abra em 1905, a mandou edificar com o intuito de lhe servir como lugar de refúgio e de férias. Passada por entre gerações, em 1996, a sua neta, D. Françoise Delput, vendeu-a à Região Autónoma da Madeira, sob a condição do espaço vir a servir os interesses da conservação dos valores naturais deste sítio.

Desde então esteve a funcionar como posto de Observação e Vigilância até 2009. Mas dado o elevado número de visitantes e objetivando a existência de uma população ainda mais informada, interventiva e capaz de usufruir, quer do ponto de vista do lazer quer do ponto de vista económico, de forma equilibrada com os bens naturais, em 2010 este espaço foi totalmente remodelado e aberto ao público como Centro de Receção Casa do Sardinha.

O Centro Casa do Sardinha dispõe de uma exposição permanente alusiva à Área Protegida da Ponta de São Lourenço. Dispõe igualmente de um balcão de informação e orientação do visitante. Apresenta apenas a componente pedagógica e de divulgação ambiental, pelas dificuldades inerentes à sua localização mais isolada, e não infraestruturada. É notória aqui a falta de um ponto de apoio sanitário e de água. Muitos turistas e visitantes abalançam-se a fazer a vereda da Ponta de São Lourenço sem a proteção necessária ao sol e calor. Trata-se de um percurso sem ensombramento.

Por outro lado, o Centro dispõe de locais de estadia e descanso muito aprazíveis, para desfrute da paisagem envolvente.

5.3.2 Recurso Mar – Abertura ao Mar

Potenciar o recurso Mar para o turismo, o lazer e o desporto eram um objetivo do POT. No Plano concluíam-se que a Madeira estava de costas viradas ao Mar, pela exiguidade dos acessos e das infraestruturas de suporte. Pela generalidade da Ilha os residentes estendiam a toalha nos poucos Varadouros existentes, ou nas praias de calhau ou areia preta, mas sem condições de acolhimento. O POT propunha a implementação de equipamentos de recreio e lazer junto ao mar, que colmatassem a carência de praias da Madeira.

Por outro lado era evidente o desenvolvimento de algumas atividades ligadas ao mar, que se consideravam emergentes, ou seja com capacidade de formatação em produto e de crescimento. Eram elas a Pesca Desportiva, a Pesca Desportiva do Alto, os Passeios Marítimos, a Vela e outros desportos náuticos, o latismo, o Mergulho e o *Surf*.

5.3.2.1 Equipamentos de recreio e lazer junto ao mar

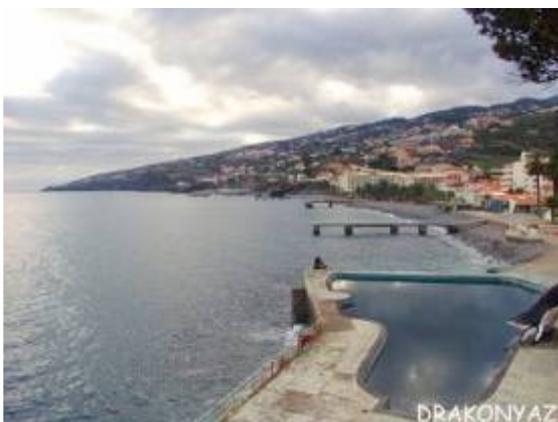
Foram construídos nos últimos anos um conjunto de equipamentos de lazer que passamos a descrever (fontes: Sociedades de Desenvolvimento, Câmaras Municipais), e efetuadas obras de requalificação e melhoria de apoios na generalidade das praias de calhau existentes.

Aquaparque de Santa Cruz



O único parque aquático da ilha da Madeira. Esta infraestrutura tem capacidade para mais de mil pessoas, inclui cinco escorregas, quatro pistas rápidas e outros tantos tanques de receção, duas piscinas (uma delas reservada aos mais pequenos), um rio lento, balneários, restaurante e bar, esplanada, espaço para eventos e sala para festas de aniversário.

Complexo Balnear da Ribeira de Boaventura



A Ribeira de Boaventura, situada em Santa Cruz, conta com um complexo balnear composto por duas piscinas, solários, balneários e uma esplanada. Este complexo engloba ainda uma pequena baía protegida, situada entre a zona náutica e as piscinas, facultando acesso ao mar.

Piscinas Naturais do Seixal



O projeto Piscinas do Seixal procurou revitalizar as piscinas naturais existentes nesta região. A recuperação das Piscinas Naturais do Seixal tentou, por um lado, a criação de infraestruturas de apoio às piscinas e, por outro, a recuperação paisagística dos espaços envolventes das mesmas. O espaço acolhe ainda o Clube Naval do Seixal que promove a prática de várias atividades desportivas.

Complexo Balnear de S. Jorge



O Complexo Balnear de São Jorge engloba um conjunto de três piscinas, sendo duas destinadas a adultos e uma a crianças, numa zona anexa à Foz da Ribeira de São Jorge, na zona da lagoa. Compreende ainda uma zona de solários, bar, restaurante, balneários e instalações sanitárias. As piscinas são alimentadas por água do mar e água doce devidamente tratadas, quer física, quer quimicamente, através de sistema instalado para o efeito.

Complexo Balnear da Ribeira do Faial



O Complexo Balnear do Faial prossegue um conceito de projeto global composto por quatro núcleos, Núcleo Balnear - a qual beneficiará toda a zona de anfiteatro artificial criada junto ao mar, desenvolvendo-se neste espaço zonas balneares e infraestruturas de apoio nomeadamente restaurante e bar; Núcleo de Animação - com um espaço de animação, constituída por restaurantes típicos, bares, espaço de música ao livre, recriando todo um conceito animação e lazer, com elementos alusivos ao mar e às atividades piscatórias; Núcleo Mar -compreende o projeto de interligação da foz da ribeira do Faial ao próprio mar, criando-se zonas de acesso e de interligação, para o desenvolvimento de práticas náuticas, de mergulho e outras atividades; por último o Núcleo de Turismo que pretende incentivar o desenvolvimento turístico do complexo balnear e área envolvente.

Complexo Balnear de Ponta Delgada



A melhoria do complexo Balnear de Ponta Delgada surgiu da necessidade de aproveitar a importância do turismo e lazer na ocupação dos tempos livres na costa Norte da Ilha da Madeira. O complexo compreende uma área com cerca de 8.800 m², da qual fazem parte uma piscina para adultos e uma piscina para crianças, ambas alimentadas por água salgada. A integração paisagística foi um fator importante na conceção do projeto. Foram melhorados os acessos permitindo entrada de viaturas de serviço e de emergência até à zona da piscina. Nessa zona de acesso foi criado um jardim, originando uma área verde envolvente que valoriza a zona.

Frente de Mar da Madalena do Mar



O projeto de recuperação da Praia da Madalena procurou a reabilitação da sua extensa linha marítima melhorando as condições de utilização da praia como área de lazer, através da substituição da construção precária existente, pela instalação de equipamento balnear (solário e pontão de acesso ao mar e instalações de apoio aos banhistas) e desportivo, estrutura de restauração e um passeio público. Quanto ao equipamento balnear foram criadas condições para facilitar a mobilidade dos utentes, incluindo os portadores de deficiência motora.

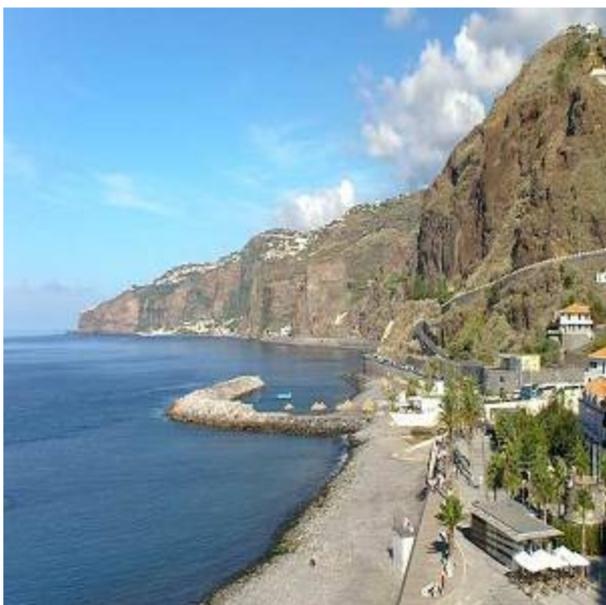
Piscinas Salinas – Câmara de Lobos



Integrado no desenvolvimento da orla marítima do concelho de Câmara de Lobos este projeto é da autoria do arquiteto Paulo David e já lhe valeu o reconhecimento internacional com a atribuição do “Prémio Internacional da Pedra”, na 42ª edição do Marmomacc em Verona. Esta intervenção foi também distinguida nos prémios FAD 2007, na categoria “Cidade e Paisagem”.

O belíssimo espaço natural denominado Salinas, por aí se ter exercido essa atividade durante longos períodos, foi desde logo escolhido para uma infraestrutura de natureza lúdica ligada ao mar. Respeitando a tradição – até porque sempre foi utilizado como espaço de acesso ao mar pelas populações de Câmara de Lobos – e a natureza – pois tentou-se preservar o mais possível a mesma.

Praia da Ribeira Brava



Esta praia está excelentemente localizada e dispõe de boas condições para tomar banho e apanhar sol. Fica no centro da Ribeira Brava, perto de todos os restaurantes e bares.

Entre as várias facilidades pode encontrar dois campos de areia, um destinado ao vôlei e outro ao futebol e/ou andebol, caiaques, restaurante e bar, casa de banho, nadador-salvador e bote salva-vidas.

Praia da Calheta



A zona balnear da Praia da Calheta situa-se na Av. D. Manuel I, Concelho da Calheta, na zona oeste da Madeira, a cerca de 30 minutos de carro do Funchal. É constituída por duas enseadas artificiais separadas entre si por uma embocadura de acesso ao oceano Atlântico.

A praia dispõe de estruturas de apoio que incluem balneários, instalações sanitárias, inclusive para indivíduos com mobilidade condicionada, posto de primeiros socorros, bares e restaurantes e estacionamento. O acesso à Praia da Calheta é gratuito.

Praia do Machico



Praia de Areia amarela, foi a segunda a seguir à Calheta a importar areia de Marrocos. Possui Balneários e W.C. (Junto à Marina e junto ao Docas Bar), duches (na praia), acessos melhorados e estacionamento.

Praia da Alagoa Porto da Cruz



Criou-se um conjunto de infraestruturas que permitem aos utilizadores da praia terem melhores condições para a sua utilização. Balneários, duches, um bar, restaurante, um solário e um parque infantil são as infraestruturas criadas.

Complexo Balnear do Caniçal



O novo complexo balnear do Caniçal abriu em 2003 e conta com duas piscinas de água salgada, uma para adultos e outra para crianças, e dois acessos ao mar. Este pequeno, mas atrativo, complexo inclui ainda um snack-bar com um terraço cujas vistas se perdem para além do mar, balneários, espreguiçadeiras e chapéus-de-sol.

Praia da Lagoa – Freguesia de Porto da Cruz



A Praia da Lagoa dispõe de Balneários, e instalações sanitárias, Bar, acessos melhorados, espreguiçadeiras e guarda-sóis fixos e estacionamento na via pública.

Praia da Prainha – Freguesia do Caniçal



A Praia da Prainha dispõe de Balneários, e instalações sanitárias, Bar, acessos melhorados, espreguiçadeiras e guarda-sóis fixos e parque de estacionamento.

Praia da Ribeira de Natal - Freguesia do Caniçal



A Praia da Ribeira de Natal dispõe de Balneários, e instalações sanitárias, Bar, acessos melhorados, espreguiçadeiras e guarda-sóis fixos e parque de estacionamento.

Praia de S. Roque - Machico



A Praia de S. Roque dispõe de Balneários, e instalações sanitárias, Bar, parque de estacionamento no Fórum Machico.

Complexo Balnear da Ponta Gorda



A Ponta Gorda disponibiliza aos visitantes duas piscinas para adultos, uma para crianças, acesso ao mar, campos de areia para a prática de desportos, parque infantil, bar, WC, balneários, espreguiçadeiras, guarda-sóis e posto de primeiros socorros.

Praia do Garajau



Praia do Garajau, integrada na Reserva Natural Parcial do Garajau, reúne excelentes condições para a prática de mergulho. Situada na base da falésia do Garajau, a Praia do Garajau é integrada na Reserva Natural Parcial do Garajau. O acesso a esta praia poderá ser feito através de teleférico, mediante o pagamento. A particularidade desta praia reside nas suas águas calmas e cristalinas são muito procuradas pelos praticantes de mergulho. Na praia do Garajau podemos encontrar instalações balneárias, posto de socorros e área de restauração.

Piscinas de Porto Moniz



As piscinas de Porto Moniz foram objeto de uma intervenção, que teve como objetivo a melhoria deste espaço de lazer através da execução de novos balneários, e da recuperação das zonas de solário e da piscina natural. Aqui a praia foi pensada para todos: o complexo balnear conta com um parque infantil e acessos para deficientes.

REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

O espaço é vigiado por cinco nadadores-salvadores e oferece excelentes condições: balneários com cacifos para guardar os bens pessoais, excelentes condições de higiene, parque de estacionamento, bar e posto de primeiros-socorros.

A Ilha da Madeira, que no ano 2000 tinha apenas algumas praias de calhau ou areia preta, utilizadas pelos Madeirenses, sendo conhecida pelos turistas a relação com o mar sobretudo pelas piscinas atlânticas localizadas junto aos hotéis (às vezes com ligação por escada ao mar), transformou-se completamente nos últimos anos. A Madeira abriu-se definitivamente ao Mar.

Atualmente dispõe de cerca de 30 praias e espaços balneares, tendo 9 deles, no ano de 2016, a Bandeira Azul.

O Porto Santo, ao contrário, dispunha de uma praia extensa de areia dourada, sendo este facto o suporte de uma almejada afirmação diferenciada da Madeira. Tem 3 praias com Bandeira Azul.

Praias e Piscinas da Madeira



BA – Bandeira Azul

1 - Lido - BA	11 - Paul do Mar	22 - Machico
CNF - Clube Naval Funchal - BA	12 - Porto Moniz - BA	23 - Aquaparque
2 - Ponta Gorda - BA	13 - Jamaica (Seixal)	24 - Santa Cruz
3 - Praia Formosa - BA	14 - São Vicente	25 - Palmeiras – BA
4 - Doca do Cavacas	15 - Ponta Delgada - BA	26 - Reis Magos – BA
5 - Calhau da Lapa	16 - São Jorge	27 - Galo Mar – BA
6 - Ribeira Brava	17 - Ribeira do Faial - BA	28 - Barreirinha

7 - Ponta do Sol	18 - Porto da Cruz	29 - São Tiago
8 - Madalena do Mar	19 - Caniçal	Porto Santo – BA – BA - BA
9 - Calheta	20 - Quinta do Lorde	G – Garajau
10 - Jardim do Mar	21 - Praínha	

As Praias e Piscinas da Ilha da Madeira já justificam, nos diversos websites de promoção, um capítulo individualizado.

5.3.2.2 Atividades / produtos emergentes ligados ao mar

5.3.2.2.1 Mergulho com escafandro autónomo e *snorkeling*

Estas eram duas atividades que foram identificadas como tendo um elevado potencial de crescimento na Região Autónoma da Madeira e que se poderiam compatibilizar plenamente com a conservação da natureza. As áreas marinhas protegidas constituíam excelentes locais para o desenvolvimento destas modalidades, nomeadamente porque dispõem de ambientes submarinos de elevado valor paisagístico e ecológico, bem como beneficiam de regulamentação específica e dos meios de apoio logístico e de vigilância que garantem a sustentabilidade necessária ao desenvolvimento destas atividades.

O POT delimitou as áreas potencialmente mais interessantes para estas atividades para cada uma das ilhas da RAM – Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens.

O Mergulho e o *snorkeling*, que há 15 anos atrás eram um produto emergente e pouco formatado, afirmou-se e expandiu-se nos últimos anos.

De facto, o mergulho recreativo (incluindo batismos de mergulho), com garrafa ou em apneia, associado a percursos subaquáticos despertam cada vez mais o interesse não só dos turistas mas também da população local, proporcionadas pelas excelentes condições naturais para a sua prática - enorme variedade de espécies, temperaturas amenas durante todo o ano e águas tépidas e límpidas com excelente visibilidade. Com efeito, registam-se na Madeira muitos locais interessantes para o mergulho ao longo da costa: reservas marinhas, grutas e naufrágios, oferecendo excelentes oportunidades fotográficas.



A criação de percursos subaquáticos tem contribuído para o fortalecimento desta atividade, destacando-se o Percurso Subaquático da Baixa das Moreias, desenvolvido pelo Clube Naval do Funchal, situado na frente de mar da Quinta Calaça.

O Centro de Mergulho do Clube Naval do Funchal proporciona ainda atividades de mergulho a pessoas com necessidades especiais, encontrando-se certificado pelo *Disabled Divers International*.

Existem diversas escolas de mergulho credenciadas com cursos para todos os níveis, localizadas principalmente no Funchal e no Caniço, onde os visitantes podem ter formação, organizar expedições e alugar equipamento.

Entre os locais mais indicados para mergulho recreativo, hoje já divulgados em websites, incluem-se, pelo menos, os seguintes:

- Madalena do Mar (Calheta)
- Ponta do Sol (onde se situa a embarcação naufragada “Bowbelle”)
- Clube Naval do Funchal (Ponta da Cruz-Funchal)
- Baixa do Carneiro (Lido)
- Lazareto (Funchal)
- Pináculo (Funchal)
- T Reef (Mamas) (Funchal)
- Garajau (Santa Cruz)
- Baía dos Porcos
- Arena
- Galo (Santa Cruz)
- Ponta da Oliveira (Santa Cruz)
- Roca Mar
- Gruta do Oásis
- Reis Magos (Santa Cruz)
- Atalaia
- Mosteiro
- Baixa de Santa Catarina
- Parede das Anémonas
- Baixa do Cavalo
- Três-Marias (Machico)
- Baixa da Cruz
- Pedra da Beta
- Pedrareira
- Baixa do Sérgio (Quinta do Lorde - Machico - Ponta de São Lourenço)
- Baixa do Lobo (Ponta de São Lourenço)
- Parede do Sardinha (Ponta de São Lourenço)
- Badajeira (Ponta de São Lourenço)

Fonte: <http://www.anthiadivingcenter.com/pt-pt/madeira/spots-de-mergulho.aspx>

5.3.2.2.2 Pesca Desportiva

A pesca desportiva registava também um crescimento importante, assistindo-se ao aumento do número de empresas e de embarcações a ela dedicadas. Para além das embarcações locais, verificava-se um aumento do número de embarcações estrangeiras que se dedicavam a esta atividade. Muitas destas embarcações estavam registadas na Madeira mas existiam outras que apenas se deslocavam para a zona no período de Verão, sem se integrarem nas estruturas turísticas da Região.

Tornava-se necessário regulamentar, enquadrar e fiscalizar esta atividade, não só com o objetivo de gerir os recursos disponíveis, mas também de integrar a atividade no turismo e na economia regional.

O POT apontava na sua Normativa Complementar (N.III 3.1 a 3.3.) para a delimitação de duas áreas potenciais correspondentes aos troços de costa: entre a Ponta do Pargo e a Madalena do Mar; e entre Ponta Delgada e o Porto Moniz, que deveriam ser objeto de reconhecimento e estudo dos recursos disponíveis, e ainda para o estabelecimento de um regime específico para o desenvolvimento da atividade, que complementasse e melhorasse o regime jurídico vigente, nomeadamente ao nível da sua regulamentação, coordenação e fiscalização. Referia ainda que nas Ilhas Desertas e Selvagens deveria ser interdita a pesca desportiva costeira.

5.3.2.2.3 Pesca Desportiva do alto

Esta atividade é também conhecida por pesca grossa, podendo considerar-se como tradicional na Madeira e registava em 2000 um significativo incremento neste arquipélago. Dada a sua área característica de realização ser o mar alto, não se identificavam zonas especiais para o seu desenvolvimento. Verificava-se uma maior frequência da zona Sul da Madeira, mas tal situação teria a ver com a maior proximidade em relação às instalações de apoio às embarcações utilizadas nesta modalidade.

A Normativa Complementar do POT (N.III – 4.1) sugeria que fosse estudada a organização e infraestruturação de portos ou marinas na Região, por forma a permitir o alargamento do número de pontos de partida e o desenvolvimento da pesca do alto. O Porto Santo, Machico, Ribeira Brava, Lugar de Baixo, Madalena do Mar, Calheta e mesmo alguns pontos da Costa Norte (Porto Moniz, S. Vicente e Porto da Cruz), poderiam constituir polos de desenvolvimento desta modalidade.

Atualmente, no Diagnóstico efetuado conclui-se que a RAM continua a dispor de condições ótimas para o desenvolvimento da pesca desportiva enquanto modalidade marítimo-turística. Pese embora esta atividade envolva um muito menor número de praticantes quando comparada com os passeios organizados, os preços praticados por participante são bastante mais elevados.

Persiste a ausência de estatísticas e de registos. Alguns operadores estabelecidos no Porto do Funchal aventam a possibilidade de existir concorrência desleal nesta atividade por parte de operadores estrangeiros cujo processo de divulgação, reservas e pagamentos da atividade é totalmente feito a partir do exterior utilizando a internet.

A atividade continua a carecer de fiscalização mais exigente, e de melhor enquadramento legislativo.

5.3.2.2.4 Surf

O *Surf* é outra das modalidades desportivas que se expandiu significativamente. Em 2000, o POT identificava duas áreas privilegiadas para esta modalidade: o Jardim do Mar na Costa Sul, e a Baía dos Juncos a Calhau (S. Vicente), na Costa Norte. Atualmente é uma modalidade popular na Madeira e reconhecida internacionalmente por muitos praticantes devido às excelentes condições para a prática e ao clima ameno durante todo o ano.

Existem excelentes locais para a prática do surf por toda a Ilha da Madeira embora em alguns deles só os mais experientes poderão aventurar-se em segurança. Um dos melhores locais na Ilha da Madeira para a prática desta modalidade é o Paul do Mar, conhecido pelas ondas tubulares. Têm vindo a realizar-se nesta Ilha vários campeonatos internacionais bem como os *ISA World Surfing Championships*.

A nível da aprendizagem do *surf* e *bodyboard* o Surf Clube da Madeira recomenda, dadas as condições de segurança, a Praia da Alagoa, em Porto da Cruz, bem como a Praia da Maiata, situada 300 metros a nascente. Alguns dos *spots* de surf mais conhecidos e procurados na ilha da Madeira:

Paul do Mar, Ponta Pequena (Paul do Mar), Jardim do Mar, Ponta Oeste, Ponta do Sol, Machico, Porto da Cruz, Faial, Ponta Delgada, Fajã da Areia, Juncal, Fajã das Contreiras, Ribeira da Janela, Porto Moniz.



5.3.3 Infraestruturas de Apoio ao Turismo

5.3.3.1 MICE, Congressos, Incentivos e Negócios - Centro de Congressos

A Madeira dispõe de uma oferta média de espaços orientados para a realização de eventos de grande dimensão, existindo diversos hotéis com capacidade para receber reuniões de reduzida dimensão.

A RAM, especialmente a Madeira, com uma vasta oferta de unidades hoteleiras, algumas de média e grande dimensão, equipadas com equipamentos de qualidade para reuniões e alguns

congressos de média / reduzida dimensão, **tem potencial para o desenvolvimento deste produto, embora de forma complementar aos outros produtos.** Devido aos constrangimentos existentes, dificilmente se posicionará como um destino competitivo face a destinos consolidados na Europa ou mesmo a destinos emergentes como Turquia. Esse potencial está direcionado essencialmente para eventos de média dimensão e não para os de grande dimensão uma vez que este tipo de eventos exigem uma grande diversidade de rotas aéreas regulares.

Fatores de diferenciação e oportunidade da RAM:

- A RAM tem uma marca turística implantada na Europa, permitindo uma penetração e/ou mais fácil desenvolvimento deste segmento turístico;
- O Funchal (e área envolvente) tem condições, pela oferta de espaços de conferências, casino, hotéis, proximidade ao aeroporto e outros equipamentos turísticos para se posicionar como polo importante de turismo de negócios / MI na Madeira;
- As instalações atuais orientadas para o segmento MI têm na sua grande maioria uma grande qualidade.

Constrangimentos a suprir:

- Insuficiência de rotas regulares diretas aos principais emissores do segmento MICE;
- Ausência de estruturas próprias destinada a suportar eventos de negócios de média / grande dimensão;
- Reduzido nível de desenvolvimento económico regional que garanta, de forma sustentada o segmento de Turismo de Negócios, na vertente de homens de negócios;
- Enquadramento económico atual reduz, em grande medida, iniciativas relacionadas com reuniões e incentivos empresariais; e
- Unidades hoteleiras com estruturas / espaços para eventos de baixa capacidade e reduzido número de serviços de apoio.

5.3.3.2 Infraestruturas turísticas / desportivas

O POT considerava Infraestruturas Turísticas Desportivas as que potenciavam atividades desportivas associadas à necessidade de utilização de alojamento, pressupondo deslocação / transporte para a Região, por parte dos praticantes.

Enquadravam-se neste caso as Instalações para Centros de Estágios Desportivos e para a realização dos eventos, exigindo a instalação de um Pavilhão Multiusos, de características adequadas às valências pretendidas.

De acordo com as potencialidades reveladas na Região para o reforço deste segmento de mercado, poderiam ser localizados centros de estágio, associados a diversas modalidades. Os Centros de Estágios e o Pavilhão multiusos enquanto infraestruturas desportivas turísticas, não foram localizados na planta de Síntese, devendo a sua implementação ser orientada pela normativa do POT (NC N.V-2).

Nos últimos anos foram construídas diversas infraestruturas desportivas, com destaque para o Centro Desportivo da Madeira, embora ainda não dispúnhamos de dados para aferir qual o impacto das mesmas na afirmação do Turismo Desportivo na Ilha.

Centro Desportivo da Madeira – Ribeira Brava



Este complexo desportivo desenvolve-se ao longo da margem da Ribeira Brava e é composto por um campo principal de relva natural, com bancada para cerca de 2506 pessoas, outro de relva sintética, com capacidade para 100 pessoas, um espaço polivalente para a prática de várias modalidades, campos de ténis e de *padel*, pista de atletismo com 8 corredores e equipamentos para os saltos em altura, à vara, em comprimento e lançamento do disco e do martelo.

Ao nível da estrutura de apoio, o projeto apresenta um ginásio, com os respetivos balneários, edifício administrativo, salas de reunião/formação, armazém, bares de apoio, sala anti doping e posto médico. Para além da componente desportiva, o Centro Desportivo destaca-se também pela sua variante recreativa e de lazer, disponibilizando um circuito de manutenção com ciclovía, um parque infantil e um snack-bar.

Nesta zona mais lúdica, a água é uma das envolventes ao próprio espaço, tendo sido criada uma espécie de lagoa, designada de espelho de água, que proporciona a prática de desportos náuticos telecomandados. O aluguer de equipamentos faz parte da “oferta” ao público. Para dar apoio ao Centro Desportivo da Madeira, foi construído um autossilo com capacidade para acolher cerca de 150 viaturas.

5.3.3.3 Golfe - Campos de Golfe

O POT referia que para o produto Golfe, as duas infraestruturas existentes na Ilha da Madeira não eram suficientes para perspetivar a RAM como destino de Golfe³, constituindo contudo uma oferta complementar importante. A perspetiva de implementação de um conjunto de campos de golfe nas Ilhas da Madeira e do Porto Santo reforçaria a atratividade do destino para os segmentos de mercado “golfe”, em crescimento.

Verificou-se apenas a concretização do Campo de Golfe no Porto Santo, pelo que se mantêm as conclusões do anterior POT.

5.3.3.4 Infraestruturas Turísticas / Portuárias

As infraestruturas portuárias de relevância para a atividade turística regional, são por um lado, as associadas à Náutica de Recreio, e por outro, as relacionadas com a atividade de **cruzeiros** e do **transporte de passageiros – Porto do Funchal e Porto do Porto Santo**.

Por outro lado, o conjunto de funções agregadas associadas ao turismo e ao lazer, reforçam o posicionamento de interface das instalações portuárias como espaço de vocação lúdica ligada ao mar.

5.3.3.4.1 Infraestruturas associadas à náutica de recreio – zonas e subzonas de cruzeiro

No POT a Costa da Região Autónoma da Madeira foi dividida em 3 “Zonas de Cruzeiro”, que são as áreas de evolução da navegação costeira.

Cada zona de cruzeiro, compreende um trecho da costa com condições de navegação homogéneas, (caracterizada por grandes distâncias sem abrigo) limitada nas suas extremidades por um ponto mais proeminente, ou por outra “zona de cruzeiro” com um estilo diferente de ambiente, ventos, mar ou correntes de mar. As 3 zonas delimitadas eram:

- Zona de Cruzeiro 1 – Costa Sul da Madeira;
- Zona de Cruzeiro 2 – Costa Norte da Madeira;
- Zona de Cruzeiro 3 – Ilha do Porto Santo.

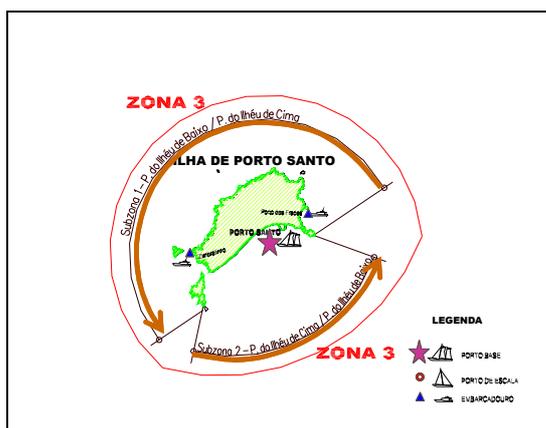
³ Mais de 50% dos utentes dos dois campos de golfe existentes eram residentes.

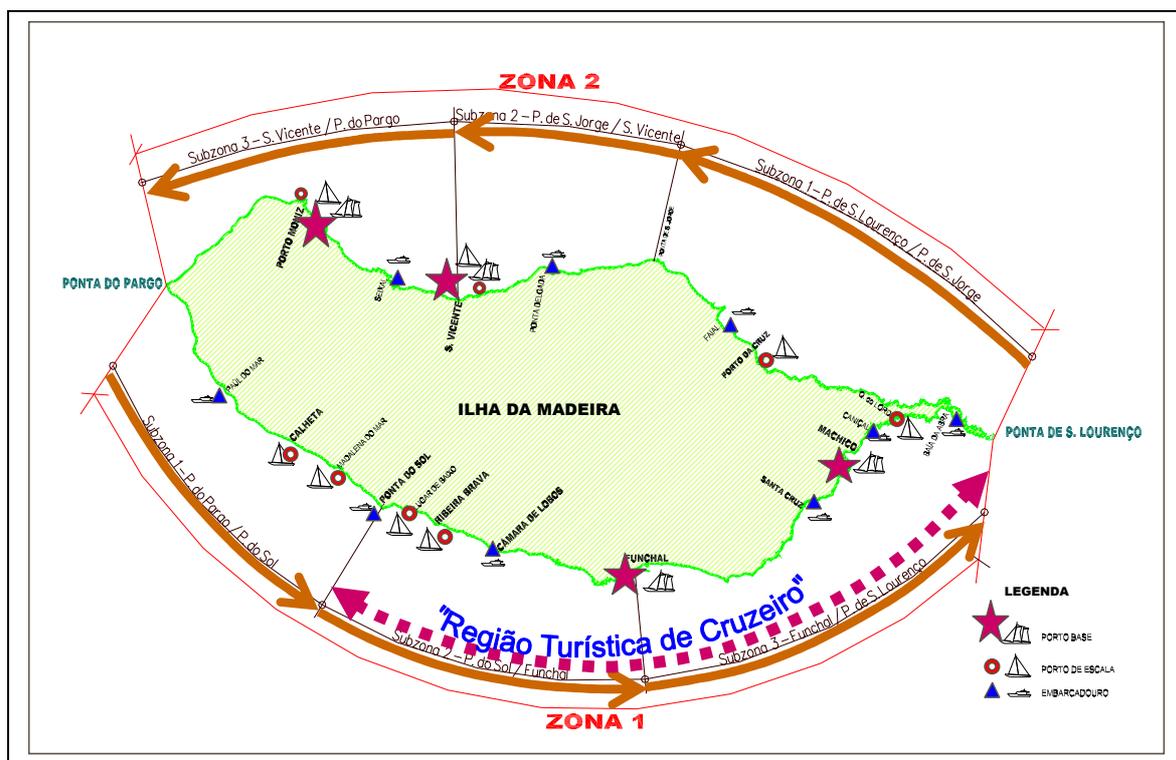
Dentro das Zonas de Cruzeiro, delimitaram-se “Subzonas de Cruzeiro”, com características geográficas, de navegação e de ambiente ainda mais uniformes, onde se desenvolve a navegação local.

- Zona 1** Subzona 1 – Ponta do Pargo / Ponta do Sol;
Subzona 2 – Ponta do Sol / Funchal;
Subzona 3 – Funchal / Ponta de S. Lourenço;
- Zona 2** Subzona 1 – Ponta de S. Lourenço / Ponta de S. Jorge;
Subzona 2 – Ponta de S. Jorge / S. Vicente;
Subzona 3 – S. Vicente / Ponta do Pargo;

Na Ilha de Porto Santo foram delimitadas duas subzonas, delimitadas na respetiva Planta de Síntese:

- Zona 3** Subzona 1 – Ponta do Ilhéu de Baixo / Ponta do Ilhéu de Cima;
Subzona 2 – Ponta do Ilhéu de Cima / Ponta do Ilhéu de Baixo;





De acordo com o zonamento da costa, foi definida a “**Região Turística de Cruzeiro**”, abrangendo um troço da costa que apresenta os indicadores mais positivos quanto ao potencial da **procura regional, nacional e internacional, incluindo o “grande iatismo”**.

A Região Turística de Recreio, integrava parte da Zona 1 (Costa Sul da Ilha da Madeira), ou seja as duas Subzonas Ponta do Sol / Funchal e Funchal / Ponta de S. Lourenço.

O POT previa a criação de uma “Cadeia de Apoios” ao longo de toda a costa, por forma a permitir a navegação costeira em toda a sua extensão. O principal critério utilizado para a localização das infraestruturas de apoio resultou da conjugação das condições naturais existentes com as necessidades de apoio à navegação de recreio.

A referida Cadeia de Apoio era composta por **Portos Base, Portos de Escala e Embarcadouros**.

Esta cadeia de apoios deveria servir, para além do recreio náutico, a atividade marítimo-turística, nas suas diferentes valências, devendo o dimensionamento das infraestruturas classificadas como Portos de Escala e Portos Base prever o apoio a esta atividade.

Naquela data existia apenas um **Porto Base**, a Marina do Funchal, prevendo-se a criação de mais **3 Portos Base**: no **Machico**, em **Porto Moniz** ou em alternativa em **São Vicente**, e em **Porto Santo**. Atualmente as infraestruturas existentes nestes locais respeitam a:

Machico

Foi construído o Porto de Machico que inclui um sector de recreio, dotado de passadiços flutuantes, permitindo a amarração de embarcações.



Porto Moniz

A opção recaiu sobre Porto Moniz em detrimento de São Vicente onde foi construído apenas um molhe de abrigo. Foi assim construído o Porto de Abrigo de Porto Moniz que embora proporcione abrigo a embarcações de recreio não lhes disponibiliza condições adequadas de estacionamento.



Porto Santo

No interior do Porto de Porto Santo foram melhoradas as condições de acostagem pré-existent para servir a frota de recreio.



No que respeita a **Portos de Escala** foram previstos em **6 locais**, 5 na costa sul e 1 na costa norte, designadamente:

Calheta

Foi construído o Porto de Recreio da Calheta que constitui hoje uma das infraestruturas mais importantes mas que evidencia sinais de degradação acelerada.



Madalena do Mar

Mantém-se atualmente a situação existente em 2002.

Lugar de Baixo

Iniciou-se em 2003 a construção da designada “Marina do Lugar de Baixo” mas a sua conceção e/ou construção não atingiram os objetivos pretendidos, encontrando-se hoje numa situação de abandono.

Ribeira Brava

Mantém-se atualmente a situação existente em 2002, um pequeno porto de pesca, embora em muito mau estado em decurso da tempestade de novembro de 2003 que derrubou o muro cortina.

Quinta do Lorde

Foi construída a Marina da Quinta do Lorde que constitui hoje uma das infraestruturas mais importantes de apoio à náutica de recreio.



Porto da Cruz

Mantém-se atualmente a situação existente em 2002 embora em muito pior estado.

As infraestruturas mais ligeiras propostas no POT de 2002 respeitavam a **embarcadouros**, estando prevista a construção/beneficiação de **11 destas infraestruturas**, designadamente:

Paul do Mar

Em 2002 estava em construção um pequeno porto para abrigo da frota local de pesca artesanal mas que permite apoiar/abrigar embarcações de recreio passantes, todavia de forma precária.

Ponta do Sol

Mantém-se atualmente a situação existente em 2002.

Câmara de Lobos

Mantém-se atualmente a situação existente em 2002, um cais de apoio à frota local de pesca. Permite apoiar/abrigar embarcações de recreio passantes, todavia de forma precária.

Santa Cruz

Estava prevista a construção de um embarcadouro mas acabou por ser construído um Porto de Recreio, podendo funcionar como Porto de Escala.

Caniçal

Na zona do Caniçal existe o Porto do Caniçal desde 1990, o qual foi ampliado em 2005. É um porto de mercadorias com um sector de pesca. A nível da náutica de recreio mantém-se atualmente a situação existente em 2002, i.e. uma rampa, partilhada com a pesca, para aceder à água.

Baía da Abra

Não foi construída qualquer infraestrutura de apoio à náutica de recreio.. Este local apresenta condicionantes relacionadas com a Conservação da Natureza. É também utilizado para a produção aquícola.

Porto do Farol

Não foi construída qualquer infraestrutura de apoio à náutica de recreio.

Ponta Delgada

Foi construído um molhe de abrigo mas sem cais no tardoz. Permite abrigar pequenas embarcações mas em condições muito precárias.

Seixal

Foi construído o Porto de Abrigo do Seixal que embora proporcione abrigo a embarcações de recreio não lhes disponibiliza condições adequadas de estacionamento.

Porto dos Frades (ilha do porto Santo)

Não foi construída qualquer infraestrutura de apoio à náutica de recreio.

Zimbralinho (ilha do porto Santo)

Não foi construída qualquer infraestrutura de apoio à náutica de recreio.

A concretização das propostas previstas no POT de 2002, a nível das infraestruturas de acesso ao mar, não foi ainda concluída.

Constata-se que os **3 Portos de Base propostos foram concretizados**. Relativamente aos **Portos de Escala foram propostos seis tendo sido concretizados apenas 2**. Quanto às infraestruturas mais ligeiras, **os embarcadouros, foram apenas concretizadas 4 das 11 propostas**. O facto é que esta realidade estará porventura subjacente à mensagem que tem sido passada nas entrevistas por algumas entidades / operadores de que ainda falta uma maior ligação ao mar.

5.3.3.4.2 Reordenamento do Porto do Funchal

Admitia-se como certa a transferência do tráfego comercial de mercadorias do Porto do Funchal para o Porto do Caniçal, nomeadamente do movimento de contentores, o que veio a verificar-se, libertando-se o Porto do Funchal para o reforço da componente cruzeiros e das marítimo-turísticas, reordenamento e ampliação da Marina do Funchal, e melhoria das condições para o tráfego inter-ilhas, ou seja com uma forte vocação turística e de lazer.

Para a implementação do reordenamento expectável o POT apontava para a elaboração do **Plano de Ordenamento do Porto do Funchal**, que incluiria o ordenamento dos acessos, circulações e estacionamento, e o **ordenamento da Frente Marginal da Cidade / Passeio Marítimo**, no sentido de se explorarem complementaridades funcionais, com vista à requalificação urbanística e funcional do conjunto.



O Plano de Ordenamento do Porto foi concretizado, embora tenha sido recentemente revisto, face às alterações da baía do Porto decorrentes dos aluviões de 2010.

Algumas das orientações do POT foram concretizadas como a construção da Gare Marítima para passageiros. Outras não foram contempladas, como a criação de um Centro Rodoviário de “Transfer” de tipo “Pick-up”, de passageiros para o turismo, considerando-se que as áreas de apoio para as marítimo-turísticas ainda não estão solucionadas.

5.4 EXPLORAÇÃO DA OFERTA TEMÁTICA POR ÁREAS GEOGRÁFICAS

A exploração da oferta temática por áreas geográficas era um objetivo, no contexto da diversificação da oferta turística e de uma mais equilibrada distribuição territorial dos produtos / pontos de atração. O Modelo Territorial do POT perspetivava assim a exploração da oferta temática por áreas geográficas, associada aos recursos endógenos.

Assim, o POT propunha para a **Costa Norte**:

Porto Moniz – “A Porta da Laurissilva”

O objetivo seria divulgar o Parque Natural da Madeira e a Laurissilva, através de formas que conjugassem os aspetos culturais e pedagógicos com os lúdicos (através por exemplo da utilização de novas tecnologias).

Este objetivo não se concretizou desta forma tematizada. Foram contudo construídos dois equipamentos – o Centro de Ciência Viva integrado no Projeto da frente de Mar de Porto Moniz, e o Aquário.



Do Centro de Ciência Viva do Porto Moniz fazem parte uma sala de exposições temporárias, um cyber-café e ainda um auditório com capacidade para 150 pessoas. O Centro de Ciência Viva visa acolher exposições nacionais e internacionais no domínio da Ciência, tendo sido feito um protocolo com o Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva, de Lisboa, que prevê o estabelecimento de uma parceria que levará exposições científicas itinerantes ao Concelho do Porto Moniz.

S. Vicente – Na “Rota das Origens”

O objetivo era potenciar a infraestrutura já existente, das Grutas de S. Vicente, para uma exploração mais aprofundada na área da geologia. Neste âmbito, propôs-se o estabelecimento de rotas / percursos que explicassem os diversos fenómenos patentes no território, como as Minas de Cálcareo (concheiras) existentes a Norte de S. Vicente (atual Rota da Cal).

Este objetivo foi alcançado em parte, pela construção do Centro de Vulcanologia, contíguo às Grutas de S. Vicente, e pela implementação da Rota da Cal. Contudo, a “Rota das Origens” poderia ser tema para a criação de novos percursos temáticos pela Ilha que incorporassem estes equipamentos, o que cremos não se verificou.



O Centro de Vulcanismo foi construído junto à falésia do lado oposto à Ribeira de São Vicente, de uma forma harmoniosa e é um complemento indispensável para o desenvolvimento das Grutas de São Vicente, permitindo a exploração da área envolvente deste espaço e conferindo uma forte componente lúdica e didática ao atual complexo. O Centro de Vulcanismo proporciona espetáculos que recriam a evolução geológica das grutas, a encenação da erupção de um vulcão e a simulação do nascimento da ilha. Assim, este espaço conjuga as dimensões lúdica e pedagógica, educando enquanto entretém, divertindo enquanto sensibiliza.

Rota da Cal

Nas Minas de Calcário foi implementado o Núcleo Museológico da Rota da Cal, em 2005.

A visita ao Núcleo Museológico Rota da Cal é composta por um trajeto pedestre que leva cerca de 30 minutos, desde as pedreiras de extração calcária até ao Museu. Este era o trajeto percorrido pelos trabalhadores do forno da cal, há muitos anos atrás, no transporte da lenha, calcário e água para o forno de cal. No interior do Museu, os visitantes têm acesso a um vídeo que explica todo o processo da produção da Cal desde a



CONSÓRCIO

extração do calcário até à sua cozedura e respetivas utilizações; podem ainda ver fósseis com mais de 5 milhões de anos.

Santana – Centro do Turismo Rural

A ideia era valorizar a componente etnográfica de Santana, a história do *modus vivendi* do Madeirense, a articulação entre o turismo e o espaço rural. **Este objetivo foi concretizado com a implementação do Parque Temático da Madeira, em Santana.**

Um dos projetos estruturante de âmbito regional do POT era criação do Parque de Atividades Culturais e de Lazer, designado por **“Parque do Atlântico”** (PE1.6).

O enquadramento deste Projeto apontava como principal objetivo o de criar um novo produto que permitisse alargar as atividades e o consumo que realizavam os turistas na Madeira, consolidando a atratividade para o perfil dominante do turista da altura.

De acordo com o conceito definido pelo POT tratava-se de conceber e desenhar uma área ou Itinerário que permitisse visitar com apoio de meios audiovisuais e de simulação, se necessário, uma série de instalações e espaços que, articulados por um guião forte e coerente, representasse diversos aspetos de atividades relacionadas com a história / etnografia da Madeira e com as suas características insulares específicas. Este conjunto de espaços devia ter um carácter essencialmente lúdico e que fosse o mais participado e interativo para os visitantes. O nível de atratividade deveria ser suficiente para que a visita durasse no mínimo 4 horas, assegurando a função de restauração e criando *merchandising* de produtos temáticos ligados ao Parque.

Este projeto não era localizado geograficamente no POT.



O Parque Temático da Madeira visou criar um centro atrativo onde se possa associar e complementar os aspetos históricos, patrimoniais, de desenvolvimento tecnológico e de ambiente cultural que caracterizam a ilha da Madeira. Um espaço interativo, dinâmico que convida a mais do que uma visita porque irá sempre encontrar algo de novo, sendo um ponto de paragem obrigatória para todos aqueles que visitam e residem na Região. O Parque é constituído por diferentes segmentos operacionais entre os quais um espaço dedicado à História, Cultura e a Emigração, diversas atividades lúdicas, das quais fazem parte um campo de desportos radicais e um parque infantil, e uma área de espetáculo multimédia/auditório/sala de exposição.

Para a Costa Sul, o POT propunha a seguinte organização da oferta temática:

Machico – Centro Náutico

O Machico, como Centro Náutico, implicava o desenvolvimento de diversas infraestruturas não só na Vila de Machico, como do Caniçal e Quinta do Lorde, para o desenvolvimento das práticas náuticas desportivas, incluindo os estágios associados.

O Centro Náutico de Machico constituía um Projeto Estruturante de Âmbito Regional (PE 1.5). No enquadramento do Projeto referia-se como objetivo aproveitar as características e os recursos existentes em Machico, tanto em termos de condições naturais marítimas, de infraestruturas de apoio à náutica, como de mão-de-obra especializada, existência de estaleiros de fabrico e reparação naval, de iniciativas empresariais na área do desporto náutico, de eventos, etc., no sentido de perspetivar Machico como polo privilegiado de práticas e competições náuticas com o apoio de infraestruturas e serviços especializados, nomeadamente manutenção e reparação de embarcações.

Foram concretizados os Portos de Recreio do Machico e da Quinta do Lorde e construído o Museu da Baleia no Caniçal, que constitui um dos equipamentos estruturantes mais relevantes de ligação ao mar.

Apesar da construção destas infraestruturas, e de outras estruturantes como o FORUM MACHICO, não cremos que se tenham explorado suficientemente as sinergias para destacar Machico como um Centro Náutico de nível regional.

O Museu da Baleia, localizado no Caniçal, existe desde 1990. Funcionou no antigo mercado do peixe até 2000, altura em que se dá início aos projetos de investigação científica. A necessidade conciliar o museu da baleia com um novo paradigma museológico conduziu à criação de novas instalações, cuja diversidade de espaços permite que, no mesmo edifício, se concilie museologia, história, investigação científica, educação e comunicação.



Fachada do Museu da Baleia no edifício antigo.

Museu da Baleia



Projeto Baleiarte

A missão do museu é:

Preservar o património e o conhecimento histórico sobre a caça à baleia na Madeira, gerar e divulgar conhecimento sobre os cetáceos e o meio marinho, através de uma política integrada, ambientalmente responsável, assente na museologia, na educação e na investigação científica, contribuindo para aproximar as pessoas do mar.

A visão para o museu é:

Ser reconhecido pela sociedade em geral e instituições congéneres, nacionais e internacionais, como um centro cultural multidisciplinar, dinâmico, criativo e inovador, onde o espaço de museologia se reinventa nas vertentes da educação e da investigação científica, contribuindo ativamente para o desenvolvimento da cidadania.

“Uma porta aberta para conhecimento, uma janela para o mar.”

Santa Cruz – Centro do Turismo Desportivo

O objetivo para Santa Cruz era a implementação de um Centro de Turismo Desportivo uma vez que dispunha de condições para potenciar as infraestruturas desportivas e a capacidade de alojamento para suportar e promover um Centro de Turismo Desportivo de nível Regional. Enquadram-se nas infraestruturas desportivas as instalações para Centros de Estágios Desportivos e para a realização de eventos, e o Pavilhão Multiusos.

De facto, o POT evidenciava as potencialidades reveladas na Região para o reforço deste tipo de turismo / segmento de mercado, e poderiam ser localizados centros de estágio, associados a diversas modalidades. Os Centros de Estágios e o Pavilhão multiusos enquanto infraestruturas desportivas turísticas, não eram localizadas na planta de Síntese, devendo a sua implementação ser orientada pela normativa de execução descrita (NC IV2.1 e 2.2).

Não foi concretizado este objetivo. O Centro Desportivo da Madeira foi construído na Ribeira Brava.

Contudo, em Santa Cruz foi construído, debaixo da pista do aeroporto o Parque Desportivo de Água de Pena, com uma forte componente de Lazer.

Parque Desportivo de Água de Pena.



O complexo desportivo dispõe de: 7 campos polivalentes, 1 campo de areia para futebol e voleibol de praia, 2 campos de ténis, 2 campos de squash, 3 campos de padel, Desportos Radicais, pista de skate, parque infantil, ginásio, restaurantes, cafés e esplanadas.

Câmara de Lobos – Centro de animação

O objetivo era aproveitar da proximidade do Funchal e as características urbanas do casco antigo de Câmara de Lobos, para requalificar e reforçar a oferta de animação e restauração neste centro.

O centro de Câmara de Lobos, zonas baixa e alta, foram objeto de um significativo trabalho de requalificação sócio urbanística, com a introdução de novos equipamentos estruturantes. Neste contexto, surgiram novas ofertas de restauração, aliando-se uma oferta em ambientes mais tradicionais a projetos contemporâneos. Destacam-se os restaurantes Espada Preta, no complexo balnear das Salinas, e os restaurantes Praia do Vigário e Coral na Praça da Autonomia.

De destacar que foi entretanto criado o *website* Madeira Restaurants, onde surge destacada Câmara de Lobos pela sua gastronomia tradicional, baseada no pescado fresco e na espetada madeirense.



Ribeira Brava / Ponta do Sol e Calheta – reforço da oferta complementar – Na “Rota do Açúcar”

Através da implementação de núcleos museológicos, do reforço da ligação ao mar, da diversificação de áreas de animação.

Este objetivo para a designada Costa Oeste de reforçar a oferta complementar relacionava-se diretamente com as potencialidades desta zona para o reforço da oferta de alojamento, que de facto se tem vindo a verificar ao longo dos últimos anos.

O reforço da ligação ao Mar deu-se com a construção do Porto da Calheta, classificado como Porto de Escala. Como já vimos, os Portos de Escala do Lugar de Baixo e Madalena do Mar não se concretizaram.

Os três núcleos urbanos foram objeto de obras de requalificação urbanística, nomeadamente nas suas frentes de mar, que potenciaram o surgimento de novas unidades hoteleiras (Ponta do Sol e Calheta).

É de relevar a localização no concelho da Calheta do Centro de Artes Casa das Mudanças e a recuperação do Palacete do Lugar de Baixo, como centro de reuniões.

A “Rota do Açúcar” centrava-se em duas componentes identificadas: por um lado a paisagem da plantação da cana, na altura dando início a um processo de expansão que se tem verificado nos últimos anos; por outro lado no Engenho da Calheta, ainda tradicional e a laborar na época.



Esta rota não foi concretizada enquanto tal.

Mudas.Museu de Arte Contemporânea da Madeira



O Mudas.Museu de Arte Contemporânea da Madeira, edifício premiado internacionalmente pela sua arquitetura e perfeita integração na paisagem, está localizado no concelho da Calheta, na Zona Oeste da Madeira, a pouco mais de 20 minutos de distância da cidade do Funchal. O Museu tem como objetivos principais desenvolver um programa de atividades que permita aumentar a oferta cultural na Madeira e valorizar o papel da educação pela arte. Estas atividades incluem a

realização de exposições, espetáculos, oficinas artísticas e ações de formação.

Palacete do Lugar de Baixo



O Palacete do Lugar de Baixo conta com 4 salas de reunião e agradáveis áreas de trabalho, distribuídas por 3 pisos totalizando uma área útil de 806,70 m², com condições técnicas que lhe permitirão organizar as suas reuniões de forma eficiente e confortável.

REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

CONSÓRCIO

90

AMGL
Planning Places for People
ANA MARIA GUEDES LEBRE, LDA
arquitectura planeamento inovação

 **CONSULMAR**
PROJECTISTAS E CONSULTORES, LDA

neoturis
consultoria em turismo

5.5 OS NOVOS PRODUTOS TURISTICOS EMERGENTES

Nos últimos anos a Madeira “abriu-se ao Mar”, como já referimos anteriormente, mas abriu-se também à sua Natureza particular, de Montanhas e Ribeiras, Vales profundos, Lombos e Achadas, Fajãs e Picos, florestas e flores, aves e borboletas, cetáceos e invertebrados.

Neste contexto de abertura, proporcionado por uma estratégia sustentada promovida pelas entidades públicas com responsabilidades nas áreas do ambiente e da floresta, surgiram novos produtos turísticos, alguns mais formatados que outros, mas todos com uma potencialidade de afirmação e expansão a curto prazo.

Alguns deste produto são consumidos tanto por um turista de perfil semelhante ao tradicional da Madeira (+45 anos), mas reportando-se a segmentos diferenciados – turista mais informado e mais exigente, que procura consumos mais específicos e diferenciados; como por um turista mais jovem, mas com as mesmas motivações.

Podemos agrupar estes novos consumos em dois grandes grupos:

(i) – Associado à Natureza – riqueza e diversidade ecológica

- Em terra;
- No Mar;
- As Desertas;

(ii) – Associado às atividades Desportivas

- Em terra;
- No Mar;

5.5.1 Produtos Emergentes Associados à Natureza

5.5.1.1 Birdwatching e Seawatching

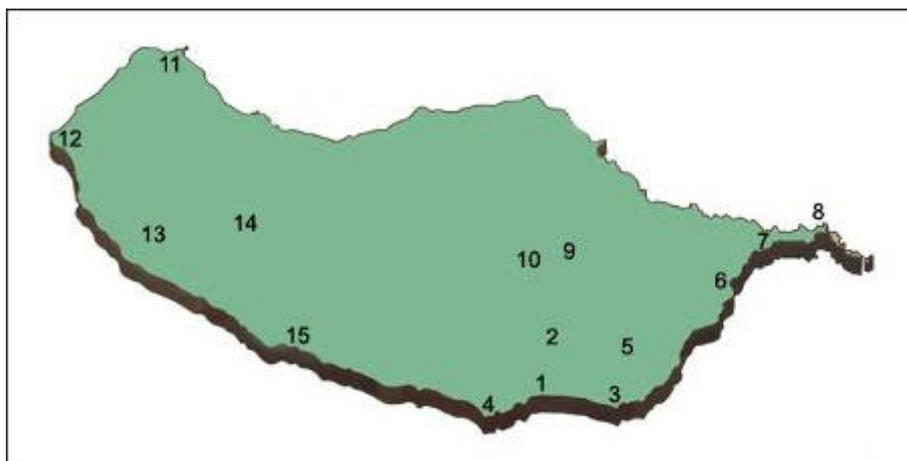
O *Birdwatching* é um nicho de mercado do turismo baseado na natureza. Um número crescente de turistas, com interesse na observação de aves no seu habitat natural, viajam para destinos remotos para observar novas espécies que não podem ser vistas nos seus países ou regiões.

A atratividade de um destino para umas férias com uma componente ornitológica está muito relacionado com a disponibilidade e variedade de espécies de aves e a presença de espécies únicas ou endémicas.

Os números de *Birdwatchers* europeus que visitam o Arquipélago da Madeira tem aumentado muito nos últimos anos. As razões são diversas mas destas destacam-se as espécies endémicas da Madeira. Uma razão complementar à primeira é também a oportunidade de observar aves marinhas, golfinhos e baleias a partir de terra ou nas travessias de barco entre ilhas. A esta atividade denomina-se frequentemente por *Seawatching*.

Porto Moniz é o destino na Madeira mais privilegiado para o *Seawatching* e frequentemente referido na comunidade de *Birdwatchers* como uma das mais importantes razões para a escolha do destino, juntamente com a visita noturna ao Pico do Areeiro para a experiência de ouvir a Freira da Madeira.

A Madeira oferece condições privilegiadas para o turismo ornitológico. Apresenta-se como um destino com condições facilitadas para observação das espécies mais emblemáticas e proporciona a combinação de modos de férias tradicionais ou em família.



Locais recomendados para *birdwatching* e *seawatching*.

Fonte: *Birding Madeira*

A alternativa ao *seawatching* são as viagens de barco para observação de aves marinha, ou viagens pelágicas. Uma das viagens na oferta turística atual é às Ilhas Desertas que oferece as melhores condições para observar aves marinhas.

Muitas aves terrestres são de difícil deteção na Ilha da Madeira. O Porto Santo apresenta condições ecológicas e geomorfológicas mais favoráveis para a observação de aves terrestres, sobretudo algumas raridades e migradores. Um dos melhores e mais recomendados lugares para observação de aves é um charco denominado Tanque, que se situa próximo do aeroporto do Porto Santo e onde se podem observar frequentemente aves raras para esta região.

As Ilhas Selvagens são o destino mais desejado para observadores de aves com muita exigência e elevado interesse nas aves marinhas. Poucos turistas tiveram a possibilidade de visitar estas ilhas e a sua localização remota fazem da sua visita uma experiência turística única.

5.5.1.2 Observação de cetáceos

A observação de cetáceos é realizada por dois tipos de turistas, aquele que é maioritário e que desfruta de um passeio no mar nos diversos tipos de embarcações de lazer disponíveis para o efeito. Outro que o faz numa perspetiva mais científica, sendo esta experiência potenciada pelos projetos científicos em curso, desenvolvidos nomeadamente pelo Museu da Baleia.

5.5.1.3 Ilhas Desertas

As Ilhas Desertas são visitadas ao longo de todo o ano por pessoas que ali se deslocam sobretudo através de operadoras marítimo-turísticas.

Durante a viagem às Desertas tem-se a oportunidade de observar algumas das aves marinhas que nidificam nestas ilhas e alguns dos cetáceos emblemáticos sempre com a possibilidade de observar outras espécies.

Durante a visita a estas ilhas é recomendado estar atento ao mar, pois existe a possibilidade de observar o lobo-marinho, espécie muito tímida, e novas espécies de aves e mamíferos marinhos.

5.5.1.4 Flora e Vegetação endémicas

A Ilha da Madeira é frequentemente denominada de Ilha florida do Atlântico. A flora desta Ilha é uma das suas principais atrações turísticas: cerca de 118 espécies da flora são endémicas ao arquipélago. Estima-se que antes dos assentamentos humanos, cerca de 793 espécies diferentes de fetos e flores vasculares ocorriam naturalmente na região.

O elenco florístico na atualidade é mais rico devido à introdução de espécies pelo Homem mas o carácter natural e único da flora mantém-se. Outrora a floresta da Laurissilva cobria a totalidade das ilhas macaronésicas. Atualmente esta área florestal está muito reduzida mas na Ilha da Madeira encontra a maior, mais importante e melhor preservada área deste habitat único no mundo.

As principais atrações da visita à Madeira, para observar a sua flora e a sua vegetação endémica incluem frequentemente a combinação de outras ofertas, como a observação das

aves da Madeira, borboletas ou libélulas. Nesta oferta incluem-se as especiais visitas à Laurissilva da Ilha da Madeira e a observação do seu raro e único Pombo-Trocaz.

A Madeira é uma ilha verde luxuriante rasgada por dramáticos relevos. A oferta turística da sua flora e vegetação é feita através de percursos e pequenas excursões enquadradas nessa paisagem. Os passeios por levadas são o produto favorito para apresentação da flora e vegetação endémicas. A experiência inclui as sensações despertadas pelas diferentes tonalidades de verde e pela montanha classificada de Património Mundial UNESCO com a sua floresta ancestral.

As visitas têm a duração de meio dia e incluem o passeio de 30 min numa levada até a um ponto notável para observação de paisagem ou de espécies únicas, normalmente sobre um dos vales profundos da ilha. O regresso ao Funchal é feito por um percurso diferente para observação de outras paisagens. Estes percursos combinam caminhadas acessíveis com paisagem e observação de espécies de plantas, aves e borboletas.

5.5.2 Produtos Emergentes Associados às Atividades Desportivas

5.5.2.1 Canyoning

A Ilha da Madeira possui condições excecionais para a prática de *canyoning*. É considerada internacionalmente um dos melhores destinos de *canyoning* da Europa.



O *canyoning* consiste em descer o leito de uma ribeira, ultrapassando os obstáculos naturais que a natureza oferece, utilizando técnicas de montanhismo, natação e transposição de obstáculos. Na Madeira, o *canyoning* é realizado dentro de paisagens naturais escondidas nos vales e desfiladeiros da Floresta Laurissilva. Também nesta atividade a classificação UNESCO tem uma grande importância na divulgação do produto turístico.

Há *canyons* com diferentes níveis de dificuldade consoante o nível de experiência anterior nesta prática. O *canyoning* é uma das muitas ofertas de desporto inserido na natureza que pode ser realizado na ilha da Madeira.

5.5.2.2 Outras atividades desportivas terrestres

Outras atividades desportivas incluem:

- BTT – *Down Hill*;
- *Ultratrail*;
- parapente;
- escalada;
- todo-o-terreno; e
- passeios a cavalo.

Estas atividades não apresentam o mesmo nível de organização e de atividade económica, mas todas apresentam um forte crescimento nos últimos 10 anos e têm potencial de reforço e crescimento nos próximos anos.

Mountain Biking



RMK Tours Madeira

Madeira *Mountain Biking* TOUR 4 – Levada do Faial

Esta atividade desportiva é uma modalidade de ciclismo que envolve resistência, destreza e autossuficiência. Tem como principal objetivo transpor percursos com diversas irregularidades e obstáculos, podendo ser praticado em estradas de terra, trilhas de fazendas ou em montanhas, parques e até mesmo na cidade (Madeira Rural).

BTT – Down Hill



A Madeira pode afirmar-se como um local “de eleição” para a prática de downhill, cross-country, all-mountain e outras categorias da modalidade.

Ultratrail



A oitava edição da Ultra Trail da Madeira, organizada pelo Clube de Montanha do Funchal, decorreu na ilha da Madeira em abril e trata-se de uma das mais emblemáticas provas de trail de Portugal. Em 2016 já como prova integrante do circuito do UTWT atinge novo recorde de 2041 participantes oriundos de 41 países.

Parapente



Batismo de Voo – Associação de Voo Livre da Madeira

Um voo de parapente é sempre uma experiência fantástica e única. No entanto não podemos voar sempre que queremos nem onde queremos. Os batismos de voo são sempre realizados por um piloto com qualificação e experiência para o efeito e sempre

em altura em que as condições meteorológicas o permitam.

Escalada

Batismo de Escalada



Batismo Escalada, Rapel e Slide (Complexo Desportivo Água de Pena) Harmony in Nature

Para os clientes que desejam iniciar no mundo das cordas. Iniciaremos a atividade com a apresentação do equipamento e regras de segurança. O rapel será a primeira atividade a experimentar, onde os clientes irão aprender técnicas que vão desde: o se encordoar, a técnica de descida e de bloqueio. De seguida passam para a escalada, onde poderão experimentar diferentes níveis de dificuldade. Por último, uma descida em slide com 70m de comprimento para descontrair os músculos. Como recordação, irão receber um certificado de Batismo das atividades realizadas.

Todo-o-terreno / Jeep safari



A caravana da AMTTT vai colher bagas de loureiro no próximo dia 11 de Setembro (Foto: Avelino Dantas) Uma das melhores formas mais interessantes de conhecer a Ilha da Madeira é sem dúvida viajando no seu interior em veículos todo-o-terreno, o que lhe permite ver a ilha sob outra perspetiva. Esta atividade tem vindo a afirma-se

como um dos produtos mais procurados por aqueles que gostam de aventura de conhecer novos lugares que, de outra forma, seriam impossíveis de alcançar (Madeira Rural).

Passeios a Cavalo



Levada da Serra

Um calmo e relaxante passeio a cavalo ao longo da Levada da Serra do Faial, pela Floresta Laurissilva. Pode ser desfrutado por cavaleiros de todos os níveis de experiência, incluindo participantes (Madeira Rural).



Chão das Aboboreiras

Um Passeio mais longo e estimulante percorrendo diferentes cenários (levada, floresta, campo aberto e topo de montanha) com possibilidade de trote ou galope (apenas para cavaleiros experientes) (madeira Rural).

5.5.2.3 Atividades Desportivas no Mar

Para além dos vários tipos de excursão já referidas, seja para as Desertas, observação de aves de cetáceos, existe um conjunto de atividades desportivas ligadas ao Mar, com potencial de reforço e desenvolvimento no Arquipélago da Madeira.

De facto, são inúmeras, tanto as entidades como as modalidades desportivas, ligadas ao mar na RAM. Esta circunstância encontra reflexo não só no número de atletas federados em desportos ligados ao mar como também nos títulos nacionais e internacionais conquistados pelos seus atletas.

Neste âmbito, a vela, a canoagem e o jet ski (embora esta com um reduzido n.º de praticantes) são as modalidades que mais se têm destacado no número de títulos conquistados no quadro nacional, enquanto a nível dos clubes se destacam o Clube Naval do Funchal, a Associação Náutica da Madeira, o Centro Treino Mar e o late Clube de Santa Cruz.

No que respeita às modalidades ligadas ao mar desenvolvidas pelos clubes registam-se as seguintes:

Federadas:

- Atividades Subaquáticas (mergulho; fotografia subaquática)
- Águas Abertas (natação)
- Bodyboard
- Canoagem e Canoagem Adaptada (canoagem de mar; fundo; regatas em linha; maratona, distribuída pelos diversos categorias e classes)
- Jet Ski
- Surf
- Vela e Vela Adaptada (distribuída pelos diversos escalões etários e classes de embarcações)
- Windsurf

Não federadas (modalidades praticadas em regime recreativo e de lazer):

- *Coastering*
- *Stand Up Paddle*
- Mergulho/Apneia
- Mergulho adaptado
- Canoagem
- Remo
- Vela adaptada / ligeira / de cruzeiro (distribuída pelas diversas classes de embarcações)
- Windsurf
- Bodyboard

O desenvolvimento das atividades federadas potenciam a realização de eventos regionais e internacionais, que naturalmente constituem fatores de atração ao destino. Poderão, eventualmente, evoluir algumas das modalidades para a formatação de centros de estágios.

O desenvolvimento das modalidades não federadas constituem uma diversificação da oferta complementar desportiva e de lazer, podendo em função das suas capacidades de atração evoluir para produtos, com capacidade de atração de públicos específicos para a prática das modalidades (Turismo Desportivo).

Verifica-se que a canoagem e a vela são as modalidades mais emblemáticas da Região às quais aderiram o maior número de atletas federados, abarcando praticamente todas as categorias

destas duas modalidades. Contudo, também o número de praticantes de lazer é elevado, registando-se para a canoagem cerca de 1 500 praticantes por época.

Clubes e Associações organizam eventos, especialmente regatas e torneios locais onde se disputam provas do Campeonato da Madeira de Cruzeiros, Campeonato Regional de Maratonas (canoagem). Colaboram ainda na organização de provas do campeonato nacional que têm lugar na RAM e de provas internacionais.

As regatas realizam-se durante todo o ano englobando circuitos locais como os campos de regatas das baías do Funchal, de Santa Cruz, do Machico e do Porto Santo, até às regatas mais exigentes como a circunavegação da ilha da Madeira, o circuito Ponta de São Lourenço-Desertas e a regata internacional Canárias-Madeira, organizada pelo Clube Naval do Funchal, entre outras.

Também a nível da canoagem se realizam vários eventos, destacando-se a corrida em canoa à volta da ilha, organizada todos os anos em Agosto pelo Centro de Treino de Mar da Madeira, evento integrado na corrida internacional da Federação Portuguesa de Canoagem e na *International Canoeing Federation*.

Canoagem



Volta à Ilha



Clube Naval do Funchal

REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

CONSÓRCIO

101

AMGL
Planning Places for People
ANA MARIA GUEDES LEBRE, LDA
arquitectura planeamento inovação

 **CONSULMAR**
PROJECTISTAS E CONSULTORES, LDA

neoturis
consultoria em turismo

Vela



Campeonato Regional de Vela Ligeira 2012



Campeonato da Madeira de Vela Adaptada

Windsurf



Campeonato de Windsurf em Machico

Coasteering



O Coasteering é uma atividade nova, em especial na Ilha da Madeira. Trata-se de uma atividade em que se percorre a linha de costa, recorrendo à natação, escalada, saltos para a água e caminhada. Este percurso situa-se na Ponta de São Lourenço, uma das mais belas paisagens protegidas da Madeira com recantos únicos.

Stand Up Padle SUP



E se pudesse ter a experiência de “caminhar sobre as águas” num destino paradisíaco? No arquipélago da Madeira, o Stand Up Paddle (também conhecido por SUP) dá-lhe a oportunidade de ter uma experiência semelhante! É o desporto náutico mais recente da Madeira, tendo a sua origem nas Ilhas Havaianas no ano de 1960. É um desporto único que combina técnica de surf com remos e que fornece uma atividade física para todos os grupos musculares. Permite-lhe usufruir de uma experiência náutica relaxante enquanto aprecia a beleza das paisagens das ilhas deste arquipélago. Este tranquilo desporto é ideal para toda a família. São várias as escolas que, no arquipélago da Madeira, propiciam aulas para os iniciantes e facultam equipamento aos experientes desta modalidade.

5.6 OFERTA COMPLEMENTAR – HISTÓRIA, PATRIMÓNIO, CULTURA

A História, o Património e a Cultura constituem as principais componentes da designada oferta complementar da Madeira. Acompanhando a natural evolução da sociedade madeirense e potenciada por novos equipamentos e recursos humanos e materiais a Madeira desenvolveu substancialmente, nos últimos anos, mais competências nestas áreas e modernizam-se na sua oferta / produção.

5.6.1 História

Pode dizer-se que a história da Madeira, quanto ao essencial, é hoje bem conhecida, nas suas diversas épocas e temas, graças a um trabalho persistente e continuado de investigação, publicação e organização de encontros científicos. Destaca-se a contribuição do Centro de Estudos de História do Atlântico (com uma lista de publicações de cerca de 200 títulos), e dos historiadores Alberto Vieira, Rui Carita, Nelson Veríssimo, Benedita Câmara, entre outros. A maioria das publicações é em língua portuguesa, mas há também muitas em outras línguas, nomeadamente em inglês, que têm servido de fonte para pequenas sínteses incorporadas em publicações generalistas, incluindo guias, roteiros e outras espécies de “literatura turística”.

5.6.2 Equipamentos Culturais

Património construído:

A riqueza patrimonial da RAM é bem atestada pelos 443 registos que constam do Inventário do Património Arquitetónico português ([SIPA](#)), onde se incluem igrejas, capelas, casas, coretos, fortes, palácios, edifícios de arquitetura industrial, engenhos, faróis, fontanários, jardins, mercados, quintas, solares, conjuntos urbanos, etc. Vários são os bens imóveis **classificados**, entre os quais 8 estão na categoria de monumentos nacionais, 31 imóveis de Interesse Público, 6 imóveis de Interesse Municipal, entre outros cobrindo uma tipologia diversificada, onde se destacam os exemplares de arquitetura religiosa, militar e civil.

Museus

O número total de museus e núcleos museológicos varia consoante a fonte. O *website* Madeira *Islands* indica na rubrica “Museus” 27 unidades, onde se incluem museus, núcleos museológicos e arqueológicos, uma casa das artes e um parque temático. É um número apreciável, tendo em conta a dimensão do território, sendo igualmente de relevar a sua dinâmica de crescimento. De facto, em cerca de metade dos casos, estes espaços museológicos foram criados ou profundamente reestruturados na última década, a saber: o M. do Brinquedo, o Núcleo Museológico Mary Jane Wilson e o Universo de Memórias J. C. Abreu, em 2003; o Parque Temático da Madeira, a Casa Colombo e o Centro Cultural John dos Passos,

em 2004; o *Madeira Story Centre*, a Casa das Mudanças e o núcleo da Rota da Cal, em 2005; o Núcleo Museológico do Solar do Ribeirinho, em 2006; o Museu da Baleia, em 2011; o Museu da Imprensa e o Museu CR7, em 2013. Encontra-se ainda em projeto o Núcleo Histórico da Torre do Capitão.

Em contrapartida, alguns museus estão atualmente encerrados (Museu Vicentes, Museu Cidade do Açúcar), enquanto outros apresentam baixos índices de atividade.

Dados da Direção Regional de Estatísticas da Madeira revela que em 2015, 16 museus cumpriram os 5 critérios de elegibilidade do Inquérito aos Museus, sendo que estes 16 museus registaram quase 220 mil visitantes no mesmo ano. Se tivermos em conta que esses números não cobrem a totalidade dos museus instalados, não é difícil admitir que, em média, cada turista faz uma visita a um museu, o que dá bem a imagem da relevância dessa oferta cultural no conjunto da atividade turística da Região.

Quanto à localização, a maioria dos museus (dois terços) está situada no Funchal, mas é de notar que alguns dos mais recentes ou dos mais visitados se encontram noutras concelhas, como é o caso de Câmara de Lobos (Imprensa), Ribeira Brava (Etnográfico), Calheta (C. Mudanças), Caniçal (Baleia), Santana (parque Temático) ou Porto Santo (Casa Colombo), entre outros.

O parque museológico da RAM compensa a ausência de um museu de valor excepcional ou de grande projeção internacional com a multiplicação de pequenos museus, o que se pode considerar adequado ao tipo de procura. A variedade e diversidade (mas também alguns desequilíbrios) são assim as características dominantes deste segmento da oferta cultural regional, como é patente sob vários pontos de vista. Assim, enquanto alguns são de propriedade e iniciativa privada, outros encontram-se sob a tutela do governo regional, dos municípios, da diocese e do exército. Quanto à natureza das coleções, alguns têm um âmbito generalista ou indiferenciado, enquanto outros têm uma vocação temática mais evidente, como é o caso do vinho, do brinquedo, da imprensa, da eletricidade, da fotografia, da arte sacra, das artes decorativas ou da história. A qualidade museológica destes espaços é também desigual. Um bom número deles mostra alinhamento com os padrões internacionais correntes em matéria de discurso e técnicas de exposição, mas há vários que carecem de remodelação e modernização. Este aspeto deverá merecer especial atenção.

Sete dos museus da RAM integram já a Rede Portuguesa de Museus (total 146): Mudanças (Arte Contemporânea), Quinta das Cruzes, Frederico de Freitas, Arte Sacra, Photographia Vicentes, Etnográfico, Casa do Colombo. Este facto tem contribuído para uma melhoria do panorama museológico regional, já que requer um processo de habilitação e certificação dos museus interessados. Tem também facilitado uma maior coordenação entre as diversas unidades, embora não de forma decisiva, visto que as unidades que integram a RPM são já tuteladas pela

mesma entidade (DRC). Esta é também responsável pela produção de informação centralizada sobre todos os museus através do seu website oficial, o que, só por si, constitui um instrumento de alguma coordenação. O sector ganharia, porém, em aumentar os níveis de integração e coordenação entre as múltiplas unidades museológicas, independentemente das entidades tutelares.

Outros

A RAM conta ainda com outros tipos de equipamentos culturais, destinados quer à população residente quer à população visitante, entre os quais se podem citar arquivos e bibliotecas, galerias de arte ou outros espaços de exposições temporárias, alguns auditórios e centros culturais (e.g. Fórum Machico, Centro das Artes da Calheta, Casas da Cultura de Santana e da Quinta do Revoredo), o Teatro Baltazar Dias no Funchal, muitos jardins (que se podem considerar equipamentos de natureza cultural em vários sentidos), assim como várias peças de escultura e mobiliário urbano. Um fenómeno recente, que merece destaque, é a emergência de uma arte urbana “espontânea”, de que o melhor exemplo se encontra nas portas e paredes pintadas do bairro de Santa Maria no Funchal.

5.6.3 Atividade Cultural

A atividade cultural na RAM, no seu conjunto, pode considerar-se bastante intensa, orientada para vários tipos de públicos, e cobrindo uma diversidade de expressões. Em 2015, no Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias, foram inquiridos 33 estabelecimentos, os quais realizaram 260 exposições com 7 779 obras expostas. Estes são números que, porventura, não refletem a totalidade das iniciativas realizadas, por força dos critérios estatísticos utilizados.

A agenda cultural (uma publicação mensal de boa qualidade e valor informativo, editada pela DRC) é talvez um melhor testemunho das atividades culturais. Tomando apenas como exemplo o mês de Janeiro de 2017, há registo de 11 exposições, sobre temas tão diversos como exposições de Natal, gastronomia tradicional, artesanato, mostra documental do acervo da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, entre outros; peças de teatro; várias visitas guiadas; feiras de arte e antiguidades; ou festivais de variados temas.

A oferta cultural regional, que se concentra maioritariamente no Funchal mas apresenta também um grau apreciável de descentralização, compõe-se principalmente de pequenos eventos, em larga quantidade e variedade. Todavia, tem também sido seguida uma opção estratégica pela realização de eventos de maiores dimensões, com grande esforço de promoção e marketing, e claramente orientados para a atividade turística. Referimo-nos nomeadamente aos “Festivais”, uns de iniciativa pública, outros da responsabilidade de operadores privados, quase todos nascidos nos últimos 10-15 anos.

Merece destaque o projeto “Festivais Culturais da Madeira”, programa estruturado, criado em 2010 pela DRC, participado por fundos comunitários, cujos objetivos assumidos são os de ampliar, qualificar e diversificar a oferta cultural, atrair novos públicos, e promover a identidade patrimonial e artística da Madeira no mercado mais vasto do turismo cultural. Contempla 4 eventos anuais: o Encontro Regional de Bandas Filarmónicas da RAM (Maio), dedicado à música filarmónica, com ampla tradição na Região; o Festival de Música da Madeira (Junho, música erudita); o Festival Raízes do Atlântico (Julho, *world music*); o Festival de Órgão da Madeira (Outubro), sob o lema “Promover a Madeira pela cultura”.

À margem daquele projeto, outros festivais de música incluem o Funchal Jazz (Julho, desde 2002), sendo já uma referência no roteiro internacional dos festivais de jazz; o Madeira Dig (Festival Internacional de Artes Digitais), na área da música alternativa, contemporânea e digital (Dezembro); e alguns festivais de verão de música pop/rock, destinados a um público jovem, como o Funchal *Music Fest Live* e os dois *Madeira Island Summer*.

Na área do cinema, cabe referir o Madeira *Film Festival* (Abril), que é um festival de cinema independente; e o Madeira Micro *International Film Festival* (Dezembro), com uma aposta no cinema fantástico, indie e europeu, realizado desde 2012, aproveitando o cinema Paraíso, uma sala centenária (Ponta do Sol).

Noutros campos culturais, deve ainda referir-se o Festival Literário da Madeira (FLM) (Março), que inclui conversas, conferências, espetáculos e outras manifestações artísticas.

Outras iniciativas que compõem a oferta cultural da Madeira incluem alguns eventos mais explicitamente baseados na História, de que são exemplo o Mercado Quinhentista (Machico, Junho) ou o Festival de Colombo (P. Santo, Setembro). Este último, por seu turno, faz parte do calendário anual de grandes eventos diretamente associados à promoção turística do destino Madeira, tutelados pela DRT, subordinados aos temas do Carnaval, Flor, Atlântico, Vinho, Natureza e Fim de Ano. Embora com temáticas e objetivos mais gerais, todos eles têm alguma componente de produtos e atividades culturais.

O conjunto de eventos pontuais acima descritos vem assim acrescentar a oferta cultural “corrente” com novos produtos mas também com objetivos diferentes no que respeita à articulação entre cultura e turismo. Enquanto aquela cumpre sobretudo uma função de valorização complementar do destino para visitantes que são atraídos à Madeira por outras razões, estes eventos procuram ser, eles próprios, fatores de atração turística, dirigidos a públicos e a nichos de mercado específicos.

5.6.4 Agentes Culturais

A produção de cultura na Madeira, em todas as suas dimensões, conta com um largo espectro de agentes, atores e promotores culturais, tanto públicos como privados.

A dimensão do sector cultural pertencente à chamada sociedade civil é imensa e muito diversificada, contando com mais de duas centenas de entidades (número difícil de apurar e que peca provavelmente por defeito). Aí se incluem casas do povo, ranchos folclóricos, bandas filarmónicas, orquestras, associações culturais, e dezenas de artesãos, artistas, escritores, músicos e produtores culturais. A lista e os contactos destas múltiplas entidades – que são responsáveis pela execução e produção da atividade cultural corrente ou extraordinária – encontra-se disponível no website Madeira Cultura. A elas se poderiam ainda juntar algumas empresas fora do âmbito cultural, diretamente ligadas ao sector turístico ou não, que também produzem iniciativas de natureza cultural.

O diagnóstico revela, porém, que são as entidades públicas, quer ao nível do governo regional quer ao nível municipal, que desempenham o papel principal na organização da oferta cultural da RAM. Essa centralidade é exercida por diversas vias: planeamento estratégico, conceção de novos produtos e projetos, marketing e organização da informação, exercício direto (através dos vários organismos tutelados pelo sector público, por exemplo museus) e sobretudo pela via do financiamento direto e indireto.

Numa análise objetiva, e à margem de quaisquer preconceitos contra ou a favor do papel do Estado na área cultural, deve reconhecer-se que essa dependência do financiamento público para a realização de atividades ou para a manutenção de equipamentos de interesse cultural parece ser excessiva. Nomeadamente porque, em tempos de contração da despesa pública ao nível regional e municipal, isso tem um impacto negativo, direto e indireto, na oferta cultural. As queixas sobre a recente falta de apoios públicos, expressas por alguns agentes culturais, é um claro sintoma disso mesmo.

Em contrapartida, a enorme intervenção dos poderes públicos na área cultural, tem revelado também alguns aspetos positivos, nomeadamente no ponto que aqui nos interessa, que é o da articulação do turismo com a cultura, matéria que regista bom acolhimento no plano político. Diversamente, ao nível dos operadores privados do sector turístico, essa articulação é ainda insuficiente. Aliás, curiosamente, o sector privado mais diretamente ligado ao turismo (hotéis, agências, etc.) é talvez o menos dinâmico na promoção de iniciativas culturais, mesmo quando comparado com outros sectores privados (por exemplo, o dos vinhos).

6. A EVOLUÇÃO DO PORTO SANTO

6.1 QUAIS ERAM OS MODELOS TURÍSTICO E TERRITORIAL PARA O PORTO SANTO

O POT foi elaborado, como já foi referido anteriormente, num contexto de mudança de ciclo da Região, mas essa mudança era pouco explicitada no que se referia à ilha do Porto Santo, devido à sua pequena dimensão demográfica, à fragilidade da sua estrutura económica e do seu perfil sociodemográfico, pouco preparados para acolherem novas dinâmicas de transformação, mas também porque se perspetivavam um conjunto de iniciativas e de investimentos públicos e privados, ainda não concretizados e pouco conhecidos (OID-PS).

Foi neste contexto de mudança e incerteza que o POT definiu os objetivos de desenvolvimento para a Ilha do Porto Santo.

6.1.1 Enquadramento

A Ilha do Porto Santo era identificada como um **destino de praia** (normalmente associado a Sol e Mar, bom clima e animação), e como tal diferenciada da Ilha da Madeira (sem areia, nem praias).

O diagnóstico do POT para o **Porto Santo** apontava esta Ilha como um **destino de Lazer e Turístico**, em que o Produto de Lazer era a praia, associada maioritariamente a uma tipologia de alojamento de lazer – residências secundárias, em loteamentos urbanos; e o Produto Turístico, ainda preferencialmente associado ao recurso praia, e apoiado por uma tipologia dominante de hotelaria tradicional, organizada em função daquele recurso.

Ou seja, ao contrário da Madeira que se assumia como um destino turístico de excelência, onde as componentes residenciais ainda não eram significativas (embora com tendência para crescer), o Porto Santo apresentava duas vertentes muito claras de ocupação – a de lazer, com uma forte componente sazonal, associada ao recurso praia e apoiada por alojamento não hoteleiro; e a turística, que deveria ser organizada em torno de outros recursos capazes de mobilizar turistas ao longo de todo o ano.

6.1.2 Objetivo

O objetivo era **Redefinir o Produto turístico do Porto Santo**, fosse numa perspetiva de complementaridade com a Madeira, fosse numa perspetiva de afirmação das suas especificidades, como destino turístico e de lazer.

Neste sentido haveria que definir uma ideia-chave para o Porto Santo, no âmbito de um Projeto de Marketing específico, mas que desde logo se apontava como – **Uma Ilha de Sossego**.

Produtos Principais

- Hotel-resort – na proximidade do mar;
- Natureza – passeios, praia;
- Turismo de Saúde (SPA);
- Turismo desportivo – estágios; e
- Pesca Desportiva.

Produtos Complementares

- Náutica de Recreio e desportiva;
- Passeios Marítimos;
- Passeios na Ilha – pedestres, a cavalo, de bicicleta.
- Atividades desportivas;
- Gastronomia; e
- Animação turística.

Tipologia de Alojamento

Hotel – resort;

Hotel-apartamento – resort; e

Residencial de lazer.

A tipologia de alojamento deveria ser mais ajustada às características climáticas da Ilha, proporcionando condições de conforto ao longo de todo o ano. De facto, a oferta de alojamento turístico estava tipificada para o produto sol e praia, e como tal, desajustada.

O teto de alojamento no horizonte do POT 2012 era para esta Ilha de 4 000 camas.

Críamos ainda que a questão da sazonalidade só poderia ser ultrapassada através de um melhor ajustamento do *Produto Porto Santo* ao segmento / segmentos de mercado, para os quais o Porto Santo poderia ser bastante atrativo. O maior aproveitamento do Mar enquanto recurso turístico e de lazer era também uma aposta para Porto Santo.

6.2 UM PROJECTO ESTRUTURANTE PARA O PORTO SANTO - POT

O crescimento turístico admitido no Modelo Turístico das 1 448 camas da altura para um máximo de 4 000 camas, das quais já se encontrava prevista a construção de cerca de 1 500 camas, desencadearia profundas mudanças no Porto Santo, exigindo novas infraestruturas e equipamentos, a alteração da estrutura comercial incipiente, e, inevitavelmente, o

crescimento da oferta de emprego com a necessidade de aumento da população residente conseguida fundamentalmente na base da imigração.

Assim, o turismo e o lazer, pelas suas implicações económicas, sociais e territoriais, deveria ser considerado o motor de desenvolvimento global da Ilha do Porto Santo, tendo em atenção a sua pequena dimensão geográfica (42,17 Km²) e demográfica, cerca de 5 000 habitantes.

Por estas razões, o desenvolvimento turístico do Porto Santo não podia ser encarado fora de um Projeto Global de desenvolvimento da Ilha o qual, dadas as potencialidades das principais infraestruturas existentes – o aeroporto e o porto – deveria basear-se em duas atividades, em parte complementares:

- Turismo e Lazer; e
- Logística

No que respeita ao Turismo e Lazer era prioritário redefinir o produto turístico principal da Ilha, com base na valorização de um espaço de sossego e passeio, onde a praia teria uma função importante ao longo de todo o ano. Seria preciso assumir que o Porto Santo era um destino de Sol e Praia relacionado com um período curto de 2/3 meses, essencialmente ligado às residências de férias e veraneio dos Madeirenses, e voltado predominantemente para o mercado nacional.

O alargamento do turismo do Porto Santo aos mercados internacionais, em especial do centro e Norte da Europa, implicava a reconfiguração da sua oferta turística e de lazer para uma ocupação ao longo de todo o ano. Com base em novos produtos e novas instalações turísticas.

No respeitante à logística, o Porto Santo tinha condições para potenciar o Aeroporto, como alternativo ao Aeroporto do Funchal e Canárias e como base de companhias aéreas *charter*, nomeadamente de uma companhia regional que viesse a ser constituída.

Neste sentido, o Porto Santo necessitaria de desenvolver, com base no aeroporto, serviços de abastecimento, *catering*, manutenção e de apoio / alojamento a passageiros em trânsito.

Com base no Porto, poderiam ser desenvolvidas atividades e serviços logísticos de apoio ao iatismo e à náutica de recreio, nomeadamente no respeitante à recolha, manutenção e reparação de embarcações.

Finalmente, o isolamento do Porto Santo implicava uma relativa autonomia, no respeitante a energia e ao abastecimento de água, através do desenvolvimento dos parques eólicos, da produção de água potável por dessalinização, e eventual aproveitamento de biomassa. Sistemas que podiam contribuir para dar ao Porto Santo uma marca ambiental e natural que se coadunava com um novo tipo de turismo a captar para a Ilha.

O POT referia que a OID constituía o instrumento adequado para enquadrar e dinamizar as mudanças estruturais do Porto Santo, desde que reavaliada a estratégia de desenvolvimento e reorientados alguns dos seus projetos e prioridades.

Tendo como elemento de enquadramento o Modelo Turístico / Territorial, um programa Integrado de desenvolvimento deveria ter em consideração 4 sectores:

- a) **Crescimento demográfico** resultante, por um lado, das crescentes necessidades de trabalhadores, e, por outro lado, das dinâmicas económicas e sociais geradas pelo turismo e lazer (novos serviços, novos comércios, etc.). O crescimento demográfico baseado na imigração, aumentaria as necessidades de habitação, equipamentos coletivos, serviços urbanos, infraestruturas e faria crescer os consumos em geral;
- b) **Ordenamento global da Ilha**, destinando a Frente da Praia do Porto Santo, preferencialmente para os empreendimentos turísticos e as áreas rurais infraestruturadas envolventes dos núcleos urbanos para residência secundária;
- c) **Desenvolver a mobilidade na Ilha** com base em modos de transporte diversificados e adaptados às necessidades da população residente e dos turistas com novos condicionamentos à circulação do automóvel individual; e
- d) **Gestão sustentável do território** com adoção de tecnologias amigas do ambiente para a produção de energia, produção e gestão de água potável, tratamento de resíduos, e proteção dos ecossistemas naturais e das áreas especialmente sensíveis à erosão (arribas, dunas, encostas declivosas, ribeiras e picos).

PROJECTOS / ACÇÕES

1. Reavaliação e reorientação da OID do Porto Santo com base numa nova estratégia de desenvolvimento integrado baseada no turismo e lazer e na logística, articulando as diversas políticas e programas sectoriais;
2. Ordenamento do território com prioridade ao desenvolvimento dos planos de ordenamento da faixa a Sul da EN-110 entre o Porto Comercial e a Ponta da Calheta, nas áreas inseridas em perímetro urbano nos instrumentos de gestão territorial;
3. Programa de desenvolvimento da logística do Aeroporto do Porto Santo para reforçar a sua posição na rede aeroportuária do sistema Madeira – Canárias;
4. Desenvolvimento de infraestruturas de telecomunicações avançadas que permitam o fácil acesso do Porto Santo às redes internacionais permitindo, nomeadamente, o tele-trabalho;
5. Regulamentação dos empreendimentos turísticos com vista à sua adequação a um “turismo de todo o ano”, nomeadamente garantindo condições de conforto na utilização das instalações e dos equipamentos fora dos períodos de verão (exemplo: piscinas cobertas);
6. Prosseguimento dos estudos para utilização das potencialidades termais da Ilha e promoção do conceito de Hotel Resort SPA;

7. Plano de uma Rede de Percursos e Trilhos dedicados abrangendo toda a Ilha (pedonais, clicáveis, equestres, todo o terreno); e
8. Projeto de circulação e estacionamento a Vila Baleira e valorização do Percurso Pedonal ao longo da EN-110.

6.3 A EVOLUÇÃO DO PORTO SANTO

Entre a publicação do POT em 2002 e os anos de 2008/2009 marcados pelo início da crise mundial, a realidade no Porto Santo alterou-se substancialmente, sobretudo devido a quatro fatores:

- (i) Houve um forte investimento público em infraestruturas, equipamentos turísticos e melhoria de espaços públicos;
- (ii) Deu-se início a um forte investimento privado em termos hoteleiros, de que são expressão o Hotel Pestana e o Columbus Resort; também em termos de restauração e serviços associados ao turismo foi notória alguma dinâmica do sector privado;
- (iii) Houve uma melhoria da acessibilidade à Ilha, sobretudo por barco; e
- (iv) Assistiu-se a uma forte dinâmica de construção residencial, tendo em vista o mercado das segundas residências.

6.3.1 Forte Investimento Público em Infraestruturas e Equipamentos

Foram construídas diversas infraestruturas e equipamentos turísticos de lazer, nomeadamente o Campo de Golfe, o Centro de Ténis, Estádio de Desportos de Praia, Centro Hípico, Zona Lúdica do Penedo do Sono, Promenade, que se descrevem de seguida. Não foi possível ainda obter dados sobre os níveis de utilização atual de cada uma destas infraestruturas / equipamentos.

Campo de Golfe



O complexo foi desenhado pelo campeão espanhol Severiano Ballasteros, contemplando 18 buracos e ainda um circuito curto de “par” 3. Todo o complexo desenvolve-se numa área de terreno superior a 1 800 000 m², sendo apoiado por um “Club House”. Uma estrutura que oferece aos jogadores e turistas um conjunto de serviços e espaços de lazer ao mais alto nível. O edifício possui um restaurante, um bar, uma sala de bilhar, sala de estar, loja “pro-shop”, serviços administrativos, sauna, jacuzzi, e banho turco (Sociedades de Desenvolvimento).

Complexo de Ténis



O Complexo de Campos de Ténis constitui uma das melhores estruturas ao nível do país e está dotada de todos os equipamentos e condições necessárias à realização de eventos desportivos e torneios internacionais desta modalidade. É constituído por um estádio principal e cinco secundários, possuindo ainda dois campos de “padel”. Estas áreas estão equipadas com piso tipo “green prix base”, utilizados na maior parte das competições internacionais. Esta estrutura desportiva é apoiada por um “Club House” de características únicas no

nosso país, incluindo loja “pro-shop”, bar/restaurante, varandas sobre o estádio, sala de formação, sala de reuniões, enfermaria/gabinete médico e áreas de apoio aos atletas (Sociedades de Desenvolvimento).

Estádio de Desportos de Praia do Penedo do Sono



O complexo desportivo foi projetado para receber torneios internacionais de várias modalidades, nomeadamente voleibol, andebol e futebol de praia. Encontra-se neste momento abandonado.

Centro Hípico do Porto Santo



O Centro Hípico do Porto Santo é uma estrutura da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo a funcionar em regime de concessão e que proporciona aos turistas mais uma importante atividade desportiva e de lazer. Trata-se de uma obra que reflete a importância e a crescente necessidade na diversificação da oferta turística da Ilha do Porto Santo (Sociedades de Desenvolvimento).

Zona Lúdica do Penedo do Sono



No Penedo do Sono foi concebida uma importante zona lúdica que, num espaço abandonado de aterro, contemplou a construção de uma ampla área de esplanadas e de animação cultural, abrangida por nove restaurantes e bares. Encontra-se desde 2011 abandonado estando prevista a sua concessão com possível construção de hotel.

Passeio Dunar - Promenade do Porto Santo



Situado no lado interior da duna, entre a Alameda Infante D. Henrique e a Avenida Goulart Medeiros, foi construído um passeio dunar, dando continuidade à já existente “promenade” que começa junto ao Centro Histórico da Cidade e vai estender-se até à zona do Hotel Porto Santo.

Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo



Localizado no centro da cidade de Vila Baleira, o Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo é uma infraestrutura moderna que permite a realização de congressos, espetáculos musicais e projeções de cinema. Equipado com os mais modernos sistemas de projeção, de som, de vídeo e de tradução simultânea, reúne ainda todas as condições para apresentações multimédia. Apresenta como espaço principal um auditório para 300 pessoas e dispõe de uma área de exposições, salas para apresentações, reuniões e workshops, apoiadas por bares e recintos polivalentes preparados para serviços de cocktail e de refeições. Possui ainda uma área comercial e um parque de estacionamento automóvel para 106 lugares (Madeira Islands).

CONSÓRCIO

116

6.3.2 Forte Investimento Privado na Hotelaria e Restauração

Houve nesses anos um forte investimento na hotelaria, tendo-se iniciado a construção do Columbus Resort, que foi parada em 2009 e aberta em 2015, pelo Grupo Pestana, com 700 camas no regime All Inclusive.



Em 2008 o Grupo Hoteleiro Pestana abriu a primeira Unidade no Porto Santo o Pestana Porto Santo, um investimento de 35 Milhões de Euros.



Nos últimos 15 anos a oferta de alojamento no Porto Santo duplicou. Em processo de licenciamento estavam, em 2008, 3 243 camas e em apreciação 1 670 camas, o que a adicionar às 2 069 camas existentes perfazia cerca de 8 600 camas turísticas. Em termos de capacidade de alojamento potencial bruta previa-se que as capacidades decorrentes dos dois planos de urbanização em curso (Frente de Mar e Campo de Golfe) totalizassem mais cerca de 6 500 camas.

QUADRO 6.3.2.1. – EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, EM CAMAS, 2000/2008/2016 PORTO SANTO

2000	2008	Var. %	2016	%
1 448	2 069	43	3 154	52

6.3.3 Melhoria nas Acessibilidades à Ilha

Em Junho de 2003 é inaugurado o Lobo Marinho, novo navio de passageiros e automóveis para a ligação marítima inter-ilhas - Funchal ao Porto Santo, facto que não só melhorou as condições de conforto da travessia como modificou a mobilidade na Ilha do Porto Santo.



Esta alteração de mobilidade deu lugar à formatação de uma nova excursão na Madeira (Um dia no Porto Santo), que tem vindo a afirmar-se progressivamente.

É notória a alteração dos modos de transporte da Ilha para o turista, com a introdução de mais carrinhas de 9 lugares (sejam táxis ou de operadores turísticos locais).

Apesar desta nova procura para o Porto Santo parece não existir localmente uma dinâmica de resposta e aproveitamento da oportunidade.

Não foi entretanto construída a Gare de Passageiros, que poderia ser um ponto importante de divulgação da oferta global da Ilha.

6.3.4 Forte Dinâmica de Construção Residencial

No caso do Porto Santo, com uma forte componente residencial de Lazer (residências secundárias) sempre foi e será importante individualizar as dinâmicas do alojamento turístico e as referentes ao alojamento residencial, uma vez que a realidade sócio territorial e os impactes

decorrentes a ambas diz respeito, seja na definição do modelo de desenvolvimento turístico, seja no planeamento das infraestruturas básicas.

O Porto Santo detinha em **2001 um total de 2 420 Alojamentos**, dos quais 775 eram de uso sazonal (32%) e 273 encontravam-se vagos (11%). Os alojamentos referentes à residência habitual totalizavam assim 57% do total de alojamentos. As residências de uso sazonal distribuíam-se entre o subsistema urbano da Cidade, e o subsistema urbano Poente, com maior peso no primeiro.

A dinâmica de construção de novos fogos residenciais foi muito elevada na última década. De facto, entre 2001 e 2008, foram licenciados **1 542 Fogos**, o que representava um crescimento médio anual de **215 fogos/ano, ou seja 645 camas/ano**, contabilizando três camas por fogo – dimensão média da família. Se considerássemos a ocupação de pico no verão, com uma ocupação estimada por fogo de 4,5 habitantes, o ritmo de construção de 215 fogos/ano, traduziam-se em 968 camas residenciais / ano.

Em relação à situação existente em 2001, verificava-se que num breve espaço de tempo (no pressuposto que os fogos em apreciação seriam licenciados a breve prazo) **a capacidade de alojamento residencial do Porto Santo praticamente duplicava, passando de 2 420 fogos para 4.563 fogos.**

Pela análise dos Censos mais recentes, verifica-se que o alojamento atinge em 2011 os 4 469 fogos, dos quais 39% são de uso sazonal. As dinâmicas significativas do crescimento do alojamento residencial (fogos) reportam-se muito mais ao uso sazonal do que ao crescimento da população residente que se mantém estável.

6.4 PORTO SANTO - UM CONTEXTO DE ISOLAMENTO

O Porto Santo assistiu nos últimos anos a um processo de formatação para o turismo, patente na qualidade e tipologia dos equipamentos e infraestruturas construídos, na melhoria do transporte marítimo, com a possibilidade de transporte de viaturas, e na construção de novas ofertas hoteleiras.

Este desenvolvimento deu-se num contexto de afirmação do Destino Porto Santo, com alguma independência em relação ao Destino Madeira, e no pressuposto de que o Produto Sol e Praia seria suficientemente diferenciador para motivar uma deslocação direta e independente da Madeira.

E o que aconteceu nos últimos anos é que, por um lado, a Madeira abriu-se definitivamente ao mar, com a construção e formatação de um conjunto de estâncias balneares, apoiados por praias de areia preta, de calhau e de areia branca, e de piscinas naturais e artificiais.

Por outro lado, a instabilidade do clima do Porto Santo, por contraponto aos destinos de sol e praia com um sol mais garantido e temperaturas mais elevadas ao longo de todo o ano, induz de alguma maneira a alguma insatisfação por parte do turista estrangeiro, que espera encontrar um destino de sol e praia mais “tipificado”; e sugere que as unidades hoteleiras de tipo resort tenham *in door* um conjunto de atrativos e atividades que possam fazer face àquela instabilidade (piscinas aquecidas e cobertas, áreas de jogos, etc.).

O posicionamento do Porto Santo continua a centrar-se no produto sol e praia, com uma marcada sazonalidade, e não acompanha as dinâmicas da Madeira no que se refere à formatação de novos consumos associados à Natureza e às atividades desportivas, seja em terra como no Mar. Este contexto de “isolamento” parece ter, assim, acentuado os impactos decorrentes da sua dupla insularidade.

Para o produto sol e praia a operação atual dos meses O.T. restringe-se a 5/6 meses.

Um outro aspeto a relevar respeita aos diversos “públicos” do Porto Santo, muito diferenciados dos da Madeira. Enquanto que nesta Ilha temos maioritariamente residentes e turistas, na Ilha do Porto Santo temos residentes-secundários, turistas, residentes permanentes e visitantes (talvez por esta ordem em termos quantitativos). E é o conjunto destes públicos que cria a massa crítica necessária e suficiente ao surgimento de atividades comerciais e de serviços, também associados ao turismo e ao lazer.

A crise económica e eventualmente a impossibilidade dos madeirenses realizarem mais viagens ao Porto Santo teve como impacto direto a diminuição significativa da massa crítica que constituem os residentes-secundários, com consequências nefastas nos consumos locais. Numa economia frágil como é a desta Ilha, dependente em grande parte dos consumos dos turistas que aí se alojam mas também dos madeirenses que aí têm casa, este fator tem um peso possivelmente mais relevante, do que a oferta de *all inclusive* aí existente.

Aliás, esta tipologia de oferta de alojamento, com procura crescente em termos globais, e que não é mais do que uma versão contemporânea do regime de Pensão Completa que sempre existiu, tende a surgir, como já foi referido, em locais mais distantes dos centros urbano-turísticos que concentram uma restauração diversificada e qualificada.

Em resumo, cremos que o destino turístico do Porto Santo, apesar da sua dimensão sócio territorial e cultural contida, apresenta uma matriz diversificada e qualificada, com potencialidades para desenvolver um turismo sustentável e sustentado, com uma diversidade

de espaços para atividades de natureza, desportivas e de lazer. Para tal terá que reequacionar-se o seu posicionamento, aspeto que aprofundaremos na fase seguinte do trabalho.

7. MADEIRA - UM CONTEXTO DE AJUSTAMENTO

7.1 ATOMIZAÇÃO DA OFERTA

O Destino Madeira é hoje um destino mais requalificado, mais rico e mais diversificado do que era na viragem do século, sendo que o sentido arquipelágico da “Madeira Islands” reforçou-se com a possibilidade de visitar as Desertas.

Assim, a Ilha da Madeira foi palco de um conjunto de mudanças marcantes, através, por um lado, de um processo de requalificação territorial descentralizado no território, com destaque para o aumento dos níveis de infraestruturização e dos equipamentos socioculturais, e para a requalificação urbanística dos centros urbanos, incluindo as frentes marítimas; e por outro lado, da construção de novas infraestruturas viárias que potenciaram uma mobilidade no território muito diferenciada da anterior.

Tal como era previsto no POT, estes dois fatores de “*per si*” e a resultante da sua conjugação induziram à reorganização do território. A aproximação relativa entre os diversos locais e núcleos urbanos na Ilha, teve repercussões nos padrões de localização turística, residencial, permanente e secundária, e nos padrões de consumo/práticas turísticas, culturais e de lazer, tanto por parte da população residente como por parte dos turistas.

Na área mais diretamente ligada ao turismo e lazer, a crescente mobilidade territorial potenciou novos locais (outrora mais inacessíveis) e uma recomposição diversificada de produtos associados a estas práticas.

Ainda que se tenha mantido de alguma maneira o designado Produto Dominante, concentrado na Cidade do Funchal, e se tenham reforçado alguns dos produtos na altura emergentes, a Madeira foi palco de uma proliferação de novos consumos, associados a novas motivações, a mobilizar turistas e residentes, desmultiplicados no território, tanto em terra como no mar.

Esta atomização dos consumos foi e é muito potenciada pelas novas motivações do turista (mais sénior ou mais jovem) e pelas novas formas de organização das viagens, mais pessoalizadas e independentes dos operadores turísticos, suportadas estas tanto pelas novas ferramentas de contratação online, como pela multiplicidade de informações de promoção e divulgação disponibilizadas, como ainda pela maior transparência da valoração dos destinos, dos equipamentos e dos serviços, efetuadas pelos consumidores em tempo real.

A questão da divulgação e promoção dos destinos e dos produtos (sobretudo on-line) reveste-se nos dias de hoje de uma relevância extrema. A comunicação e a mensagem devem ser claras e objetivas, porque é sobretudo neste meio que se confrontam as potencialidades dos destinos e as experiências que estes oferecem.

7.2 VELHOS RECURSOS PARA NOVOS PRODUTOS

A Madeira abriu-se ao Mar, mas também à Natureza / Paisagem. Ainda que os recursos estivessem presentes desde sempre, foram formatados ou reformatados para novos consumos.

A abertura dos espaços protegidos da Madeira aos usos turísticos e de lazer, acompanhada da criação de novas áreas protegidas e de mais regulamentação sobre os respetivos usos, estiveram na base de uma estratégia de governança que possibilitou a redescoberta da Natureza da Madeira, tanto por residentes como por novos segmentos da procura turística.

Por outro lado, em termos culturais, a Madeira modernizam-se, através da diversificação e qualidades as suas produções culturais.

Neste contexto de mudança são, no presente diagnóstico, identificáveis dois conjuntos de recursos mobilizáveis para o turismo – os de natureza / paisagem e os culturais, que poderão traduzir-se na formatação de novos produtos, ainda que dirigidos a nichos de mercado.

7.2.1 Recursos de Natureza / Paisagem

A Região Autónoma da Madeira é caracterizada por possuir elevados valores naturais que constituem uma relíquia a nível mundial e que incluem algumas das mais raras espécies e em risco de extinção.

Inclui também espaços com valor cultural considerável dos quais destacamos as zonas de paisagem protegida e algumas áreas rurais, onde as atividades agrícolas desenvolvidas em socacos têm deixado impresso na paisagem o esforço de séculos de ocupação humana e onde a par dum rico e diversificado património construído podemos encontrar saberes rurais transmitidos oralmente de geração em geração.

Na Ilha da Madeira mais de 2/3 da área total da ilha incluem zonas com diferentes estatutos de proteção, como reservas naturais integrais, paisagens protegidas e zonas de recreio.

O Parque Natural da Madeira e os sítios da Rede Natura 2000 são áreas de interesse particular, quer pela riqueza do património natural e da beleza das paisagens que encerram, quer pelo património cultural e pela acessibilidade ao público que permite panoramas naturais, seminaturais e humanizados de grande valor estético, resultado de uma intervenção harmoniosa do Homem no ambiente.

A maioria dos espaços naturais, mesmo os protegidos estão acessíveis ao público e aos distintos segmentos de mercado que utilizam estes espaços de maneira mais ou menos intensiva, ainda que reportados a nichos de turismo científico, ecoturismo, turismo de natureza e desportivo. Em geral, o turismo tem lugar nas zonas de menor estatuto proteção destes espaços, enquanto que as zonas nucleares costumam estar reservadas para a conservação e, por vezes, para a investigação (turismo científico).

Não existem estatísticas sobre desenvolvimento do turismo da natureza na Madeira mas os tipos de turismo que podem ser considerados de natureza estão em crescimento, prevendo-se crescimentos anuais de até 20% para algumas zonas naturais ou relativamente a alguns tipos de turismo da natureza, e este incremento será particularmente importante nos espaços protegidos e nas paisagens naturais.

Destacam-se os principais fatores que tornam a visita às áreas naturais da Madeira:

- **Espécies únicas e habitats singulares;**
- **Zonas remotas e insularidade; e**
- ***Birdwatching*, aves marinhas e floresta Laurissilva**

Pelo seu carácter insular e a sua peculiar história natural, os arquipélagos referidos abaixo têm uma interessante biodiversidade, muito abundante em espécies endémicas. Entre eles há a destacar a Madeira que junto com as Canárias constitui um dos focos de biodiversidade mais importantes do planeta.

	Endemismos
Açores	55
Madeira	145
Galápagos	231
Canárias	670
Hawaii	1334

Fonte:

A endemidade da flora vascular do Arquipélago da Madeira está entre as maiores e mais importantes ilhas do mundo. Mas a endemidade conhecida na Madeira não se limita à flora vascular. É entre os invertebrados terrestres que se encontra o maior número de espécies únicas. Novos trabalhos de investigação nesta área, incluindo os vários grupos de invertebrados terrestres e da flora criptogâmica, darão conhecimento de novas espécies à ciência e ao património natural da RAM nos próximos anos.

	Endemismos
Flora vascular	145
Moluscos	171
Repteis	1

Aves	2
Fonte:	

As espécies únicas e endémicas e os seus habitats singulares são muito importantes para a divulgação do património natural da RAM e do seu valor turístico. Contudo é no grupo das aves que se encontra o maior valor turístico potencial ligado à observação de espécies sobretudo no grupo das aves marinhas cujas populações nidificantes nas ilhas do arquipélago são das mais importantes desta região do Atlântico.

	Casais nidificantes
<i>Bulweria bulwerii</i>	6000-8000
<i>Calonectris diomedea</i>	16500-25000
<i>Puffinus assimilis</i>	3200-3700
<i>Puffinus puffinus</i>	n.a.
<i>Oceanodroma castro</i>	1500-2500
<i>Plagodroma marina</i>	150-250
<i>Pterodroma feae</i>	30
<i>Pterodroma madeira</i>	5-15
<i>Sterna dougallii</i>	150-300
Fonte:	

7.2.2 Recursos Culturais Mobilizáveis para o Turismo

A História é um dos principais recursos do Turismo da Madeira. Porque é um produto sempre apetecido pelos visitantes, porque já “lá está”, porque é já amplamente conhecida graças ao trabalho de investigação persistente de muitos historiadores. Acresce que já há uma tradição consolidada de utilização da História como recurso. Há é margem para fazer mais e melhor na utilização da História ao serviço do Turismo da Madeira.

Essa utilização deve ser feita em dois planos: no da promoção, e no da oferta concreta de **produtos com História**.

Algumas das Ideias-força, a desenvolver na fase seguinte:

- Antiguidade (600 anos!) -Criar um programa comemorativo dos 600 anos do descobrimento da Madeira;
- Associar a História à paisagem – meter a história na paisagem e a paisagem na história. A paisagem (um dos principais polos de atração turística da Madeira) é em grande parte um produto da História (levadas, veredas, poios, distribuição do povoamento);

REVISÃO DO PROGRAMA DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

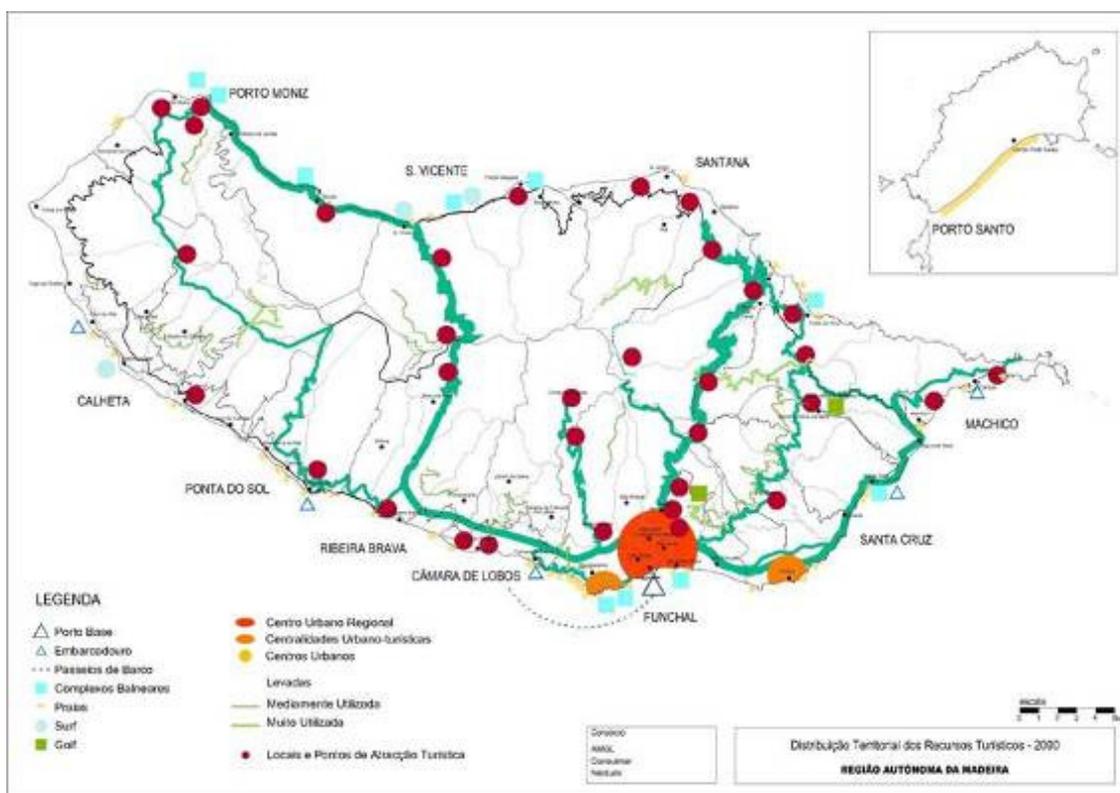
- Associar a História a um dos principais produtos regionais: o vinho Madeira;
- Associar a História ao açúcar (um produto de utilização universal);
- Associar a História a algumas personalidades facilmente reconhecíveis por públicos internacionais (Colombo, Sissi, Churchill, etc.);
- Desenvolver a componente de história militar (um produto turístico geralmente bastante popular) – pode-se criar um roteiro “Madeira Militar”, incluindo os vários fortes e o Museu Militar do Funchal (que merecia ser requalificado).

O conjunto destes Recursos, de Natureza, Paisagem e História, a para das dinâmicas territoriais verificadas constituem o ponto de partida para a explicitação dos modelos e territoriais há fase seguinte do trabalho.

7.3 UMA NOVA MATRIZ SOCIO-TERRITORIAL PARA O TURISMO E O LAZER

7.3.1 Matriz territorial de 2000

FIGURA 7.3.1.1 – MATRIZES TERRITORIAIS MADEIRA E PORTO SANTO 2000

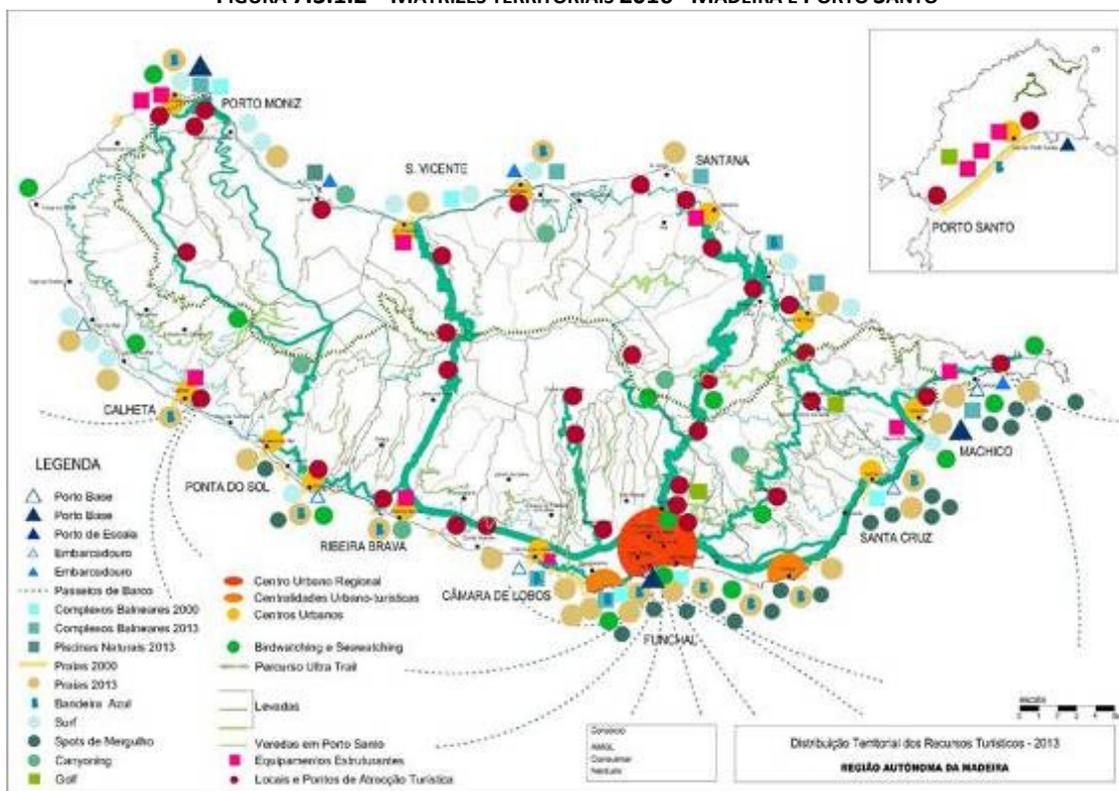


Pela análise comparada das matrizes territoriais, a atual e a de 2000 entende-se a **atomização territorial** de que é alvo sobretudo na ilha da Madeira, embora seja também relevante no Porto Santo.

Estas matrizes territoriais sintetizam, sem pretender ser exaustivas, as dinâmicas sócio territoriais, turísticas e de lazer descritas anteriormente e servirão de base ao estabelecimento de novos modelos territoriais.

A Matriz territorial de 2016 reflete a atomização

FIGURA 7.3.1.2 – MATRIZES TERRITORIAIS 2016 - MADEIRA E PORTO SANTO



7.3.2 Uma Questão de Dimensão – Madeira um Destino “Nichos” ou um “Nicho” de Destino?

Creemos que na fase seguinte do trabalho será importante refletir sobre a dimensão do destino Madeira nos diversos contextos territoriais (Mundial, Regional, Atlântico, Macarronésia).

A questão da massificação do destino prende-se também com a questão da dimensão.

A Madeira é um destino pequeno nas suas dimensões sócio territoriais e de oferta, no contexto da oferta das Ilhas Atlânticas mais próximas da Europa (Arquipélago das Canárias).

A sua dimensão territorial aproxima-se da Ilha de Lanzarote. Nas dimensões populacional e de capacidade de alojamento turístico (turistas) a Madeira com os seus 251.238 habitantes aproxima-se das Ilhas de Lanzarote e Fuerteventura juntas (271.631), sendo que a Ilha da Madeira apresenta uma capacidade de 33.058 camas (8 hab/turista) (incluindo o alojamento local) e aquelas duas ilhas concentram uma capacidade de 177.020 camas (2 hab/turista).

A Madeira (RAM) não é um destino massificado, (mais comumente associado a

um único produto como o sol e praia ou a neve e com dimensão de oferta considerável), mas é um destino com consumos concentrados. É eventualmente a concentração de consumos territoriais que cria a ideia da massificação, que não raras vezes é atributo da Ilha. Haverá pois que ponderar, não tanto a “desmassificação” da Madeira mas antes a melhor organização do consumo dos seus recursos / produtos através de programas de gestão adequados e da melhor formatação da oferta.

Neste contexto de dimensão haverá que ponderar como se posiciona a região **Madeira – um destino “Nicho”** ou **Madeira – um “nicho” de destino?**

Lisboa, Dezembro de 2016